



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GLAUCIMARA LOPES SCHNEIDER HOVA

**A POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE NA CIDADE DE DOURADOS, MS:
UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DISCURSIVAS E NÃO
DISCURSIVAS**

**DOURADOS - MS
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GLAUCIMARA LOPES SCHNEIDER HOVA

**A POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE NA CIDADE DE DOURADOS, MS:
UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DISCURSIVAS E NÃO
DISCURSIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilda Moraes Garcia Bruno.

Órgão financiador: CAPES

**DOURADOS - MS
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GLAUCIMARA LOPES SCHNEIDER HOVA

**A POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE NA CIDADE DE DOURADOS, MS:
UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DISCURSIVAS E NÃO
DISCURSIVAS**

Dissertação para a obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: _____

Profa. Dra. Marilda Moraes Garcia Bruno

Prof. Dr. Antonio Carlos do Nascimento Osório

Prof. Dr. Eduardo José Manzini

Prof. Dr. Reinaldo dos Santos

Dourados

2010

Ao meu esposo, Marcelo Hova, que compartilhou comigo os momentos de tristeza e de alegria vivenciados em mais essa etapa. Por todo amor e paciência, obrigada...

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de agradecer a todas as pessoas e instituições que, de alguma forma, tornaram possível este estudo.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, meu refúgio e fortaleza;

Aos meus pais, Sidney e Celsa, pela torcida e incentivo. Em especial, à minha mãe, pelas orações e acalantos;

Ao Gerente da Agência Regional de Trânsito de Dourados, Aparecido Dias Duarte, pelo imprescindível apoio e incentivo;

Às pessoas com deficiência entrevistadas e aos colegas do Centro de Convivência e Geração de Renda Dorcelina Folador, pelo espaço e conhecimento disponibilizado;

À minha orientadora, Marilda Bruno, pelo aprendizado e incentivo em todos os momentos, seu exemplo de profissional colaborou não apenas para o meu crescimento acadêmico, mas como ser humano;

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Federal, com os quais compartilhei momentos de estudo durante o curso de Mestrado;

Ao professor Eduardo José Manzini por suas valiosas contribuições, acolhida e incentivo;

Ao professor Antônio Carlos do Nascimento Osório, pelos desafios, instigando-me à reflexão e ao aprofundamento nos estudos sobre o referencial Foucaultiano;

Ao professor Reinaldo dos Santos, pelos apontamentos e contribuições que vêm compartilhando desde o Curso de Especialização;

À PROESP/Capes, pelo financiamento do estudo.

Ao André Gustavo G. Bruno, minha admiração e agradecimento pela especial colaboração nesta pesquisa;

Aos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Inclusiva (GEPEI) pela parceria intelectual firmada, em especial, à Hagrayzs e à Michele, pelo carinho e amizade;

Aos amigos e familiares que compartilharam desta importante etapa da minha vida, minhas desculpas pelas ausências e meus sinceros agradecimentos pelo apoio em todos os momentos.

A inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes e em nossos corações.

Peter Mitler

RESUMO

Contemporaneamente, o tema da acessibilidade, ganha destaque nas políticas públicas e nas agendas governamentais para a inclusão social de pessoas com deficiência. Assim, o foco central desta pesquisa foi estudar as políticas públicas de acessibilidade e compreender, à luz do referencial teórico Foucaultiano, como são construídas as práticas discursivas e não discursivas sobre a acessibilidade na cidade de Dourados, MS, tendo em vista a efetivação dos direitos sociais. Os objetivos específicos foram: conhecer e analisar a ordem do discurso governamental por meio de leis, decretos, normas técnicas, programas, projetos e planos e identificar as estratégias presentes na elaboração e implementação dessas políticas; evidenciar os enunciados das práticas específicas emersos nos depoimentos das pessoas com deficiência de modo a detectar as facilidades e/ou dificuldades no acesso ao transporte, vias públicas e aos bens culturais; e retratar, descrever e refletir sobre as condições de acessibilidade e as práticas sociais que possam interferir na efetivação do direito de ir e vir. O delineamento metodológico fundou-se na arqueogenealogia para compreender as relações de saber/poder e verdade presentes na formação discursiva. A análise documental teve como recorte temporal a Constituição Federal de 1988, as normas jurídicas e propostas governamentais. Os procedimentos de coleta de dados foram: entrevista semi-estruturada com sete pessoas com deficiência, registro fotográfico representativo das facilidades/dificuldades detectadas; aferição de medidas de elementos arquitetônicas, mobiliários e urbanísticos; confronto entre as adaptações e as normas técnicas. Os resultados indicam: “inflação legal” pelo excesso de documentos, normas e orientações no âmbito federal; dispersão e rarefação do discurso no Estado de Mato Grosso do Sul; um vazio no discurso local; ausência de Leis, Diretrizes, programas, projetos e planos no município de Dourados. Por fim, as práticas discursivas e não discursivas revelaram regime de controle, mecanismo de interdição e exclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, retratados nas precariedades das escassas adaptações, o que não se configura a existência de políticas públicas para efetivação do direito fundamental de ir e vir com segurança na cidade.

Palavras-chave: política pública, direito à acessibilidade, pessoa com deficiência.

ABSTRACT

The accessibility issue has been getting prominence in the public policies and in the governmental datebooks in order to include socially disabled people. Thus, the aim of this research has been studied the accessibility public policies and understand, by Foucaultian theoretical reference, how are built discursive practices and non discursive about accessibility in Dourados city, MS, bearing the social rights in mind. The specific aims were: to know and to analyze the governmental speech through laws, decrees, technical rules, projects and plans and identify strategies inside these policies; to clarify the enunciations of the specific practices present in the disabled people testimonies so to detect the easements and drawbacks to have access to transportation, public roads and cultural places; to portray, to describe and to think about the conditions of accessibility and social practices that can interfere in the freedom of come and go. The methodology has been based on the archeological genealogy in order to understand the relationship between knowing and power and the truth in the discursive formation. The documental analysis used was the Federal Constitution from 1988, the juridical rules and governmental proposals from the last decades. The procedures to collect data were: interviews with seven disabled people; photos showing the easements and drawbacks faced by them; The results pointing out: "legal inflation" by the excessive number of documents, rules and guidance in the nationwide; dispersion and absence of speech in Mato Grosso do Sul; an absence in the local speech; absence of laws and guidance; projects and plans in the town of Dourados. To sum up, the discursive practices and non discursive revealed a regime of control, mechanism of exclusion of disabled people and mobility reduction, lack of adaptations, which represents the absence of public policies that guarantee the fundamental right to come and go with safety in the town.

Key words: Public policy, right of accessibility, disabled people.

RESUMEN

La cuestión de la accesibilidad a ganado la atención en las políticas públicas y programas de gobierno para la inclusión social de personas con discapacidad. Así el objetivo de esta investigación fue estudiar la política pública de la accesibilidad y la comprensión a la luz del marco teórico de Foucault, se construyen con prácticas discursivas y no discursivas sobre la accesibilidad en la ciudad de Dourados, en vista de la realización de los derechos sociales de las personas discapacitadas. Los objetivos específicos fueron: identificar y analizar el orden del discurso del gobierno a través de leyes, ordenanzas, normas técnicas, programas, proyectos y planes, identificar las estrategias actuales en la elaboración y aplicación en tales políticas; las pruebas del conjunto específico de prácticas surgió en los testimonios de las personas con discapacidad para detectar las instalaciones y o/u dificultades en el acceso al transporte, las vías públicas, y los recursos culturales; y representar, describir y reflexionar sobre las condiciones de accesibilidad y las prácticas sociales que suelen interferir con la eficacia del derecho de ir y venir. El diseño metodológico se basó en la arqueogenealogía de entender las relaciones de poder/saber y verdad presente en la formación discursiva. El análisis de los documentos era reducir el tiempo de la Constitución Federal del 1988, las leyes y los presupuestos del gobierno en las últimas décadas. Los procedimientos para la recolección de datos fueron: entrevistas semi estructuradas con siete personas con discapacidad, el registro fotográfico representantes de las instalaciones / dificultades encontradas, las medidas de evaluación comparativa, elementos arquitectónicos, muebles y la planificación urbana, el balance de los ajustes y las normas técnicas. Los resultados indican: “Enfriar la inflación” en los documentos, normas y directrices en el ámbito federal, la dispersión y el enrarecimiento del discurso en el Estado de Mato Grosso do Sul, un vacío en el lenguaje local, la ausencia de leyes, directrices, programas, proyectos y planes de la ciudad de Dourados. Por último, las prácticas discursivas y no discursivas demuestran un sistema de mecanismos de control de la prohibición y la exclusión de las personas con discapacidad y movilidad reducida, que aparece en la precariedad de las pocas adaptaciones, que no reúne los requisitos de la existencia de políticas públicas efectivas para el derecho fundamental a ir y venir con seguridad en la ciudad.

Palabras – llaves: políticas públicas, derecho a la accesibilidad, persona con discapacidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Entrada do Terminal de Transbordo localizada na Praça Mário Correa	76
Figura 02 – Detalhe do portão reservado para pessoas com restrição de mobilidade ...	76
Figura 03 – Funcionário da empresa responsável pelo transporte coletivo urbano ajudando uma idosa a abrir o portão de acesso que se encontrava emperrado.....	77
Figura 04 – Normas para aproximação de porta frontal	77
Figura 05 – Rua Camilo Hermelindo da Silva (foto tirada do canteiro central).....	78
Figura 06 - Rua Camilo Hermelindo da Silva (foto tirada da calçada da Praça).....	78
Figura 07 – Modelo de rebaixamento de calçadas no meio da quadra quando há canteiro divisor de pistas	79
Figura 08 – “Rebaixamento” Rua Hilda Bergo Duarte com a Rua Onofre Pereira de Matos	79
Figura 09 – “Rebaixamento” Rua Hilda Bergo Duarte com a Rua Onofre Pereira de Matos sob outro ângulo.....	79
Figura 10 – “Rebaixamento” da calçada do Terminal localizado à Rua Hilda Bergo Duarte	80
Figura 11 – Raiz de árvore danificando a calçada da Praça Mário Correa.....	80
Figura 12 – Calçada localizada na Praça em péssimas condições de manutenção.....	80
Figura 13 – Cruzamento Avenida Marcelino Pires com a Rua José de Alencar (ponto de vista: calçada do Shopping	85
Figura 14 – Cruzamento Avenida Marcelino Pires com a Rua José de Alencar (ponto de vista: “calçada” da Rodoviária)	85
Figura 15 - Ponto de parada de ônibus mais próximo ao Terminal Rodoviário e ao Shopping	85
Figura 16 – Terminal Rodoviário de Dourados: entrada principal.....	86
Figura 17 – Terminal Rodoviário de Dourados: detalhe da entrada principal.....	86

Figura 18 – Terminal Rodoviário de Dourados: o acesso lateral ao terminal depara-se com espaço reservado a taxistas	86
Figura 19 – Terminal Rodoviário de Dourados: detalhe	86
Figura 20 - Terminal Rodoviário de Dourados: acesso I lateral para embarque e desembarque	87
Figura 21 - Terminal Rodoviário de Dourados: acesso lateral II para embarque e desembarque	87
Figura 22 – Terminal Rodoviário de Dourados: acesso frontal para embarque e desembarque	87
Figura 23 – Aeroporto Municipal de Dourados: fachada	90
Figura 24 – Aeroporto Municipal de Dourados: estacionamento reservado às pessoas com deficiência	90
Figura 25 - Aeroporto Municipal de Dourados: sanitários	90
Figura 26 - Biblioteca Pública e Sede da Academia Douradense de Letras: fachada ...	94
Figura 27 - Biblioteca Pública e Sede da Academia Douradense de Letras: detalhe da entrada.....	94
Figura 28 – Tratamento de desnível	94
Figura 29 – Rampa de acesso a uma Biblioteca Municipal.....	95
Figura 30 – Rampa de acesso a uma Biblioteca Municipal: detalhe	95
Figura 31 – Vista panorâmica do Teatro Municipal de Dourados.....	97
Figura 32 – Teatro Municipal de Dourados: rampa de acesso ao palco	97
Figura 33 – Teatro Municipal de Dourados: escadaria.....	97
Figura 34 – Anfiteatro Municipal de Dourados: entrada principal.....	98
Figura 35 – Anfiteatro Municipal de Dourados: desnível na entrada principal.....	98
Figura 36 – Espaço interno do Anfiteatro Municipal de Dourados	98
Figura 37 – Anfiteatro Municipal de Dourados: escada de acesso ao palco	98
Figura 38 – Anfiteatro A da Universidade I	101
Figura 39 – Anfiteatro A: rampa de acesso ao palco	101

Figura 40 – Entrada principal: Universidade I.....	102
Figura 41 – Estacionamento: Universidade I.....	102
Figura 42 – Anfiteatro B da Universidade I	102
Figura 43 – Deficiente visual subindo as escadas.....	102
Figura 44 – Rampa de acesso à Universidade Pública II.....	103
Figura 45 – Anfiteatro da Universidade Pública II.....	104
Figura 46 – Anfiteatro da Universidade Pública II: detalhe da rampa	104
Figura 47 – Quadra de esportes – Parque dos Ipês	105
Figura 48 – Entrada do Departamento Municipal de Esportes	105
Figura 49 – Sanitários – Parque dos Ipês.....	106
Figura 50 – Detalhe da entrada: sanitários – Parque dos Ipês	106
Figura 51 – Rua Ponta Porã	106
Figura 52 – Rua Ponta Porã: calçada em frente a pista de caminhada	107
Figura 53 – Rua Ponta Porã: pista de caminhada	107
Figura 54 – Catedral de Dourados	108
Figura 55 – Catedral de Dourados: entrada lateral	108
Figura 56 – Veículo estacionado na vaga reservada às pessoas com deficiência: em frente a um estabelecimento bancário.....	111
Figura 57 – Veículos estacionados obstruindo rampas de acesso a um parque.....	111
Figura 58 – Ciclista pedalando na calçada.....	111
Figura 59 – Comércio de frutas na calçada em área central da cidade	111
Figura 60 – Cabina telefônica localizada na área central da cidade	116
Figura 61 – Cabina telefônica acessível	116
Figura 62 - Esquina de uma das principais avenidas de Dourados.....	118
Figura 63 – Calçada na área central da cidade.....	118
Figura 64 – Dispositivo de acionamento	118

Figura 65 – Dispositivo: detalhe	118
Figura 66 – “Calçada” na Rua Ponta Porã ao lado da Justiça Federal.....	121
Figura 67 – Calçada da Justiça Federal.....	121
Figura 68 – Calçada na área central da cidade.....	122
Figura 69 – Calçada de uma escola central da cidade	122
Figura 70 – Entrada de um estabelecimento bancário com piso tátil	125
Figura 71 – Bebedouro acessível - Estabelecimento bancário.....	125
Figura 72 – Porta do sanitário – Estabelecimento bancário.....	126
Figura 73 – Detalhe: sinalização em braile.....	126
Figura 74 – Bacia sanitária com barras de apoio – Estabelecimento bancário.....	126
Figura 75 – Lavatório acessível - Estabelecimento bancário.....	126
Figura 76 – Rampa na área central da cidade	127
Figura 77 – Deformação no asfalto próximo à rampa – Área central da cidade	127
Figura 78 – Desenho da grelha – exemplo.....	127
Figura 79 – Rampa de acesso à Universidade Pública I.....	130
Figura 80 – Figura representando rampa segundo as normas de acessibilidade.....	130
Figura 81 – Rampa I localizada na área central da cidade.....	130
Figura 82 – Rampa II localizada na área central.....	130
Figura 83 – Símbolo internacional de acesso	131
Figura 84 – Desenho de peixes substituindo a faixa de pedestres	131
Figura 85 – Altos da Avenida Presidente Vargas: indígenas a caminho da cidade.....	133
Figura 86 – Avenida Presidente Vargas: indígenas	133
Figura 87 – Mãe indígena com seus filhos na cidade	134
Figura 88 - Avenida Presidente Vargas: família indígena vindo á cidade.....	134
Figura 89 – Avenida Presidente Vargas: família indígena	134
Figura 90 – Ciclovia de Dourados	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Descrição dos participantes da pesquisa.....	60
Quadro 02 – Dimensionamento de rampa	95
Quadro 03 – Comparativo de medidas	116

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
---------------------------	----

CAPÍTULO I

A ORDEM DO DISCURSO SOBRE ACESSIBILIDADE: ENTRE O SABER E O PODER

.....	30
1.1 A construção histórica do discurso de acessibilidade: o que anunciam os documentos.	30
1.2 A garantia do direito de ir e vir em diferentes contextos	34
1.2.1 Acessibilidade no contexto nacional	34
Decreto-Lei 5296: a Lei de Acessibilidade.....	36
Outros documentos nacionais	37
1.2.2 Acessibilidade no contexto de Mato Grosso do Sul.....	41
1.2.3 Acessibilidade no contexto da cidade de Dourados	43
1.3 Os discursos de verdade sobre a cidade acessível.....	45

CAPÍTULO II

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: A BUSCA DE FERRAMENTAS DE

ANÁLISE	49
2.1 O referencial teórico e metodológico Foucaultiano	50
2.1.1 A ordem do discurso.....	50
2.1.2 Microfísica do Poder	53
2.1.3 Biopolítica (ou microfísica do poder).....	54
2.2 Corpus empírico: a escolha de procedimentos e instrumentos.....	57
2.2.1 Pesquisa documental	59
2.2.2 Os sujeitos e os critérios de seleção	60

2.2.3 O cenário	61
2.2.4 Procedimentos e instrumentos para coleta de dados	62
2.2.4.1 Pesquisa de campo	64
O Diário de Campo	64
2.2.4.2 Elaboração de roteiro e sessões fotográficas	65
2.2.4.3 Registro e medidas das adaptações captadas por meio de fotos	66
2.2.4.4 Materiais e equipamentos	66
2.3 Análise dos dados	67

CAPÍTULO III

OS SUJEITOS, OS ESPAÇOS E A ACESSIBILIDADE DA CIDADE DE DOURADOS: O RETRATO DA INTERDIÇÃO.....	68
3.1 À procura de enunciados	70
3.1.2 Os sujeitos	72
3.2 Condições de acesso para locomoção	75
3.2.1 Acesso ao transporte coletivo urbano	75
3.2.2 Acesso ao transporte rodoviário	85
3.2.3 Acesso ao transporte aeroviário	90
3.3 Acessibilidade na comunicação, informação e cultura.....	92
Biblioteca Pública e Sede da Academia Douradense de Letras.....	94
Biblioteca Municipal (central)	95
Teatro Municipal.....	96
Anfiteatro da Prefeitura Municipal	98
Acessibilidade nas Universidades Públicas	99
Universidade I.....	100
Anfiteatro A	100

Anfiteatro B	102
Universidade II	103
Acesso às práticas esportivas	105
Templos e igrejas	107
Catedral de Dourados.....	108
Outros espaços culturais.....	109
3.4 Barreiras atitudinais.....	110
3.5 Outros equipamentos e imobiliário urbanos.....	114
Área central.....	117
3.6 Acessibilidade na cidade de Dourados: facilidades e dificuldades.....	123
3.7 Dourados: terra de todos os povos	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144
ANEXOS.....	150

APRESENTAÇÃO

A história do pensamento político da modernidade, a partir do século XVII, busca romper com crenças e tradições, onde os fenômenos e fatos eram vistos como frutos do divino, dando lugar à ciência e à técnica, afirmando a soberania do conhecimento.

Foucault (2006) ressalta que a Revolução Francesa tinha ligações orgânicas com ideal de liberdade de Rousseau, que influenciou os regimes políticos não apenas em relações ideológicas, mas nas relações e organização das instituições, caracterizando-se como filosofia dentro de uma estrutura paradigmática.

Constituído sobre o conceito de racionalidade, o paradigma moderno de ciência teve em Bacon, Newton e Descartes seus grandes expoentes. Guiado por uma busca incessante de progresso, fez surgir novos valores e objetivos, consolidando-se uma visão compartimentada do mundo, marcada por uma lógica dialética a qual “põe em jogo termos contraditórios no elemento do homogêneo” (FOUCAULT, 2008b, p.58) e cultiva o monoculturalismo.

Esse autor pondera que no Século XIX surgiu na Europa os Estados Filosóficos ou Estados-filosofias que são, simultaneamente, filosofias e Estados; Estados que pensam sobre si, que refletem sobre si mesmos, que se organizam e definem suas escolhas a partir de proposições filosóficas. O Século XX é marcado pelo viés sócio-anropológico na defesa normativa dos direitos de liberdade e direitos sociais, entre os quais o direito de ir e vir, presente na Declaração Mundial dos Direitos Humanos (1948).

Alguns teóricos, filósofos e sociólogos têm levantado questionamentos relacionados ao discurso e a unicidade do pensamento moderno. Nos anos de 1980, pensadores como Richard Johnson, Foucault e Derrida trouxeram para o debate filosófico a complexidade das temáticas: identidade, diferença e anormalidade, visão oposta à monolítica da cultura, da política e da economia. A preocupação, em grande parte desses autores, tem sido com o contexto, o particular, o local, os discursos e os movimentos sociais.

Para Bobbio (1999, p.22) o pluralismo evoca positivamente um estado de coisas, no qual não existe um poder monolítico. Pelo contrário, há muitos centros de poder distribuídos territorial e funcionalmente, o indivíduo tem a máxima possibilidade de participar na formação das

deliberações que lhe dizem respeito, o que é a quintessência da democracia. Para definir democracia, o autor argumenta que são necessárias duas negações: “a negação do poder autocrático, em que consiste a participação, e a negação do poder monocrático, em que consiste o pluralismo” (BOBBIO, 1999, p.28). Evidencia-se de um lado, o papel do Estado na defesa e proteção dos direitos de liberdade e de outro lado, a participação do cidadão na defesa dos seus direitos sociais.

Dentre os autores que discutem o desconstrucionismo e a política da diversidade está Boaventura de Souza Santos (2006), o qual defende um trajeto contra-hegemônico para o debate sobre a democracia. Diz haver um esvaziamento do conceito de cidadania a qual tem sido concebida como justificativa à negação dos particularismos, das especificidades, das necessidades e das aspirações vinculadas a micro-climas culturais, regionais, étnicos, raciais ou religiosos. Para ele, a gestão da desigualdade e da exclusão é um processo político multidimensional, sendo o universalismo o dispositivo ideológico dessa gestão, ora pela negação da diferença, ora pela absolutização das diferenças, “quer um, quer outro processo permitem a aplicação de critérios abstractos de normalização, sempre baseados numa diferença que tem poder social para negar todas as demais ou para declará-las incomparáveis.” (SANTOS, 2006, p. 283). Tal gestão é firmada pelas políticas redistributivas do Estado e por uma ampla política cultural orientada para a homogeneização, a qual, frente à articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade entra em crise. Dessa maneira, faz-se necessária “uma articulação pós-colonial e multicultural das políticas de igualdade e de identidade” (SANTOS, 2006, p. 313). Cabe pontuar a influência desse teórico no campo da distribuição dos direitos sociais no Brasil.

A partir das décadas de 1960-80, a teoria crítica de Michael Foucault vem rediscutir tais questões. Para Foucault (2008c), nos encontramos em um mundo plural onde os fenômenos surgem deslocados e o poder é exercido em diferentes locais. Não há poder, há poderes, diz o autor, na luta dos interesses de diferentes segmentos sociais. A teoria Foucaultiana coloca em debate as relações humanas e as relações de poder que permeiam o cotidiano dos grupos dos “anormais” até então marginalizados: o estrangeiro, os loucos, os prisioneiros, os deficientes e os que adotam opções de gênero e sexuais diferenciadas.

Santos e Avritzer (2005) discutem a democracia participativa como forma de envolvimento de novos atores e novos temas, antes ignorados pelo sistema político, aumentando a participação no nível local, surgindo, assim, uma alternativa às democracias hegemônicas que,

segundo os autores, tem sido hostil à participação ativa dos cidadãos na vida política. Dessa forma, defendem a participação popular como forma de resistência e conflito potencial.

Para Foucault, a participação proposta pelo governmentamento aproxima-se a uma peça teatral onde, muitas vezes, o papel da população é da pura e simples indignação: “É preciso recusar a separação das tarefas que, frequentemente, nos é proposta: aos indivíduos cabe indignarem-se e falar; aos governos refletir e agir. Por certo: os bons governos amam a santa indignação dos governados, contanto que ela permaneça lírica”. (FOUCAULT, 1994 apud FONSECA, 2008).

Nesta última década, surgem as políticas específicas, hoje, denominadas de políticas afirmativas, voltadas a assegurar o direito constitucionalmente consagrado às minorias sociais, até então alijadas da proteção do Estado. Entre essas ações faz-se notória a preocupação com o direito de ir e vir, de segurança e inserção sócio-cultural das pessoas com deficiência e de mobilidade reduzida.

O reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência surge no campo internacional, pela primeira vez, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, sob o imperativo de que: todos são iguais perante a lei, com os mesmos direitos e oportunidades, sem qualquer distinção; com proteção da lei contra qualquer discriminação.

No Brasil, a pressão dos movimentos sociais, na segunda metade da década de 1980, marcada pelo Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, impulsionou a criação de medidas político-jurídicas expressas pela Constituição Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. A Carta Magna reforça a igualdade de direitos para todos e traz como função do Estado a defesa dos direitos sociais: à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança; estabelece o direito de ir e vir, entre outros.

Nos últimos anos, acordos internacionais elaborados na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia; na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em Salamanca, na Espanha, em 1994 e, mais recentemente, no Fórum Mundial de Educação em Dakar, Senegal, em 2000, dos quais o Brasil é signatário, enfatizam o compromisso dos Estados Partes em assegurar os direitos sociais, a educação inclusiva e a acessibilidade, como forma de garantir a inclusão da pessoa com deficiência.

No Brasil, a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 define a acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços,

mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2000). Em outras palavras, acessibilidade é permitir que todas as pessoas, principalmente as pessoas com restrição de mobilidade e deficiência, tenham acesso ao uso de produtos, serviços e informações. Neste estudo, embora a acessibilidade física seja o foco principal, não é somente a ela que se restringe, envolvendo também aspectos da comunicação, de barreiras atitudinais e de inserção sócio-cultural.

Considerou-se as ponderações de Manzini (2005) quanto aos termos acesso e acessibilidade. O autor diferencia a palavra acesso, que significa desejo de mudança e busca de objetivos determinados; da palavra acessibilidade a qual se refere às condições concretas e palpáveis que podem ser medidas, legisladas e cobradas judicialmente.

Anualmente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publica um relatório que faz referência à inclusão social como forma de eliminar as desigualdades e avalia os progressos dos países e agências, tendo como um dos critérios a acessibilidade visando o compromisso de proporcionar uma Educação de qualidade para Todos. Nota-se, por meio desse Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos, 2009, intitulado “Superando a desigualdade: por que a governança é importante”, lançado em novembro de 2008, em Genebra, Suíça, que a desigualdade continua preocupando organizações internacionais e os governos precisam dar maior prioridade à justiça e à equidade social.

Na sociedade contemporânea, o discurso da inclusão social tornou-se tema prioritário das políticas públicas e das agendas governamentais. Desta forma, a acessibilidade começa a ganhar relevância no Plano Diretor dos Municípios, nos projetos de arquitetura e urbanismo, pois barreiras arquitetônicas interferem na vida de muitas pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência, deixando-as à parte da convivência e da vida comunitária, o que não configura responsabilidade social.

A arquitetura sempre foi pensada a partir de um homem “padrão”, dessa forma os anormais não conseguiam (ou não conseguem?) ter acesso a todos os espaços. Nos dias atuais, o discurso da inclusão coloca em destaque questões como o desenho universal, onde a arquitetura deve ser pensada para atender conjuntamente às necessidades funcionais de um maior número de pessoas. Na realidade, a questão é mais complexa, o discurso da acessibilidade relaciona-se a outros saberes. O campo enunciativo é povoado por mudanças e continuidades. No caso da

acessibilidade, diferentes campos de poder-saber, como da Arquitetura, da Engenharia, da Administração pública, da Sociologia, entre outros, entram em confronto. Muitas vezes, os enunciados mais banais e discretos, influenciam nas práticas discursivas.

Neste contexto histórico, torna-se notável a mudança nas práticas de vigilância e de repressão das pessoas com deficiência intitulada “inclusão”: enquanto, no século XVIII, estes, considerados anormais, eram escondidos e excluídos, separados dos demais, como acontecia (e ainda acontece) nas escolas especiais; atualmente, há uma gama de legislação que defende os direitos dessa população. Frente às intenções governamentais, poder-se-ia pensar que o tema da acessibilidade começa a ser tratado em toda a sua extensão. Entretanto, levanta-se a hipótese de mesmo com farta legislação orientando a acessibilidade, a efetivação do direito de ir e vir na cidade de Dourados, bem como, as adequações dos espaços urbanos nem sempre consideram as diferenças e especificidades da população.

Por esse viés cabe questionar:

- Como se constituem os discursos sobre acessibilidade na cidade de Dourados, MS?
- Quais os mecanismos presentes nas práticas discursivas e não discursivas sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência?
- Quais as estratégias utilizadas pelos agentes públicos para a formulação de Políticas de Acessibilidade em Dourados?

Essas e muitas outras inquietações começaram a emergir a partir do ano de 2006 quando ingressei ao quadro efetivo do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/MS) e tive a oportunidade de aproximar-me da problemática da acessibilidade.

Com a formação acadêmica inicial em Letras, a lotação no Setor de Educação para o Trânsito levou-me a adentrar na área da educação. No ano de 2007 iniciei o curso de pós-graduação *lato sensu* em Formação de Profissionais da Educação, na área de concentração em Educação Inclusiva na Universidade Federal da Grande Dourados. Neste mesmo ano, participei de um projeto no qual a Agência Regional de Trânsito de Dourados, em parceria com o Departamento Municipal de Trânsito e Centro de Convivência e Geração de Renda da Pessoa com Deficiência Dorcelina Folador, desenvolveu um material de sensibilização com o objetivo de orientar uma adequada interação com as pessoas com deficiência em vias públicas e transportes

coletivos; a população douradense constituiu, então, o público alvo da ação. Esse material foi elaborado e distribuído coletivamente, envolvendo representantes de instituições e pessoas com diferentes deficiências.

Chegado o momento de pensar no Projeto de Pesquisa da Especialização e fazer as clássicas perguntas de toda pesquisa (quem, porque e quando pesquisar?), a aproximação e a convivência levaram-me a realizar uma pesquisa que envolvesse as pessoas que freqüentavam o Centro de Convivência e Geração de Renda. Desta forma, meu objeto de pesquisa envolveu o mundo do trabalho das pessoas com deficiência, na cidade de Dourados¹. Entre os resultados desta pesquisa, constatou-se que a falta de acessibilidade estava entre as maiores barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, no acesso à educação formal e ao trabalho.

Essas questões aproximaram-me cada vez mais da temática, envolvendo-me em reuniões e debates. Desse interesse, nasceu o convite para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, onde atuo como conselheira suplente desde 15 de julho de 2008.

Esses caminhos despertaram em mim o interesse por investigar um objeto tão específico, como as Políticas Públicas de Acessibilidade, o que tem sido alvo de discussões no GEPEI Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva, do Programa de Mestrado em Educação da UFGD, campo de debate sobre diversidade e Políticas Públicas Afirmativas.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo geral: estudar as políticas públicas de acessibilidade e compreender, à luz do referencial teórico Foucaultiano, como são construídas as práticas discursivas e não discursivas sobre a acessibilidade na cidade de Dourados, MS, tendo em vista a efetivação dos direitos sociais. Como objetivos específicos:

- Conhecer e analisar a ordem do discurso governamental por meio de leis, decretos, normas técnicas, programas, projetos e planos e identificar as estratégias presentes na elaboração e implementação das políticas públicas de acessibilidade;
- Evidenciar os enunciados das práticas específicas emersos nos depoimentos das pessoas com deficiência de modo a detectar as facilidades e/ou dificuldades encontradas no acesso ao transporte, vias públicas e aos bens culturais;

¹ HOVA, G. L. A política de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho: o dito e o escrito, 2008, 45f. Trabalho de conclusão de curso de especialização (Pós-graduação *Latu Sensu* em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2008. (Orientadora Marilda Moraes Garcia Bruno).

- Retratar, descrever e refletir sobre as condições de acessibilidade na cidade de Dourados, MS.

A relevância social deste estudo reside no conhecimento das necessidades específicas das pessoas com deficiência no campo da acessibilidade; e na identificação das principais barreiras arquitetônicas, de comunicação e atitudinais de forma a colaborar na elaboração e implementação da política municipal para efetivação do direito à acessibilidade.

Outro aspecto relevante diz respeito a produção de conhecimento sobre as adequações dos espaços públicos, contribuindo para a formação de profissionais de diferentes campos de saberes: do direito, da sociologia, da arquitetura, da engenharia, da gestão dos serviços públicos e da Educação Especial, comprometidos com o acesso e a qualidade de vida dos habitantes de Dourados, com ou sem deficiência.

Este estudo teve vários momentos: a princípio, foi necessário escavar os documentos e a literatura que pudessem retratar o estado do conhecimento. Os estudos mais recentes foram encontrados por meio do III Congresso Brasileiro de Educação Especial, na Universidade Federal de São Carlos, evento bienal que reúne pesquisadores de Educação Especial de todo o país. Ao todo, foram apresentados no evento, doze trabalhos sobre a temática. Apenas dois abordavam a acessibilidade física: “Acessibilidade e barreiras: percepção dos alunos com deficiências na Universidade Federal de Sergipe” de Cruz e Hora (2008) e “Acessibilidade na Universidade do Estado do Pará - UEPA: um estudo nos campi da capital” de Silva (2008).

Cruz e Hora (2008) pesquisaram a percepção dos alunos com deficiências acerca da acessibilidade e barreiras encontradas na Universidade Federal de Sergipe. As autoras concluíram que a maioria dos alunos com deficiência percebeu barreiras arquitetônicas urbanísticas, de edificação, atitudinal e de recursos pedagógicos, sendo o vestibular a primeira barreira.

A acessibilidade na Universidade do Estado do Pará foi o objeto de estudo de Silva (2008), este buscou identificar os entraves e obstáculos que limitam o acesso e a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nos Campi belenenses, tendo por base a Norma Brasileira 9050:1994, detectando e registrando inúmeras dificuldades/barreiras de acessibilidade aos Campi investigados.

Ao pesquisar os trabalhos publicados na edição anterior do evento (em 2005), foi encontrada mais uma pesquisa sobre acessibilidade com seu lócus em uma universidade, mas ao

contrário das anteriores, localizada na região sul do país. Com objetivo de identificar, descrever e analisar, sob pontos de vista do estudante com deficiência e baseada em sua trajetória acadêmica, as condições de acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina., Manzini e Oliveira (2005), concluíram que acessibilidade no ensino superior envolve a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais e comunicações e que a Universidade, como instituição formadora, ainda não conseguiu efetivar a acessibilidade na sua totalidade, enquanto caminho para a inclusão social.

Pode-se observar que a acessibilidade tem sido objeto de estudos de muitas instituições de Ensino Superior, no entanto, uma pesquisa que abarque a questão da acessibilidade na dimensão deste trabalho é inovadora.

Buscaram-se, ainda, outras áreas acadêmicas, que produzem saberes que envolvem a acessibilidade. Por meio do banco de dados da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos, chegou-se a uma dissertação de mestrado “Percepção do portador de deficiência física com relação à qualidade dos espaços de circulação urbana” do Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da mesma universidade. Ao pesquisar a percepção da pessoa com deficiência física com relação à qualidade dos espaços de circulação urbana, Orlandi (2003) constatou que a opinião ou percepção das pessoas com dificuldades de locomoção nem sempre acompanha a hierarquia de importância atribuída pelos técnicos, aquelas priorizam muito mais as variáveis de caracterização física das calçadas que oferecem mínimas condições de movimentos, em detrimento desses que focam as boas condições de qualidade de conforto e segurança e de aspectos ambientais. Infelizmente o desconhecimento técnico faz com que muitos edifícios não apresentem acessibilidade e, outros, possuam rampas, elevadores, vagas reservadas para deficientes, mas apresentando alguma irregularidade quanto à especificação técnica.

Num segundo momento, foi realizada uma escavação nos documentos governamentais das esferas federal, estadual e municipal sobre o tema. Recomendações das políticas públicas nacionais, mais especificamente, destacando-se, ainda, os cadernos do Programa Brasil Acessível, Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana do Ministério das Cidades, os quais foram trazidos de Brasília, na ausência de programas e projetos locais.

Em busca da legislação municipal, a pesquisadora esteve no Centro Administrativo Municipal, onde teve acesso ao Plano Diretor e ao Código de Posturas do município de Dourados, os quais foram salvos em pen drive, para posterior análise. Plantas e/ou projetos de

adaptações arquitetônicas com vistas à acessibilidade também foram procurados, entretanto, o responsável pelo setor informou que, devido à mudança do quadro administrativo com a troca de governo, ele desconhecia a existência dos mesmos.

Na construção do percurso metodológico desta pesquisa optou-se por um recorte temporal a partir das políticas públicas de 1988 que asseguram vários direitos sociais aos cidadãos brasileiros, entre os quais, o direito à acessibilidade aos espaços públicos, objeto deste estudo.

Para responder as questões suscitadas e devido às implicações de natureza prática, empírica e técnica, optou-se, durante o processo de investigação científica, por lançar mão de abordagem qualitativa e quantitativa, visando não se restringir aos resultados, frutos de uma única abordagem.

Um dos procedimentos para a coleta dos dados foi a elaboração de um roteiro, com questões semiestruturadas voltadas para conhecer a opinião das pessoas com deficiência, as quais vivem em seu cotidiano tal problemática. Com o objetivo de dar voz e, posteriormente, dimensionar suas facilidades e/ou dificuldades na acessibilidade em Dourados, MS, sete pessoas, com diferentes níveis socioeconômicos e escolares, foram entrevistadas, sendo, uma com deficiência auditiva, três com deficiência visual e três com deficiência física. Também foram utilizados registros fotográficos e aferição de medidas de elementos arquitetônicas, mobiliários e urbanísticos, tendo em vista possibilitar o confronto entre os dados e as normas técnicas de acessibilidade.

Contemplou-se, neste trabalho, um aporte teórico que valorizasse a subjetividade, a heterogeneidade e a diversidade, que reconhecesse formas alternativas de poder e de produção de vida e encontrou-se em Foucault um posicionamento interessante frente à cientificidade do conhecimento, uma visão transdisciplinar da ciência: a “arqueogenealogia.”²

Foucault recomenda um olhar o mais cuidadoso e microscópico para o que é dito e o que é feito no plano das práticas sociais sobre a acessibilidade, sejam elas discursivas, sejam não discursivas, neste intuito vislumbrou-se a arqueologia e a genealogia Foucaultiana. Utilizou-se a arqueologia, ao tratar do discurso da acessibilidade “[...] enquanto práticas que obedecem as regras [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 157). Já na genealogia recorreu-se às relações de saber, poder

² Veiga-Neto (2007), método arqueogenealógico é utilizado por alguns autores para nomear o campo de problematizações que se vale da arqueologia e da genealogia.

e verdade que permeiam os discursos por meio do “[...] acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 171).

Nesse sentido, Machado (1979) previne sobre os riscos de se cometer equívocos ao aplicar as análises de Foucault a novos objetos, argumentando que suas análises são bem demarcadas e particularizadas. Entretanto, para a análise das problematizações impostas neste trabalho, vislumbrou-se a metáfora da “caixa de ferramentas”. Dessa forma, foram utilizadas ferramentas do método da arqueologia, no que diz respeito aos enunciados e formações discursivas; e ferramentas da genealogia para descobrir como esse discurso manifesta e produz poder, por meios de mecanismos de controle e segurança sobre as pessoas com restrição de mobilidade.

Justifica-se tal ousadia com a licença do próprio filósofo:

[...] considero-os inteiramente livres para fazer, com o que eu digo, o que quiserem. São pistas de pesquisa, idéias, esquemas, pontilhados, instrumentos: façam com isso o que quiserem. No limite, isso me interessa, e isso não me diz respeito. Isso não me diz respeito, na medida em que não tenho de estabelecer leis para a utilização que vocês lhes dão. E isso não me interessa, na medida em que, de uma maneira ou de outra, isso se relaciona, isso está ligado ao que eu faço. (Foucault, 1999, p. 4)

As teorizações Foucaultianas possibilitaram um olhar diferenciado sobre o poder como rede produtiva que atravessa todo o corpo social, sobre o homem no contexto micro-político das instituições. Seus debates permitem uma nova concepção sobre as relações humanas e as relações de poder que permeiam o cotidiano dos grupos dos marginalizados, neste caso, a acessibilidade de pessoas com deficiência, objeto deste estudo. Para o dimensionamento da acessibilidade na cidade tornou-se importante conhecer as práticas discursivas e não-discursivas com que o poder investe nos corpos dos sujeitos com deficiência e desvendar os mecanismos ou estratégias de controle que funcionam como dispositivos de poder por meio da biopolítica, conceito este que trataremos adiante.

Torna-se importante pontuar que não se trata de uma perspectiva mágica, capaz de resolver as questões complexas de todas as relações sociais. Emprestando a visão de Veiga-Neto (2007, p. 11): “não se trata, tampouco, de pensar que ele tem a chave, a solução, a verdade; nem

mesmo de pensar que ele chegou mais perto de uma suposta verdade. Trata-se tão somente de colocar em movimento uma vontade de saber”.

A obra “Nascimento da Biopolítica” foi valiosa, pois discute poder, sujeição, disciplina e verdade e nos apresenta o nascimento de uma nova razão governamental: a governamentalidade, a qual caracteriza pela “instauração de mecanismos a um só tempo internos, numerosos e complexos” (FOUCAULT, 2008b, p. 39), onde descreve a racionalidade política no interior da qual foram postos os problemas específicos da vida e da população e, a partir da qual, o governo só pode agir, só está legitimado, fundado em direito e em razão para intervir no que o interessa.

Ao retomar a discussão dos direitos da pessoa com deficiência, reportamo-nos aos direitos humanos. Para Foucault:

O problema atual do que chamamos o direito do homem: bastaria ver onde, em que país, como, sob que forma são reivindicados, para ver que, de vez em quando, trata-se de fato da questão jurídica dos direitos do homem e, no outro caso, trata-se dessa outra coisa que é, em relação à governamentalidade, a afirmação ou reivindicação da independência dos governados. (FOUCAULT, 2008b, p. 57)

Esse recorte de um dos trechos das aulas dadas no Collège de France (1978-1979), Foucault expõe sutilmente seu pensamento sobre os direitos dos homens e sua relação com a governamentalidade, os quais nos ajudaram a compreender as regras para efetivação do direito e das normas de acessibilidade.

A palavra “norma”, empregada em todo o trabalho, surgiu, na maioria das vezes, para referir-se às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Porém, para Foucault a idéia de norma é distinta da lei, de regulamentações escritas, ou seja, de um corpus de código e de textos. A norma refere-se à conduta dos indivíduos relacionado à uma média dos comportamentos, hierarquizada, em termos de valor, a capacidade do indivíduo e traça a fronteira da anormalidade. Para Santiago (2008, p.61), a norma emerge de um modo muito mais suave, quase invisível, característica que dificulta uma oposição. Na governamentalidade, não se trata de impor uma lei aos homens, mas dispor convenientemente as leis. Isto é, o governo utiliza-se muito mais de táticas do que de leis. Segundo Foucault, o poder não se constitui nas bases legais, “mas sim no plano das disciplinas e de seus efeitos de normalização.” (DUARTE, 2008, p. 47).

A organização deste trabalho compreende quatro capítulos. O Capítulo I “A ordem do discurso sobre acessibilidade: entre o saber e o poder”, teve como foco central a compreensão da atual ordem do discurso jurídico-normativo do país sobre a acessibilidade e conhecer como operam as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento das pessoas com deficiência quando se trata do direito à locomoção, a partir dos estudos Foucaultianos.

Para trilhar o terreno investigativo proposto, fez-se necessário escavar elementos teóricos, ferramentas que permitiram o aprofundamento da análise e a discussão da temática. A partir desse esforço teórico nasceu o Capítulo II: “Percurso teórico-metodológico: a busca de ferramentas de análise”, onde foram apresentados os principais conceitos, noções e concepções de discurso, poder, disciplinamento dos corpos, biopolítica, os quais se tornaram pressupostos dirigidos ao corpus empírico. Preocupou-se, ainda, em descrever detalhadamente a metodologia de pesquisa, como: os procedimentos, as etapas, os sujeitos, a coleta de dados, entre outros instrumentos, não com o intuito de apresentar uma verdade absoluta, mas detectar indícios dessa verdade, por entre a trama da rede de saberes e poderes.

Os dados coletados foram analisados no Capítulo III, intitulado “Os sujeitos, os espaços e a acessibilidade na cidade de Dourados: o retrato da interdição” o qual trouxe os depoimentos colhidos através das entrevistas com pessoas com deficiência para verificação das dificuldades e facilidades de locomoção que elas enfrentam em seu dia a dia e as imagens dos espaços que retratam a situação da acessibilidade na cidade de Dourados.

Por fim, nas Considerações Finais, realizou-se uma síntese dos resultados, refletidas à luz das teorizações Foucaultianas, as quais subsidiaram as análises ao longo deste trabalho, possibilitando verificar, conforme os objetivos traçados, as estratégias, as relações de poder, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança, não acusando nem lastimando, mas vislumbrando novos horizontes.

CAPITULO I

A ORDEM DO DISCURSO SOBRE ACESSIBILIDADE: ENTRE O SABER E O PODER

Este capítulo teve como foco central compreender a atual ordem do discurso sobre a acessibilidade e conhecer como operam as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento das pessoas com deficiência, quando se trata do direito à locomoção. Para isso, buscou-se identificar alguns conceitos e concepções presentes nas normas jurídicas, nos documentos oficiais e nos programas governamentais que vêm desenhando a Política de Acessibilidade no país, no estado de Mato Grosso do Sul e no município de Dourados. O ponto de partida para essa apresentação e discussão foram os constructos teóricos fundados nas relações entre poder, saber e verdade presentes no pensamento Foucaultiano, eixo norteador para responder às problematizações aqui levantadas.

1.1 A construção histórica do discurso sobre acessibilidade: o que anunciam os documentos

Discorrer sobre a Política de Acessibilidade significa percorrer por um vasto campo de leis, normas, portarias, documentos e outros textos afins, discursos que se tramam para constituir o que ficou determinado como a estrutura legal e política que rege os projetos urbanísticos, o imobiliário urbano, os sistemas de transportes e os espaços públicos e, para mover-se por esse campo, optou-se pelos caminhos da racionalidade política tematizada por Michel Foucault.

Faz-se necessário expor o conceito de deficiência que vem sendo adotado no Brasil e que tem norteado as políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência.

Concebe-se pessoa com mobilidade reduzida, “aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da

mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção” (BRASIL, 2004). Dentre estas, estão inseridas as pessoas com deficiência, as quais, segundo o Decreto 5296/2004, são aqueles que apresentam “limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadram nas categorias de deficiência mental, deficiência múltipla, deficiência física, deficiência visual e deficiência auditiva” (BRASIL, 2004), sendo que, apenas as três últimas foram abordadas nesta pesquisa.

Neste trabalho, optou-se pelos conceitos da Classificação Internacional de Incapacidade, Funcionalidade e Saúde (CIF), norma internacional utilizada para descrever e avaliar a saúde e a deficiência, a qual apresenta uma nova classificação, incluindo fatores ambientais, sociais e pessoais que podem ter um impacto sobre o indivíduo e estrutura-se a partir dos conceitos de funcionalidade e incapacidade.

Segundo a CIF, “as deficiências são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda” (OMS, 2004). A funcionalidade refere-se à todas as funções do corpo e desempenho ou ações, já a incapacidade serve como um termo genérico para deficiências, limitações de atividades e restrições à participação, com qualificadores de capacidade ou desempenho. Classifica atividade como a “execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo”; participação como “envolvimento de um indivíduo numa situação da vida real”; limitações da atividade como “dificuldades que o indivíduo pode ter na execução de atividades”; e, finalmente, classifica restrições na participação como problemas que um indivíduo pode enfrentar quando está envolvido em situações da vida real.

Este trabalho adota os conceitos acima, pois os fatores ambientais constituem componentes dos fatores contextuais da classificação, os quais interferem ou limitam o desempenho do sujeito quanto à qualidade de vida e à participação à vida social. Assim, os fatores ambientais constituem o ambiente físico, social e atitudinal em que as pessoas vivem e conduzem a sua vida e devem ser considerados para cada componente da funcionalidade e ser codificados de acordo com esses componentes. Dessa forma, tal classificação enfatiza o papel da adequação do meio ambiente no processo que pode produzir a capacidade ou a incapacidade, em função das barreiras existentes. Por essa via de pensamento, as dificuldades não mais focam a pessoa com deficiência, suas limitações e incapacidades, mas sim, os contextos, as atitudes e a adequação dos ambientes.

Ao estabelecer um paralelo entre a cidade e o que a CIF chama de fatores ambientais, poder-se-ia afirmar que todos os espaços públicos da cidade constituem o ambiente físico, o qual

pode interferir na vida das pessoas com deficiência, podendo tanto dificultar quanto facilitar a participação plena na sua comunidade.

A maneira como se organiza esse ambiente físico, as condições de acessibilidade, o controle dos deslocamentos das pessoas com deficiência que acontece, por exemplo, com o posicionando de rampas em um local e não em outro, caracterizam-se como estratégias que incidem no disciplinamento dos corpos.

Segundo Foucault (1979, p. 147-148), “é no desenrolar de um processo político que apareceu, cada vez com maior insistência, o problema do corpo”. Para o autor, no século XIX e início do XX acreditava-se que o disciplinamento dos corpos devia ser rígido e meticuloso, entretanto, a partir de 1860, percebeu-se que esse investimento poderia ser atenuado, contanto que a materialidade do poder continuasse se exercendo sobre os corpos dos indivíduos.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional em 09 de julho de 2008 por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, constituem os mais recentes instrumentos internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos. Reafirmando os princípios universais dos direitos humanos, em especial, os princípios da dignidade, igualdade, não-discriminação, autonomia individual, participação plena e acessibilidade. A Convenção reconhece em seu Preâmbulo que a deficiência é um conceito em “evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2008). Complementa, ainda, o conceito de pessoas com deficiência: “são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade [...]”. (BRASIL, 2008).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) discute como, desde a época clássica, o corpo foi descoberto como objeto de poder, que pode ser manipulado, tornando-se dócil. Diferentemente da Idade Clássica, com o horror dos suplícios e da tortura física, surgiram, a partir do século XVII, outros métodos de disciplinamento do corpo, mais sutis, mas com o mesmo fim de controle, dominando o tempo, o espaço, os movimentos.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram segregadas, eliminadas do convívio social e, em determinados momentos, até exterminadas. No século XXI observa-se,

internacionalmente, um grande movimento de “inclusão”³ da pessoa com deficiência; aliás, a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), começa a preocupação dos legisladores de diferentes países no sentido de garantir os direitos dessas pessoas, até então alijadas do convívio social. Atualmente a evolução desses direitos e as lutas dos movimentos sociais têm inserido na agenda governamental a discriminação positiva reforçando as políticas afirmativas que asseguram os direitos das minorias.

No passado, a segregação; no presente, a inclusão? O que significa a inversão desse regime de verdade? Na obra citada, Foucault faz uma afirmação que nos leva a refletir sobre essa questão:

“[...] significa um esforço para ajustar os mecanismos de poder que enquadram a existência dos indivíduos: significa uma adaptação e harmonia dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, atividade, gestos aparentemente sem importância; significa uma outra política a respeito dessa multiplicidade de corpos e forças que uma população apresenta.” (FOUCAULT, 1987, p. 66)

Essas transformações de pensamentos, comportamentos e de estratégias políticas podem ser chamadas de requalificação pelo saber: o castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos, em outras palavras, ela faz parte de uma nova estratégia de controle dos sujeitos; controle de seus corpos, de seus desejos, de suas necessidades e aspirações.

A verdade não existe sem ou fora do poder, ela é produzida graças às múltiplas coerções e, por sua vez, produz efeitos regulamentados de poder. O saber está essencialmente ligado à questão do poder. A relativa estabilidade da lei obrigou a um jogo de substituições sutis e rápidas, dessa forma, os mecanismos punitivos adotaram outro tipo de funcionamento (ora, falar de inclusão e de acessibilidade traduz mais respeito e “humanidade”). Fica mais fácil compreender que essa nova ordem não é tanto um respeito pela humanidade das pessoas com deficiência, ao lembrar que, atualmente, é quase sempre em nome dos direitos humanos que se decretam e se impõem intervenções bélicas, ditas humanitárias.

³ Movimento de inclusão: Trata-se de uma nova perspectiva, discutida mundialmente, na luta contra a exclusão social. Significa deixar de excluir. Pressupõe que todos fazem parte de uma mesma comunidade e não de grupos distintos. Assim, para deixar de excluir, a inclusão exige que o poder público e a sociedade em geral ofereçam condições --- para todos. (FÁVERO, 2004)

1.2 A garantia do direito de ir e vir em diferentes contextos

Indubitavelmente pode-se afirmar que a locomoção com segurança e a promoção de acesso adequado às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida aos espaços públicos são temas indissociáveis dos direitos humanos.

O último censo do IBGE apresentou como resultado que 14,5% da população brasileira possui algum tipo de deficiência (SEMOB, 2005, p. 11), embora essa porcentagem não aparente ser significativa, ao transformar-se em números, esse total aproxima-se de 26,5 milhões de pessoas que enfrentam todos os dias alguma dificuldade em seu “ir e vir”.

A seguir, apresentam-se as regras e os códigos que “amparam” esses sujeitos, lembrando que para Foucault (1987), a mecânica positiva funciona na linguagem de todos os dias, e esta a fortalecerá sem cessar com novas narrativas, assim, o discurso tornou-se o veículo da lei.

1.2.1 Acessibilidade no contexto nacional

O Brasil, somente a partir da Constituição Federal de 1988, vem confirmar o fundamental direito da livre locomoção das pessoas com deficiência, estabelecendo a garantia de ir e vir com segurança. Estabelece a qualquer cidadão o acesso e usufruto aos mais variados bens e locais públicos que atendam às suas necessidades. Frente a esse dispositivo legal, verifica-se que as pessoas com deficiência podem ser restringidas nas suas possibilidades de conviver e contribuir na sociedade, devido aos impedimentos impostos pelos próprios obstáculos da cidade.

O texto constitucional dispõe mais claramente sobre essa temática ao propor sobre normas de construção e adaptação dos logradouros e dos edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência (BRASIL, 1988, art. 227, § 2º, e art. 244).

Acordos firmados pelo Governo brasileiro com organizações mundiais, como a Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes (1975)⁴, Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (1982)⁵, Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências (1993)⁶ e a Declaração de Salamanca (1994)⁷ corroboraram para que o Brasil se preocupasse em promulgar todo um amparo legal para a efetivação do direito à acessibilidade.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei Federal nº 9503 de 23 de setembro de 1997, vai um pouco além da Carta Magna Brasileira e do “direito de ir e vir”, diz que “o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.” (BRASIL, 1997, art. 1º § 2º) (grifo nosso).

A acessibilidade foi regulamentada no Brasil pela Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, o seu artigo 1º ([Redação modificada pela Lei nº 10.741, de 2003](#)) dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às gestantes, às lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo, tratando também de questões específicas de acessibilidade, como por exemplo, o artigo 4º que trata dos logradouros, sanitários públicos, bem como de edifícios de uso público, os quais devem apresentar “normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência”, e o artigo 5º, o qual rege que “os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após doze meses da publicação desta Lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência”. (BRASIL, 2000).

Um olhar menos cuidadoso afirmaria que a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 representa um grande avanço no campo da acessibilidade ao estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida “mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e

⁴ Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/1975.

⁵ Documento das Nações Unidas. Resolução 37/52 de 3/12/1982.

⁶ Adotadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/96, de 20/12/1993.

⁷ Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial Salamanca de 7 a 10/06/1994.

de comunicação” (BRASIL, 2000, Art. 1º). Entretanto, ao caminhar pelos espaços públicos da cidade, não há como ignorar as diversas barreiras arquitetônicas que, muitas vezes, interdita até as pessoas sem deficiência.

Foucault aborda o termo dispositivo como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1987, p. 244) (grifos nosso). O autor ainda acrescenta que o discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda. Tal dispositivo “tem, portanto, uma função estratégica dominante”. Nesse caso, entende-se as barreiras arquitetônicas como um dispositivo de poder.

Decreto-Lei 5296: a Lei de Acessibilidade

Finalmente, após quatro anos, a acessibilidade é regulamentada pelo Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, o qual estabelece normas gerais, critérios básicos e prazos para que os espaços, edifícios e transportes sejam ou se tornem acessíveis entre outras disposições.

Contudo o Decreto 5.296, mais conhecido como Lei de Acessibilidade, colocou como prazo, o dia três de junho de 2007 para que os prédios públicos cumprissem sua determinações. No caso das edificações de uso público já existentes, o prazo estipulado foi de trinta meses a contar da data de sua publicação para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o que não vem acontecendo em muitas cidades brasileiras.

As edificações de teatros, cinemas, auditórios, ginásios de esporte e similares, de uso público e de uso coletivos, já existentes quando da promulgação do Decreto, teve, respectivamente, prazo de trinta e quarenta e oito meses para garantir a acessibilidade nestes locais. As instituições de ensino também tiveram igual prazo para adaptar-se, no entanto, a realidade não é essa.

Os dados confirmam a premissa Foucaultiana do ilegalismo, a qual encerra a ideia de um certo regime funcional de atos considerados ilegais no interior de uma dada legislação, em vigor no interior de uma sociedade. Para explicar o porquê do desrespeito a essa lei lança-se mão de

uma nova política em relação às ilegalidades. De acordo com Foucault (1999), todo dispositivo legislativo dispõe de espaços proveitosos onde as leis podem ser violadas, ignoradas ou até onde infrações são sancionadas. Isso acontece, não por acidente ou imperfeição, mas é um elemento positivo do funcionamento social, cuja função é o controle da sociedade.

Desde o Antigo Regime, o jogo recíproco das ilegalidades fazia parte da vida política e econômica da sociedade e perdura até nossos dias. É nítida a existência de diferentes regimes de tolerância, de acordo com a situação sócio-econômica dos sujeitos em questão. As classes mais populares, por exemplo, têm maior acesso às ilegalidades dos bens, enquanto de outro lado, prevalece a ilegalidade dos direitos, ou seja, a possibilidade de pessoas de maior prestígio ou poder aquisitivo agirem às margens da legislação.

Existem alguns prazos que ainda não expiraram. A frota de veículos de transporte coletivo rodoviário e a infra-estrutura dos serviços deste transporte, por exemplo, deverão estar totalmente acessíveis no prazo máximo de cento e vinte meses, ou seja, em 2014. (BRASIL, 2004, art. 38, § 3º).

Há diversas formas de ilegalismo, a inobservância da fiscalização é uma delas. Se um aparato legal sob certo direito não é efetivado, alguma estratégia está sendo usada para tal, mais precisamente, está ocorrendo a gestão de um certo número de ilegalidades ou irregularidades.

Outros documentos nacionais

Tendo em vista que cada sociedade tem seu regime de verdade, cabe pontuar que a Política de Acessibilidade como discurso (no caso, o discurso legal) constitui-se em um espaço de produção de saberes e poderes.

Foucault, em “A Ordem do Discurso”, alerta-nos que, embora nossa civilização aparente venerar os discursos, esconde por trás de uma logofilia⁸, uma espécie de medo, o qual, segundo o autor, se quisermos analisá-lo em suas condições, seu jogos e seus efeitos, é preciso que

⁸ Logofilia: “espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso”. (FOUCAULT, 1996, p. 50)

questionemos nossa vontade de verdade, para, assim, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento: suspender, enfim, a soberania do significante.

A produção do discurso da acessibilidade, torna-se, dessa forma, controlada, organizada, selecionada e redistribuída por alguns procedimentos, que Foucault chama de mecanismos discursivos, os quais têm como efeito a exclusão, a sujeição e a rarefação.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, citada anteriormente, reconhece a importância dos princípios e das diretrizes de política, contidos no Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes e nas Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, para influenciar a promoção, a formulação e a avaliação de políticas, planos, programas e ações em níveis nacional, regional e internacional, para melhor equiparar as oportunidades para pessoas com deficiência. Entre os princípios gerais da Convenção estão: o respeito pela dignidade inerente, independência da pessoa, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e autonomia individual; a não-discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; a igualdade de oportunidades e a acessibilidade.

Além disso, traz em seu texto um artigo todo dedicado à acessibilidade, onde rege, entre outras coisas, que os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ou propiciados ao público, tanto na zona urbana como na rural (BRASIL, 2008, art. 9º). A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, lançou “A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada”. Nesta publicação, Vital e Queiroz (2008, p. 45) tecem suas considerações sobre esse artigo: “a Convenção se refere à acessibilidade como ferramenta para que as pessoas com deficiência atinjam sua autonomia em todos os aspectos da vida [...]” (SEDH, 2008).

Segundo os autores, o espaço é construído a partir dos referenciais do chamado “homem-padrão”, que é aquele que possui todas as habilidades físicas, mentais e neurológicas, dessa forma, para a real existência de um projeto inclusivo, é necessário uma visão que considere o

acesso universal ao espaço. A respeito da acessibilidade aos meios de comunicação, eles se mostram enfáticos:

Consideramos que, devido à relevância que possui, a acessibilidade das pessoas com deficiência aos meios de comunicação e informação existentes em uma sociedade moderna, este tema foi tratado superficialmente na Convenção e pode não nos trazer os avanços esperados, mas para países onde o tema sequer existe ou é pouco mencionado, pode ser importante. (SEDH, 2008, p. 48)

Para definir esse “homem-padrão” há um modelo instituído de comparabilidade que permite traçar a fronteira entre as pessoas designadas como normais e anormais. Para Foucault (2001), a figura do anormal delineou-se no final do século XIX com as categorias: o monstro humano, o incorrigível e o masturbador, os quais se fundiram num elemento único: o anormal. Esse indivíduo vai ficar marcado na prática médica, na prática jurídica, no saber como nas instituições que vão rodeá-lo, por uma espécie de monstrosidade “que se tornou cada vez mais apagada e diáfana, por essa incorrigibilidade retificável e cada vez mais por aparelhos de retificação” (FOUCAULT, 2001, p.75).

Outro documento é o Projeto de Lei nº 7699/2006 que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual se constitui um aparato legal que assegura direitos, promove e protege a pessoa com deficiência. O Estatuto tem como objetivos principais: assegurar a integração e a inclusão social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos dessas pessoas; introduzir, no ordenamento jurídico brasileiro, uma lei que defina claramente os direitos das pessoas com deficiência; e viabilizar a participação das pessoas com deficiência em todas as fases de implantação das políticas públicas.

Entre as propostas contidas estão, além da acessibilidade aos serviços de transportes coletivos públicos e privados, a impressão em braile dos valores das cédulas de dinheiro e do registro de hospedagem em hotéis e o atendimento das pessoas com deficiência auditiva, por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pelos profissionais de saúde, educação, segurança pública e assistência social, bem como nas repartições públicas e nos centros comerciais e “shopping centers”.

O documento trata do “Programa Nacional de Acessibilidade”, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o qual deve, entre outras atribuições: apoiar a capacidade e especialização de recursos humanos em acessibilidade e ajudas técnicas; acompanhar e aperfeiçoar a legislação sobre acessibilidade; e cooperar com Estados, Distrito Federal e

Municípios para a elaboração de estudos e diagnósticos sobre a situação da acessibilidade arquitetônica, urbanística, de transporte, comunicação e informação.

Faz-se interessante pontuar que o artigo 9º, comentado acima, possui o mesmo texto do artigo 68 do Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. Percebe-se ainda, que muitos outros conteúdos de leis e/ou decretos acabam repetindo-se, na intenção, talvez, de reforçar um direito. Na ânsia de fortalecer o princípio de sua expansão e de sua continuidade, acontece o que Foucault chama de um princípio de inversão: “nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como a do autor, da disciplina, da vontade da verdade, é preciso reconhecer, ao contrário, um jogo negativo de um recorte” (FOUCAULT, 1996, p. 51-52), ou seja, a repetição não garante o cumprimento da lei.

Todos os enunciados expostos acima têm por objetivo garantir a acessibilidade da pessoa com deficiência. Diante do conjunto dessas estratégias, uma delas diz respeito ao que pode ser entendido como mecanismos de controle e regulação que operam associados à ordem do poder, tanto para disciplinar quanto para entendê-la como um conjunto de pessoas envolvidas também por um poder interessado. Para Foucault:

“[...] é um jogo complexo entre interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados.” (FOUCAULT, 2008b, p. 61)

Entre os princípios fundamentais do Estado estão a acessibilidade, a autonomia individual e a segurança. Em 2 de junho de 2004 foi lançado o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana - Brasil Acessível, com o objetivo de estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a cumprirem suas prerrogativas e desenvolver ações que garantam acesso para pessoas com restrição de mobilidade aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas.

Para sua implementação, os Estados e municípios são convidados a aderir ao Programa, mediante a elaboração de um Programa Municipal de Acessibilidade, com o apoio (técnico e financeiro) do Ministério das Cidades. Estão previstas no Programa ações, como: capacitação de pessoal, adequação dos sistemas de transportes, eliminação de barreiras, difusão do conceito de desenho universal no planejamento de sistemas de transportes e equipamentos públicos, estímulo à integração das ações de Governo, sensibilização da sociedade, estímulo à organização das pessoas com deficiência e estímulo ao desenvolvimento tecnológico.

Entre os instrumentos do Programa Brasil Acessível, está a publicação de conteúdos temáticos. No ano de 2005, seis Cadernos foram lançados pela Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, os quais o presente trabalho lançou mão para pesquisa.

O Decreto nº 6215 de 26 de setembro de 2007, traz uma peculiaridade que é o compromisso de tornar não só as escolas acessíveis, mais o seu entorno também, além de garantir o transporte e infra-estrutura acessíveis às pessoas com deficiência (BRASIL, 2007, Art. 2º, incisos IV e V).

O Estado brasileiro tem posto em pauta questões relativas aos direitos básicos das pessoas com deficiência, nesse sentido, lançou, em 2007, a Agenda Social da Pessoa com Deficiência, onde há o entendimento de que não basta que a pessoa com deficiência tenha acesso à órtese e prótese, se não tiver escola acessível ou acesso ao transporte público coletivo. O objetivo desse documento foi fomentar a implementação da política de inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do país, buscando eliminar todas as formas de discriminação e garantir o acesso aos bens e serviços da comunidade, promovendo e defendendo os direitos desta parcela da população, de acordo com o Programa de Ação Mundial para Pessoa Portadora de Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU).

Essas atuais discussões, sobre igualdade e justiça para todos, giram em torno do problema da inclusão/exclusão, isso envolve um imperativo no qual, programas, políticas públicas, documentos oficiais identificam e beneficiam aqueles que se encontram marginalizados.

A acessibilidade representa um compromisso com a ideia de uma sociedade inclusiva. Diante de tal discurso, os obstáculos que impedem que as pessoas com deficiência ocupem os espaços públicos é um risco para o seu desenvolvimento enquanto cidadãos, enquanto sujeitos produtivos e úteis para o Estado, o que caracteriza mais do que mecanismos disciplinares: uma ordem de segurança. Na obra “Segurança, Território e População”, Foucault (2008c) já alertava que o conjunto das medidas legislativas, dos decretos e dos regulamentos que permitem implantar os mecanismos de segurança estão cada vez mais gigantescos.

1.2.2 Acessibilidade no contexto de Mato Grosso do Sul

Diante desse conjunto de legislações vindos da Federação, o Decreto nº 5.296 rege que são os Estados, os Municípios e o Distrito Federal que devem criar instrumentos para a efetiva implantação da acessibilidade. A seguir, para um melhor acompanhamento dessa implantação no estado de Mato Grosso do Sul, será lançado um olhar sobre a elaboração das leis em nível estadual, mesmo postas em momentos anteriores, já que os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade são produzidos pelas lutas, choques e embates que nela se desenrolam.

No ano de 1992, já havia no estado uma preocupação quanto ao acesso das pessoas com deficiência, expressada pela Lei nº 1.267/1992, onde rege que as edificações de propriedade pública estadual, que tiverem sua construção iniciada a partir desta lei, devem incluir: banheiros com paredes de metragem superior a um metro e quarenta cinco centímetros de largura, equipados com alças e suportes para o acesso ao portador de deficiência ao sanitário; rampa para movimentação e acesso de cadeiras de rodas e, ainda, que as entradas dos prédios devem contar com rampas para o trânsito e a movimentação de cadeiras de rodas. No caso de reformas ou modificações, estas deverão ser adaptadas às exigências dessa Lei.

Em 1994, a Lei Estadual nº 1.475 vem disciplinar a adaptação de veículos de transporte coletivo para possibilitar o acesso dos deficientes físicos. Já a Lei nº 2.083, de 16 de fevereiro de 2000, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos bancários em atividades no estado, disponibilizarem ao público sanitários e bebedouros com a adaptação às pessoas com deficiência física, entre outras que disciplinam a adaptação e utilização de veículos de transporte coletivo, implantação de grafia em Braille nos elevadores nos edifícios existentes no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Decreto Estadual nº 10.015, de 03 de agosto de 2000, dispõe sobre a Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Deficiência. Seus artigos reforçam o que diz a Lei Estadual nº 1267, citada anteriormente, acrescentando que “os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual devem adotar providências para garantir a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços, no âmbito de suas competências, à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, bem como evitando a construção de novas barreiras (MATO GROSSO DO SUL, 2000, Art. 49-51).

A Lei Estadual nº 3.181, de 31 de fevereiro de 2006, trouxe uma nova Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, a qual veio substituir o Decreto Estadual nº 10.015, de 03 de agosto de 2000. Não há mudanças significativas

se comparados o texto do Decreto e o texto da Lei. Enquanto esse se referia à pessoa com deficiência como portadora de necessidades especiais, aquele utiliza a terminologia pessoa portadora de deficiência. A execução legal também mudou, passou do Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência (CONSEP) para a Secretaria Estadual do Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária (SETASS). Quanto à acessibilidade, essa Lei garante às escolas e instituições de educação profissional adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação nos serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa com deficiência, além da viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas; e assegura a acessibilidade às instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino, desde a educação infantil até o nível superior.

Em 07 dezembro de 2006 foi promulgada a Lei nº 3.300 que dispõe sobre a instalação de placas em braile contendo a relação das linhas de ônibus e seus itinerários nos terminais rodoviários do Estado de Mato Grosso do Sul.

Embora haja procedimentos normativos, observa-se que desde 1992 há uma negação ou tentativa “fracassada” de concretizar a acessibilidade em nosso Estado. Nota-se que a eliminação das barreiras físicas, arquitetônicas, atitudinais e de comunicação são regidas por farta legislação, entretanto, no contexto da prática, o acesso aos espaços e à vida social e cultural é mais complexo. Foucault (2008c) nomeia esse movimento de inflação legal. Para o autor, essa inflação do código jurídico-legal existe para fazer o sistema de segurança funcionar. O dispositivo de segurança vai fixar “de um lado uma média considerada ótima, e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais as coisas não devem ir” (FOUCAULT, 2008b, p. 09).

Não foram encontrados programas, projetos e/ou acompanhamento das diretrizes para a implementação da Política de Acessibilidade no estado, quando realizadas ações nesse sentido, são movidas por embates de usuários ou por denúncias no Ministério Público.

1.2.3 Acessibilidade no contexto da cidade de Dourados

O Plano Diretor é uma lei municipal que estabelece diretrizes para ocupação do município. Ele deve identificar os problemas e as potencialidades e mostrar a cidade como ela é

atualmente e como ela deveria ser no futuro. A Lei Complementar nº.72 de Dezembro de 2003 institui o Plano Diretor de Dourados e cria o Sistema de Planejamento Municipal, além de outras providências. Entre os objetivos do desenvolvimento municipal está a equidade social e igualdade de oportunidades no usufruto dos benefícios sociais e econômicos gerados.

Quanto à Política Territorial do Município, ela orienta-se pelas seguintes diretrizes: “é assegurado o atendimento aos interesses dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas” (DOURADOS, 2003, Art. 26). O artigo 100, da mesma legislação, rege que a segurança no trânsito será priorizada através de ações efetivas, que visem implantar soluções urbanísticas apropriadas aos portadores de necessidades especiais, entretanto, em nenhum momento o Plano Diretor traz em seu texto questões de acessibilidade.

A legislação municipal referente à acessibilidade é escassa. Há a garantia, na Lei Municipal nº. 1917, de 22 de Junho de 1994, de concessão de passe livre às pessoas portadoras de dificuldade de locomoção, mental ou sensorial desde que irreversíveis, para utilização do transporte coletivo urbano e rural.

Recentemente, a Lei Municipal nº 3.211, de 12 de janeiro de 2009, torna obrigatória a adequação das calçadas em consonância com a Lei Federal nº. 10.098/2000 e o Decreto Federal nº. 5.296/2004, no âmbito do município de Dourados.

Ao observar tais discursos legais, a partir do âmbito nacional até o âmbito municipal percebe-se uma rarefação em tais discursos, enquanto há uma vasta legislação nacional sobre a acessibilidade, nas esferas estadual e municipal tais dispositivos vão tornando-se escassos. Entretanto, não se deve pensar esse fato como uma não preocupação política, é o que Foucault apresenta como um princípio de descontinuidade:

[...] o fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalcado e que nós tivéssemos por missão descobrir, restituindo-lhe, enfim, a palavra. Não se deve imaginar, percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas e acontecimentos, um não-dito ou um impensado que se deveria, enfim, articular ou pensar. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam, por vezes, mas também se ignoram ou se excluem. (FOUCAULT, 1996, p. 52)

Percebe-se, assim, que a rarefação não é um descuido, nem existe por acaso, é mais mecanismo de controle e exclusão.

Destaca-se, neste estudo documental sobre acessibilidade, um dos princípios de controle que é a interdição, separando aqueles que têm o direito privilegiado da fala e os que se encontram num processo de segregação determinados pelo patológico e o normal. Embora, a democracia, numa ótica pluralista, defenda a participação de todos no delinear das políticas públicas, é importante ressaltar que a desigualdade estrutural pode produzir desigualdade política e exclusão relativa das discussões políticas influentes e que, nem sempre, as pessoas com deficiência têm acesso à participação ou interação comunicativa nos processos de defesa de seus interesses e perspectivas, a começar pela acessibilidade, tendo em vista que o acesso, o ingresso, a permanência e o usufruto das pessoas com deficiência em relação a grande maioria dos serviços e bens oferecidos à comunidade está fortemente ligada à sua mobilidade.

A existência das leis sobre acessibilidade e a sua não efetivação, por meio de ilegalidades, garante o funcionamento político e econômico da sociedade, interditando as pessoas com deficiência no seu direito de ir e vir.

1.3 Os discursos de verdade sobre a cidade acessível

A temática abordada pela pesquisa engloba concepções de “cidade acessível” fortemente marcada pelos discursos de verdade, que servem de base para sua constituição.

Por muito tempo a discussão sobre acessibilidade resumia-se na possibilidade de entrar em determinado local ou veículo (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006), hoje, tal conceito tornou-se mais amplo, podendo ser considerado como o acesso das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida aos direitos básicos de todos os cidadãos, ou seja, a garantia do livre acesso dessas pessoas aos diferentes componentes da vida comunitária. A partir dessa afirmação percebe-se que a verdade muda de acordo com os interesses, o tempo e o espaço.

Nesse sentido, cabe analisar a produção do discurso, a qual em toda a sociedade “é ao mesmo tempo controlada [...] por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p.08).

É, portanto, a acessibilidade que proporciona às pessoas com deficiência as condições de utilizar todos os serviços e espaços em igualdade de condições com os demais cidadãos. Para Vasconcelos:

A necessidade de circular está ligada ao desejo de realização das atividades sociais, culturais, políticas e econômicas consideradas necessárias na sociedade. Adicionalmente, a circulação está ligada aos fatores individuais de mobilidade e acessibilidade. (VASCONCELOS, 2005, p. 23)

Um dos maiores entraves à acessibilidade são as barreiras físicas, obstáculos que acentuam as limitações das pessoas com deficiência no deslocamento pelos espaços das cidades. Serão apresentados, a seguir, alguns conceitos relevantes utilizados na legislação e literatura específica, que orientaram o roteiro de fotografia, destaque de enunciados e os procedimentos de análise dos discursos de acessibilidade na cidade de Dourados, MS.

As definições expostas a seguir foram retiradas do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Essa legislação traz o conceito de barreiras como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

As barreiras urbanísticas são as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público e as barreiras arquitetônicas são aquelas encontradas no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo. Barreiras nos transportes são aquelas existentes nos serviços de transportes. Por fim, as barreiras nas comunicações e informações constituem-se em qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação

O espaço público é tido como aquele de uso comum e posse coletiva, como ruas, praças, espaços de lazer, entre outros, pertencem ao poder público. Existem também os espaços que, ainda que possuam certa restrição ao acesso e à circulação, pertencem à esfera do público: portanto, nestes espaços, a presença do privado deve ser teoricamente controlada e, até mesmo, evitada; são, em geral, os edifícios e equipamentos públicos, como instituições de ensino, hospitais, teatros, etc.

As edificações de uso público são conceituadas como aquelas administradas por entidades da administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos. Edificações de uso coletivo: são aquelas destinadas às atividades de natureza comercial, hoteleira,

cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza.

No que tange aos bens culturais que constituem o patrimônio cultural brasileiro, também deve haver uma preocupação quanto à eliminação das barreiras físicas desses espaços e serviços. O Decreto nº 5296 ao tratar com especificidade a questão da acessibilidade aos bens culturais imóveis restringe-se apenas ao art. 30, o qual descreve que as soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a esses bens devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa nº 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, de 25 de novembro de 2003, que, por sua vez, estabelece que a acessibilidade plena, deve ser assegurada “sempre que possível”, sendo que cada intervenção deve ser considerada como um caso específico, avaliando-se as possibilidades de adoção de soluções em acessibilidade frente às limitações inerentes à preservação do bem cultural imóvel em questão. A expressão “sempre que possível”, é mais um instrumento dos legisladores para gerir diferencialmente as ilegalidades.

Ao pensar a cidade de Dourados como uma cidade acessível, um curioso detalhe vem à tona: desde 2007, a cidade é filiada à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), um grupo de cidades, representadas por seus respectivos órgãos de poder, que tem como objetivo comum de trabalhar em conjunto projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Desde então, há um esforço de produzir enunciados que façam emergir Dourados como uma “Cidade Educadora” um discurso verdadeiro.

Ao abordar a questão do discurso verdadeiro *versus* discurso falso, Foucault (1996) afirma que, historicamente, o discurso verdadeiro era o pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido. Mais tarde, apareceram novas formas na vontade da verdade que se apoiam sobre um suporte institucional, reforçada e reconduzida pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, repartido e de certo modo atribuído.

Pesquisadores de orientação sociológica como Ball e Bowe (1992) nos ajudam a refletir sobre a distância existência entre a política pública e a prática. Esses autores enfatizam a natureza complexa e controversa da política e diferenciam a política como texto e política como discurso.

Para finalizar esse capítulo, destaca-se que a questão da acessibilidade é colocada em evidência no discurso jurídico e na agenda política da esfera federal, como elemento essencial para efetivação dos direitos sociais, entretanto, não se materializa em diretrizes para

implementação das políticas de acessibilidade em outras instâncias governamentais. Nota-se que a eliminação das barreiras físicas, arquitetônicas, atitudinais e de comunicação são regidas por farta legislação, fazendo-se fundamental verificar a qualidade de sua operacionalização no contexto da prática, tendo em vista a garantia da equiparação de oportunidades quanto ao acesso aos aspectos fundamentais da vida social e cultural.

Passa-se a seguir, a escutar os depoimentos dos governados para saber de suas experiências e conhecer a realidade por eles vivida.

CAPÍTULO II

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: A BUSCA DE FERRAMENTAS DE ANÁLISE

Este capítulo apresenta duas seções secundárias, a primeira elenca algumas ferramentas de análise encontradas no contexto da perspectiva Foucaultiana, as quais permitiram nortear, aprofundar as discussões sobre o tema. A segunda seção apresenta questões referentes à metodologia de pesquisa, dentre elas: a escolha de procedimentos e dos instrumentos, as etapas e o tipo do estudo; a identificação dos participantes e os critérios de seleção, além de descrever procedimentos de coleta de dados.

Os objetivos traçados não pretenderam o encontro da gênese da verdade ou da memória dos erros, como nos alerta o autor: “saber quando determinada ciência começou a dizer a verdade, que importância tem? [...] o que tem uma importância política atual é determinar que regime de verificação foi instaurado num determinado momento” (FOUCAULT, 2008b, p. 50). Em outras palavras, antes de ambicionar a origem exata de uma prática, de um saber, de um discurso, esta pesquisa focalizou num primeiro momento, os discursos que colocam em funcionamento a Política de Acessibilidade como um dispositivo de segurança, constituído de um conjunto de práticas discursivas e não-discursivas com que o poder investe na população, em especial nas pessoas com deficiência.

Para isso vislumbrou-se a arqueologia e a genealogia como métodos. Entendendo-se, nesse caso, “método” não no sentido lhe dado pelo pensamento moderno, mas como “um conjunto de procedimentos de investigação e análise quase prazerosos, sem maiores preocupações com regras práticas aplicáveis a problemas técnicos, concretos” (VEIGA-NETO, 2007, p. 17).

Optou-se pela arqueologia porque, segundo Foucault (2009), ela define uma metodologia de análise que não é nem formalista nem interpretativa, mas se ocupa de enunciados e formações discursivas.

Para analisar as formas de exercício de poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes, utilizou-se da genealogia. Dessa forma, os discursos também serão analisados em constante tensão com as práticas de poder. Em “Microfísica do Poder”, ao discursar sobre genealogia e poder, Foucault (1979, p. 172) afirma que a genealogia seria “um empreendimento para libertar da sujeição dos saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico”.

A partir da interpretação pela arqueologia procurou-se compreender o discurso da acessibilidade pela análise do saber, pois “[...] não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2009, p. 205). Como essa temática toma um caráter político, lançou-se mão da genealogia, para mostrar como esse discurso manifesta e produz poder. O discurso é instrumento de poder quando possibilita seu exercício e é seu efeito quando é produzido por ele. Portanto, pretende-se nesse trabalho uma ênfase “arqueogenealógica”, ou seja, associar a análise discursiva à compreensão da dinâmica das relações de poder em questão.

2.1 O referencial teórico e metodológico Foucaultiano

2.1.1 A ordem do discurso

Em “A Arqueologia do saber”, encontramos a concepção de discurso, a partir de Foucault (2009, p. 122) como um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”. Assim, para desvelar a ordem do discurso político a respeito da acessibilidade foi preciso uma análise constituída por todos os enunciados efetivamente ditos ou escritos a esse respeito.

A ordem do discurso própria de um período, segundo Revel (2005, p. 37), possui “uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real

por meio da produção de saberes, de estratégias de práticas”. Em outras palavras, o discurso é o espaço aonde vão se alojar o saber e o poder. Nesse sentido, procurou-se explicitar os jogos de saber, poder e verdade que permeiam as políticas de acessibilidade.

Em cada espaço e tempo instituem-se, por meio dos discursos, os saberes que determinam o que pode ser pensado e como será pensado. Enquanto, que, no passado, as pessoas com deficiência estavam à margem da sociedade, nos dias atuais a discriminação e a exclusão da pessoa com deficiência é invisível e ignorada pelos discursos políticos e pelas práticas dos diferentes agentes sociais. A análise da legislação mostrou que os direitos fundamentais de ir e vir e de acesso aos bens culturais podem ser objeto de preocupação dos legisladores na esfera nacional, mas nos níveis regionais e locais fala-se muito em inclusão social, cidade acessível, entretanto, tais acontecimentos não se verificam na prática. Assim, o discurso torna-se controverso, cabe, então, investigar quais os regimes de verificação no discurso da inclusão. Segundo Foucault (1996) os tabus, os rituais de circunstâncias e o direito privilegiado ou exclusivo de poucos sujeitos os quais determinam o que pode ser dito e como ser dito, caracteriza-se como um procedimento de exclusão. Existem outras formas de controle do discurso.

Assim, a interdição, por exemplo, está implícita nos discursos e, estes por sua vez, estão ligados ao poder. Voltando para o objeto deste estudo, percebe-se que há interdição quando qualquer pessoa é impedida de deslocar-se com autonomia, o que não deveria acontecer num país em que as garantias são amplas e dispõe de um arcabouço jurídico consistente. Nesse campo, os discursos oficiais tornam-se o lugar em que a política exerce alguns de seus mais terríveis poderes.

Cabe pontuar que no pensamento Foucaultiano nenhum discurso é neutro, o discurso é aquilo que traduz os sistemas de dominação, inclusive os conceitos de “normalidade” e “patologia” são construídos pelo saber e produzidos pelo poder.

A separação e rejeição acontecem quando o discurso de um sujeito não pode circular como o dos outros, quando a palavra só lhe é dada simbolicamente e, ainda, pelo silêncio por meio de instituições. Existem, ainda, os procedimentos de controle interno do discurso e os procedimentos de rarefação, os quais limitam as possibilidades discursivas.

O discurso é privilegiado pelos seus conteúdos e representações; entende os conteúdos discursivos como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”; “determinam

o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc.” (FOUCAULT, 2009, p. 51-52,55).

Nesse constructo teórico, Foucault (1999b) discorre sobre os saberes sujeitados, pelo qual entende duas coisas: de uma parte designa conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais, são blocos de saberes que podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo mascarar; em segundo lugar, por saberes sujeitados deve se entender outra coisa, totalmente diferente. O filósofo :

[...] eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. (Foucault, 1999b, p.12).

Dessa forma, o sujeito é um produto dos saberes ou, como nos coloca Veiga-Neto (2007, p. 44), “ele é produzido no interior dos saberes”. Não eram os saberes legitimados que instigavam Foucault, mas aqueles saberes que foram desqualificados pelo projeto [iluminista](#). Mais do que isto, ele se propunha a verificar como se deu esse [processo](#) de legitimação de uns saberes e desqualificação de outros. Para tanto seria imperioso um método que lhe possibilitasse promover escavações em ruínas abandonadas pela razão [instrumental](#) iluminista, nas quais estavam soterrados discursos e práticas que poderiam levar à compreensão do processo de legitimação e desqualificação de saberes, entre as épocas clássica e [moderna](#). Esse método deveria centrar a sua atenção em fontes primárias, ao invés de em obras consagradas dos grandes pensadores formuladores da época moderna.

Foucault evocou a tarefa de um arqueólogo, de um caçador e decifrador de fontes primárias. Seu alvo principal eram as micro-histórias dos documentos, dos discursos, das proposições elaboradoras de práticas cotidianas. As fontes primárias, em geral, estão mais próximas da realidade dos que as ideias e as [teorias](#) gerais que buscam explicar e ordenar a vida social. Não raramente, as fontes primárias não se coadunam com tais essas ideias e teorias, como Foucault observou em suas investigações. A história tornada ciência pelo Iluminismo, pela vitória da razão instrumental, tem a pretensão de ser universal. Foucault, influenciado por Nietzsche, deixou-se levar por outra visão de história, marcada por idas e vindas, discontinuidades, legitimações e desqualificações de saberes.

As observações, os depoimentos, as fotografias e a aferição de medidas, dispositivos essencialmente técnicos, algumas vezes heterogêneos, permitiram verificar e analisar os arquivos e o regime de verdade instaurado na questão de acessibilidade nos espaços públicos na cidade de Dourados, MS.

Para Foucault (1996) esses regimes de verdade possuem várias especificidades. A verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem, sendo amplamente divulgada e transmitida e podendo ser utilizada pelo poder econômico e político.

2.1.2 Microfísica do poder

Michel Foucault trouxe novas concepções do poder em práticas concretas discursivas. O autor nos apresenta a história como “sem sentido”, não numa perspectiva absurda ou incoerente, mas inteligível, devendo ser analisada nos seus detalhes, segundo a integridade das lutas, das estratégias, das táticas. Falando especificamente de poder, na visão foucaultiana, ela é contrária à tese de que o Estado é centro de emanção do poder, de onde nascem os projetos e políticas públicas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano, mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes e o que faz com que ele mantenha-se e continue a ser aceito. Ele é muito mais que uma instância negativa repressora, ele é uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, produzindo coisas, induzindo ao prazer, formando saber e produzindo discurso.

No exercício do poder na modernidade podemos distinguir, mas não separar, quem o exerce e quem o sofre. Para Duarte:

Foucault não concebe o poder nem como violência legalizada nem como a violência que escapa à lei, pois, segundo suas análises, as relações de poder não se constituem na base das relações legais, no nível dos direitos e dos contratos, mas sim no plano das disciplinas e de seus efeitos de normalização. (DUARTE, 2008, p. 47)

A partir do "Panóptico" de Bentham, dispositivo arquitetural que funciona como uma torre de controle que permite estabelecer diferenças e controlá-las, Foucault (1987) apresenta o panoptismo, que mesmo sem o instrumento físico de uma arquitetura, age diretamente sobre os indivíduos estabelecendo “o princípio geral de uma nova ‘anatomia política’ cujo objeto e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina” (FOUCAULT, 1987, p. 172).

Conceito fundamental para a compreensão da formação e do funcionamento das sociedades disciplinares, o panoptismo é uma tática de poder centrada no corpo dos indivíduos que pode constituir-se em aparelhos de controle. A princípio, parece não interferir na mecânica natural dos comportamentos e da produção, mas basta o governo perceber que algo não está como exige para haver intervenção.

O disciplinamento dos corpos pode ser visto como uma relação que, no mesmo mecanismo, o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, manipulando seus gestos e seus comportamentos. “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe”. (FOUCAULT, 1987, p.119)

Assim, a disciplina seria mais uma modalidade de aplicação de poder “que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos” (FOUCAULT, 1987, p.176) e que só tornou-se possível através da produção de saberes e da organização de inúmeras práticas que passaram a disciplinar os indivíduos. As disciplinas podem ser consideradas técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas de maneira discreta e o menos dispendiosamente possível.

2.1.3 Biopolítica (ou macrofísica do poder)

Como se pode observar na elaboração dos textos legais e demais discursos oficiais, com o passar do tempo as tecnologias de poder vão se modificando e se expandindo, o poder não age apenas sobre o corpo dos indivíduos, mas também no interior de sua alma; direciona a vida do homem. Surge, assim, o biopoder.

Abordar a acessibilidade das pessoas com deficiência envolve dialogar com a alma, com sentimentos, questões complexas como corpo/movimento, capacidade/incapacidade, exclusão/inclusão envolvem-se na agenda governamental. Para compreender a intencionalidade, as relações de poder e controle, recorreu-se às duas últimas publicações de Foucault: “Segurança, Território e População” e “Nascimento da Biopolítica”, as quais trazem conceitos essenciais para a compreensão do homem biológico e seu meio na relação com o Estado e a política.

Na modernidade, o governo político, o econômico e o moral e encaixam e se dobram uns sobre os outros. O Estado não é mais o foco do poder, mas permanece como um dos pontos de

referência na constituição da governamentalidade. O que Foucault chama de governamentalidade diz respeito à “razão do Estado”, não como uma suspensão das regras pré-existentes, mas como o conjunto constituído das instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de poder e que tem por alvo o controle da população. Quais são as táticas, estratégias, procedimentos e formas de controle utilizadas pelas instituições como forma de poder e controle da população?

Enquanto a disciplina tem como objeto o corpo individual, a biopolítica se ocupa com o corpo múltiplo, ou seja, com a população, perseguindo seu equilíbrio, sua regulação. Essa forma de poder ocupar-se-á da demografia, das enfermidades, das relações com o meio geográfico, entre outros. A biopolítica implica em um “controle das estratégias que os indivíduos, na sua liberdade, podem ter em relação a eles mesmos e uns em relação aos outros” (REVEL, 2005, p. 55), envolvendo inclusive, relações familiares e institucionais. Em outras palavras, pode-se traduzir biopolítica como um gerenciamento da vida das populações, onde o poder estatal estabelece políticas (nesse caso específico, políticas de acessibilidade) das quais poderá administrar, calcular, gerir, regradar a população.

Foucault aponta uma nova razão do Estado, trazida pelo liberalismo, a governamentalidade, que se caracteriza “pela instauração de mecanismos a um só tempo internos, numerosos e complexos, mas que tem por função [...] não tanto assegurar [...] o crescimento indefinido do Estado, mas sim limitar do interior o exercício de poder de governar” (FOUCAULT, 2008b, p. 39).

Nesta nova razão governamental não há uma intervenção direta sobre os indivíduos, coisas ou riquezas, mas apenas em fenômenos da política, ou seja, em interesses. Manipulando os interesses, traz consigo algumas consequências, como a cultura política do perigo, a qual irá arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos e a extensão dos procedimentos de controle, de pressão e de coerção, inclusive o panoptismo já citado. Segundo Foucault (2008b, p.91), o próprio Bentham reconhece como panóptico a fórmula de um governo liberal.

Outra consequência é o aparecimento de mecanismos compensatórios de liberdade, que tem por função ampliar as liberdades para então ampliar o controle e a intervenção.

Para Foucault essa prática governamental não se contenta em respeitar ou garantir esta ou aquela liberdade, mas apresenta-se como sua gestora, é obrigada a produzi-la e organizá-la, caracterizando-se como sua reguladora.

Com isso, embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e a organização das condições graças as quais podemos ser livres, vocês vêem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção de liberdade e aquilo que produzindo-a, pode vir a limitá-la e destruí-la.(...) é necessário, de um lado produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc. (FOUCAULT, 2008a, p. 87).

Dessa, forma, o liberalismo não é o que aceita a liberdade, mas que se propõe a fabricá-la a cada instante, medindo até que ponto os diferentes individuais não se constituirão um perigo no interesse, administrando a vida e o corpo da população.

O conceito foucaultiano de biopolítica tornou-se uma importante ferramenta conceitual para compreendermos e diagnosticarmos as políticas de acessibilidade, temática do presente trabalho.

Foucault (2008c) também aborda uma questão extremamente relevante para esse trabalho: o problema da circulação, onde, segundo o autor, o espaço arquitetado se traduz em tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço. Esse espaço deve assegurar a higiene, garantir o interior do comércio e da cidade, articular essa rede de ruas com estradas externas e possibilitar a vigilância: Em outras palavras, “tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, [de] maximizar a boa circulação da má” (FOUCAULT, 2008b, p. 24). O mecanismo de segurança vai mover-se a partir de uma série de acontecimentos possíveis em um meio e que se vai procurar atingir, precisamente, uma população.

A disciplina funciona na medida em que isola um espaço, determina um segmento, o regulamenta, a segurança tem essencialmente por função responder a realidade de maneira que essa resposta anule ou freie essa realidade a que ela responde.

Neste contexto, a população constitui-se em objeto técnico-político de um governo, é a condução das condutas dos indivíduos, as intervenções políticas que são colocadas para proteger e administrar as condições de vida das pessoas com restrição de mobilidade, Foucault entende como táticas que permitem exercer uma forma de poder e que tem por alvo o controle dessa população.

A teoria de Michael Foucault possibilitou tratar as políticas públicas de acessibilidade como um dispositivo de poder, com a função estratégica dominante para responder a uma urgência, com o desenvolvimento de técnicas de poder orientadas para os indivíduos.

2.2 Corpus Empírico: a escolha de procedimentos e instrumentos

Os caminhos metodológicos escolhidos tiveram a intenção de fundamentar o desenvolvimento do processo investigativo, tendo como corpus de análise das Políticas Públicas de Acessibilidade o estudo documental. Para levantamento dos dados, foram utilizados procedimentos de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa em função dos problemas, características dos materiais e instrumentos utilizados.

Para o conhecimento e análise do contexto da prática, isto é, acessibilidade na cidade de Dourados, MS, recorreu-se aos instrumentos de entrevista semiestruturada com pessoas com deficiência visual, física e auditiva, as quais pudessem desvelar as estratégias e os mecanismos de poder e controle subjacentes às ações políticas e presentes nos espaços públicos que vivenciam. Entende-se, neste estudo, a cidade como espaços de segurança, instância local e territorial cujos dispositivos de controle e a sujeição são efetivados. A circulação e locomoção das pessoas com deficiência encontram-se dependentes do tratamento dado pelo poder público aos espaços da cidade, para Foucault (2008c) a disciplina e a segurança implicam uma repartição espacial.

No intuito de ampliar a visão sobre o funcionamento desses dispositivos, optou-se pela entrevista semi-estruturada como método de coleta de informações, tendo em vista a necessidade de conhecer as principais barreiras urbanísticas, arquitetônicas e na comunicação, a partir do olhar do usuário com deficiência. Essas informações recortadas do discurso das pessoas com deficiência é que nortearam o roteiro de fotografia.

Para tanto, as entrevistas tiveram como foco a coleta de dados sobre as facilidades e dificuldades de acesso vivenciadas por essas pessoas. O trabalho de campo centrou-se na observação e registro fotográfico das condições urbanísticas e arquitetônicas de espaços físicos da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Para elaboração do roteiro fotográfico foi realizado um recorte dos depoimentos das pessoas entrevistadas apontando as facilidades, os obstáculos e as dificuldades encontradas para o acesso aos espaços públicos, de uso público e de livre locomoção pela cidade. Assim, o roteiro fotográfico conteve o registro dos pontos estratégicos e das vias mais utilizadas por esses usuários. Em seu discurso “As palavras e as imagens”, Foucault (2008a, p.80) confirma que o “discurso e a figura têm cada um, seu modo de ser; mas eles mantêm entre si relações complexas e embaralhadas”. É esse funcionamento recíproco que se trata de descrever.

Nesta linha, pretendeu-se escavar indícios de verdade por meios dos principais conceitos presentes nos documentos oficiais levantados, nos depoimentos das pessoas com deficiências e nas imagens fotográficas. Dessa forma, o roteiro de fotografia contemplou: vias e passeios públicos como ruas principais, praças, igrejas, teatros, entorno de escolas, Terminal de Transbordo de Dourados, Terminal Rodoviário e Aeroporto, entre outros.

Para a análise dos registros fotográficos dos espaços, edificações e equipamentos urbanos e conhecer os possíveis critérios adotados na construção e ou adaptação desses espaços foi elaborada, em alguns casos, uma planilha comparativa com os parâmetros técnicos da NBR 9050:2004 e o registro das dimensões encontradas nos principais locais fotografados.

Acredita-se que esses procedimentos e instrumentos de investigação adotados não confrontam o olhar teórico desse trabalho. Marshal, ao escrever sobre Michel Foucault e a pesquisa educacional afirma que “em vez de estabelecer modelos seguros de pesquisa baseados no conhecimento estabelecido do problema/prática a ser pesquisado, [...] o que se exige é uma pesquisa que seja “preguiça furiosa [...]” (MARSHAL, 2009, P. 38).

Por tratar-se de uma pesquisa que envolve o discurso oficial, o discurso dos usuários (por meio de enunciados) e retratadas as condições de acessibilidade na cidade de Dourados, recorreu-se à diferentes procedimentos e etapas para coleta de dados, relata-se a seguir cada um deles:

- a) Pesquisa documental para conhecimentos sobre os direitos, legislação, normas técnicas e construção de ferramentas conceituais para análise dos dados;
- b) Elaboração prévia de roteiro de entrevista e estudo piloto realizado na disciplina Metodologia de Pesquisa em Educação, ministrada pela orientadora da pesquisa, tendo em vista a adequação dos objetivos da entrevista, seleção de conceitos e temas relativos à acessibilidade, cuidados com a linguagem e vivência nesse tipo de interação social;

- c) Realização das entrevistas e transcrição dos dados;
- d) Tratamento e análise das informações oriundas das entrevistas;
- e) Elaboração de um roteiro fotográfico a partir de categorias de análise levantadas e recortadas dos discursos;
- f) Ensaio fotográfico na cidade por meio de assessoria colaborativa de um fotógrafo profissional;
- g) Registro fotográfico das vias e passeios públicos por meio de trabalho colaborativo entre a pesquisadora e o fotógrafo profissional;
- h) Seleção e transcrição das fotos representativas das adequações, facilidades e ou dificuldades de acessibilidade encontradas;
- i) Registro das figuras conforme as normas técnica (NBR 9050, 2004) por meio de escaneamento das figuras e suas respectivas medidas;
- j) Registro de medidas das principais adequações arquitetônicas conflitantes realizadas pela pesquisadora e um geógrafo colaborador da pesquisa, aluno da licenciatura em geografia que realiza TCC na temática;
- k) Elaboração da planilha comparativa dos dados levantados. Em seguida cada uma dessas etapas será exposta mais detalhadamente.

2.2.1 Pesquisa Documental

O primeiro passo foi realizar um levantamento de documentos governamentais nas esferas federal, estadual e municipal sobre o tema. Recomendações das políticas públicas nacionais, mais especificamente, o Programa Brasil Acessível, Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana do Ministério das Cidades também fizeram parte desse estudo.

Para Foucault (1979), a pesquisa documental estuda a relação entre os eventos, verifica como a verdade é processada, estuda o inter-jogo entre um código, as regras, as maneiras de fazer as coisas e a produção de discursos verdadeiros que servem para descobrir, justificar e fornecer razões e princípios para essas maneiras de fazer as coisas.

2.2.2 Os sujeitos e os critérios de seleção

Participaram desta pesquisa sete pessoas adultas com deficiência, sendo três deficientes visuais, três deficientes físicos e um deficiente auditivo. Os critérios de inclusão foram: a vivência do espaço público na cidade; diferentes níveis sócio-culturais e econômicos.

A partir da análise do Quadro 01, visualiza-se a idade, o nível de escolaridade, profissão, local de trabalho e tipo de deficiência apresentado pelos participantes. Procurou-se entrevistar pessoas que trabalham e, ainda, as que nunca trabalharam (uma das entrevistadas já trabalhou, mas no momento está aposentada), além dos sujeitos apresentarem diferentes níveis de escolaridade, isso para que se obtenham percepções diversificadas da acessibilidade na cidade de Dourados.

Quadro nº 1: Descrição dos participantes da pesquisa.

	IDADE	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	LOCAL DE TRABALHO	TIPO DE DEFICIÊNCIA
P1	29	Superior Artes e Licenciatura LL	Instrutora de Libras	Universidade Pública	DA - Surdez
P2	41	Superior Pedagogia Especialização em EE	Professor do AEE	Órgão público	DV - cegueira
P3	39	Ensino Médio	Coordenador	Órgão Público	DF – usuário de cadeira de rodas
P4	38	Superior Completo	Administrador	Aposentado	DV – Baixa Visão

P5	44	Primeiros anos do Ensino Fundamental	Marceneiro	Marcenaria	DF – usuário de cadeira de rodas
P6	43	Primeiros anos do Ensino Fundamental	Desempregado	Nunca trabalhou	DV - cegueira
P7	39	Ensino Médio	Auxiliar Administrativo	Órgão Público	DF – usuário de muleta

Fonte: Dados colhidos nas entrevistas (2009).

De todos os entrevistados, a pesquisadora só não conhecia P1 e P4, isso facilitou os encontros e a relação dialógica das entrevistas, pois nem sempre falar de si e de suas dificuldades é uma tarefa simples. Para Osório, A. C. e Osório A. M., (2004, p. 10-11):

Falar de inclusão é traduzir angústias e insatisfações de toda ordem, de maior ou menor relevância, dependendo do grau de constrangimento imposto por barreiras instituídas pela configuração de diferentes práticas sociais e pela formação cultural dos diferentes segmentos que constroem suas relações, enquanto sujeitos ou objetos de suas próprias histórias.

Dessa forma, para facilitar os encontros e deixar os entrevistados à vontade, as datas, os locais e os horários foram escolhidos por eles. Alguns preferiram realizar o encontro ao ar livre, o que de certa forma prejudicava a gravação, mas a prioridade era tornar o encontro o mais tranquilo e agradável possível.

2.2.3 O Cenário

Dourados é a segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso do Sul em população, a qual aproxima-se de duzentos mil habitantes. Fundada em 1935, a cidade teve desenvolvimento lento até a segunda década do século XX, por causa das deficiências de meios de transporte e vias de comunicação, principalmente com Campo Grande. A partir dos anos 1950, com a abertura de

rodovias, seu desenvolvimento foi acelerado e Dourados tornou-se importante centro agropecuário e de serviços, especialmente a partir dos anos 1970.

Dourados é uma cidade bonita, florida e arborizada, de estrutura plana com fluxo intenso de carros, motos e bicicletas. Possui a maior população indígena do estado, cujas ciclovias servem ao trânsito de bicicletas e de carroças da população indígena, que se utiliza diariamente dos bens de serviços urbanos.

A engenharia de tráfego tem seus limites, a sinalização não obedece padrões de coerência e planejamento lógico do trânsito, apresenta muitas rotatórias o que naturalmente dificulta a travessia das ruas por qualquer transeunte, independente de deficiência ou não.

2.2.4 Procedimentos e instrumentos para a coleta de dados

Neste estudo optou-se pela entrevista semiestruturada para dar palavra às pessoas com diferentes deficiências para comunicar suas experiências e vivências nos espaços públicos; conhecer como percebem seu contexto sócio-cultural, a formulação de políticas públicas de acessibilidade e a percepção que têm sobre as questões de acessibilidade e adequação dos espaços e equipamentos urbanos. Além disso, ela poderia trazer elementos para confrontar as experiências com a prática de implementação das políticas públicas para o atendimento às necessidades específicas das pessoas que vivem restrições ou limitações no campo da sinalização, orientação e mobilidade.

Para Bogdan (1994), a entrevista pode ser utilizada em conjunto com outras técnicas e tem como objetivo recolher dados descritos da própria linguagem do sujeito, que permitirá ao investigador uma ideia da maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo

Preliminarmente foi elaborado um roteiro prévio de entrevista que se constituiu em um estudo piloto desenvolvido na disciplina Metodologia de Pesquisa em Educação, ministrada pela orientadora desta pesquisa tendo em vista a adequação dos objetivos da entrevista, seleção de conceitos e temas relativos à acessibilidade, experiência e vivência dos alunos do Programa de Mestrado quanto às barreiras de acessibilidades existentes nos espaços públicos, culturais e do entorno escolar.

Este estudo piloto teve como orientação as considerações Manzini (2003, p.13-15) sobre a Elaboração de roteiros para entrevista semiestrutura, principalmente, quantos aos cuidados para a coleta de informações, delineamento dos objetivos, cuidado com a linguagem, técnica de formulação das perguntas e planejamento da entrevista e cuidados com a interação social.

Assim os objetivos da entrevista foram:

- a) Verificar a percepção das pessoas com deficiência sobre a acessibilidade na cidade de Dourados, MS;
- b) Identificar as facilidades, dificuldades e avanços encontrados nas questões de acessibilidade arquitetônica, nos transportes e na comunicação;
- c) Levantar as unidades temáticas para elaboração do roteiro fotográfico a partir da percepção de pessoas que apresentam dificuldade de locomoção e sinalização.

Este roteiro para entrevista compreendeu questões sobre a vida comunitária do entrevistado, sua visão da acessibilidade em Dourados e as facilidades e dificuldades encontradas por ele em locais públicos (e de uso público) e nos transportes.

Após a elaboração do roteiro prévio, a entrevista semi-estruturada foi apreciada por 12 alunos da linha de pesquisa Política e Gestão em educação que frequentavam a disciplina de Metodologia de Pesquisa em Educação os quais exerceram o papel de juízes para análise, correção e adequação do roteiro.

Para a realização da entrevista com P1 (DA), a contatamos pessoalmente, com os outros, o primeiro contato foi via telefone para marcar melhor dia e horário. Cabe ressaltar aqui, a dificuldade para entrevistar P2 (DV), tendo em vista que o mesmo mudou-se para a cidade de Campo Grande, MS. A preferência por esta, e não por outra pessoa com deficiência visual, deu-se pelo fato que a mesma foi a única pessoa com essa restrição de mobilidade que se locomovia com autonomia pela cidade de Dourados, MS.

Ao iniciar as entrevistas, o pesquisador esclareceu os objetivos e solicitou autorização para gravar os diálogos. Para o registro, optou-se pela gravação em áudio e, posteriormente, transcrição dos relatos. Cabe ressaltar que a entrevista com P1 (DA) foi gravada, pois a mesma fala, uma vez que foi oralizada. As entrevistas tiveram em média uma hora e meia de interlocução e diálogo.

Após transcritas na íntegra, as entrevistas foram enviadas via internet para os entrevistados realizarem correção e ou complementações que julgassem necessárias bem como remetido o termo de consentimento livre esclarecido para ser assinado pelos mesmos.

Merece destaque o fato de que as entrevistas serviram para elencar as unidades temáticas de análise para a elaboração do roteiro para as sessões de fotografias.

2.2.4.1 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo consistiu em uma sondagem da cidade com o intuito de conhecer as adaptações arquitetônicas e ou de comunicação existentes nos espaços públicos e culturais da cidade. Num segundo momento, a pesquisadora voltou aos mesmos espaços com um diário de campo para as anotações dos logradouros, endereços e observações para orientar as sessões fotográficas. Foram realizadas várias sessões fotográficas e registro de medidas de fotos selecionadas.

O Diário de Campo

Após a pesquisa documental que possibilitou o levantamento de palavras e conceitos-chaves para guiar o trabalho de campo e a análise das entrevistas que sinalizaram as categorias de análise - adaptações facilitadoras e ou dificultadoras da locomoção e acessibilidade na cidade de Dourados, é que lançou-se mão da observação e do registro de campo (métodos utilizados na pesquisa de campo com abordagem qualitativa) como técnica de coleta de dados.

O registro de campo constituiu-se em elemento básico dessa investigação científica, colaborou na verificação e comprovação dos locais, espaços, edificações e equipamentos urbanos que fizeram parte do estudo e foram fotografados. Foram percorridos diversos locais públicos, tais como: ruas principais, praças, igrejas, teatros, terminais de ônibus, entre outros.

Realizada durante três tardes e uma noite, toda observação foi registrada por meio de diário de campo. Neste momento, todas as anotações foram descritivas, realizadas no próprio

local observado. Além da localização e do espaço físico, também foram registrados os comportamentos dos usuários desses espaços públicos.

O aeroporto foi visitado duas vezes, entretanto, estava fechado. Posteriormente, descobriu-se que há apenas um voo pela madrugada e outro no final da noite. Foram fotografados os espaços externos e à noite realizada uma conversa informal com o agente responsável pelo atendimento ao cliente e tráfego aéreo.

2.2.4.2 Elaboração de roteiro e sessões fotográficas

Após a interação dialógica com pessoas com deficiência física, visual e auditiva para conhecer suas facilidades e ou dificuldades de acessibilidade urbana por meio de entrevista semi-estruturada é que elaboramos o roteiro e plano das sessões fotográficas. Para constatar as reais dificuldades na acessibilidade e aprofundar a análise foi utilizado o recurso de registro fotográfico largamente utilizado nos estudos antropológicos para organização, registro da cultura local. O roteiro fotográfico foi guiado pelo olhar do usuário e pelo olhar da pesquisadora que buscou confirmar, complementar e registrar as informações auditivas e observações visuais.

O uso das imagens fundamentou-se nos estudos antropológicos de Collier Jr (1973) buscando o olhar do próprio indivíduo ou do grupo estudado e de Kossoy (1999) que observou que a fotografia pela sua natureza polissêmica permite sempre uma leitura plural, dependendo de quem as aprecia. Possibilita diferentes leituras para diferentes receptores provocando, em cada um, impactos diferentes. Kossoy (1989, p.65) pondera que a análise iconográfica tem o intuito de decupar, isto é, inventariar e classificar o conteúdo da imagem em seus elementos icônicos e formativos; o aspecto literal e descritivo prevalece, o assunto registrado é perfeitamente situado no espaço e no tempo, além de corretamente identificado. O autor recomenda não deixar de ousar na interpretação, esta é a tarefa do pesquisador.

Assim outra intenção que nos levou ao uso da imagem foi verificar e analisar se os elementos de adaptações para a mobilidade urbana estavam de acordo com as orientações das normas técnicas para eliminação das barreiras arquitetônicas. Para isso, solicitamos a colaboração de um fotógrafo profissional, tendo em vista, o caráter técnico desta etapa, pois com seu olhar diferenciado (ângulo, aproximação ou distância, movimento, sombras) apreendeu com mais

precisão as perspectivas e profundidades de cada rampa, de cada calçada, enfim, de cada detalhe, o que facilitou a análise das medidas e o recorte da realidade.

As sessões fotográficas para capturas das imagens foram feitas durante oito dias, sendo que cinco deles foram acompanhados pela pesquisadora para orientar os locais e as cenas que deveriam ser fotografadas, totalizando 26 horas de filmagem com cerca de 300 fotos. A pesquisadora após os ensaios fotográficos realizados e a experiência adquirida fotografou os seguintes espaços: Rua Ponta Porã entre as Ruas Albino Torraca e Rua Melvin Jones, Parques dos Ipês, Teatro Municipal, Fundação Cultural de Esportes de Dourados (FUNCED), Academia Douradense de Letras, Rua João Cândido Câmara entre a Avenida Marcelino Pires e a Rua Major Capilé, Praça Antônio João e as ruas que a circundam: Joaquim Teixeira Alves e Marcelino Pires, Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição (Matriz Católica), Praça Mário Corrêa e as ruas que a circundam: Rua Camilo Hermelindo da Silva, Rua Hilda Bergo Duarte e Rua Antônio Emílio de Figueiredo, Biblioteca Municipal Vicente de Carvalho, Transbordo de Dourados, Terminal Rodoviário de Dourados e as ruas que Marcelino Pires e José de Alencar ao seu lado, Anfiteatro das Universidades Públicas da cidade e Aeroporto Municipal de Dourados.

2.2.4.3 Registro e medidas das adaptações captadas por meio de fotos

Após as sessões fotográficas, seleção e análise das fotos, observou-se a necessidade de registro das medidas das principais adequações arquitetônicas que apresentavam conflitos em relação às normas técnicas para eliminação de barreiras arquitetônicas em espaços públicos. Para tanto, buscou-se a colaboração de um aluno da licenciatura em geografia que realiza estudos na temática para o TCC, sob a orientação da orientadora desta pesquisa.

Foram selecionadas algumas fotos, elaborado check list com a observação das fotos e a pesquisadora deslocou-se aos locais com o geógrafo que realizou as medidas das adaptações realizadas. À priori foram levantadas medidas de oito locais, entre espaços e equipamentos urbanos.

2.2.4.4 Materiais e Equipamentos

O antropólogo e pesquisador Collier (1973, p. 1) fala sobre o equipamento fotográfico destacando em primeiro plano a percepção humana, para o autor, a máquina fotográfica não se apresenta como um remédio para nossas limitações visuais, mas como um auxiliar para nossa percepção. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os seguintes materiais e equipamentos: gravador digital para as entrevistas; máquina fotográfica Kodak EASE C 743 com zoom regulado automaticamente. Para a transcrição das fotos foram realizadas pelo programa da Kodak, editadas e ajustadas pelo sistema Adobe Foto Shop. Para os registros das medidas das adaptações arquitetônicas foram utilizados trena, fio, lápis e caderno para as anotações de campo.

2.3 Análise dos Dados

A análise de conteúdo dos discursos dos participantes foi realizada por meio dos seguintes procedimentos: pré-análise e organização das verbalizações confrontadas com as unidades temáticas elencadas a partir dos documentos e normas discutidas no estudo documental; codificação das verbalizações; e identificação dos temas para análise. Para isso, todo o processo analítico tem um caráter reflexivo frente aos questionamentos propostos no objeto de pesquisa. Após o agrupamento das respostas dadas pelos depoentes foram analisadas na arqueologia e genealogia Foucaultiana.

A identidade dos participantes da pesquisa foram resguardados pelas seguintes identificações: P.1; P2, P3, etc, como também o tipo de deficiência foi caracterizada conforme análise do quadro 01 como: deficiência auditiva (DA), deficiência visual (DV) e deficiência Física (DF).

Tendo em vista melhor organização, visualização e análise dos dados, foram elaboradas planilhas comparativas contendo: as fotos dos registros das adaptações realizadas em Dourados, os registros das medidas tomadas nos locais selecionados e o registro das adequações constantes nas Normas Técnicas NBR 9050: 2004, com as respectivas medidas por meio de imagens escaneadas.

Por fim, o olhar analítico escolhido partiu de um conjunto de ferramentas foucaultianas de poder, disciplina, biopoder e normalização, biopolítica e governamentalidade, pressupostos que tornaram-se base no delineamento do caminho percorrido na pesquisa, orientando o percurso da descoberta do objeto em estudo, os quais serão explanados com um maior aprofundamento no próximo item.

CAPÍTULO III

OS SUJEITOS, OS ESPAÇOS E A ACESSIBILIDADE DA CIDADE DE DOURADOS: O RETRATO DA INTERDIÇÃO

Este capítulo apresenta os depoimentos colhidos através das entrevistas com pessoas com deficiência e as imagens dos espaços que retratam a situação da acessibilidade na cidade de Dourados permitindo a verificação das dificuldades e facilidades de locomoção que elas enfrentam em seu dia a dia.

Para tanto, procurou-se revirar arquivos e escavar os enunciados possíveis por meio do recorte do discurso e organização e análise de unidades temáticas. São apresentados, ainda, os sujeitos com deficiência e mobilidade reduzida que habitam os espaços urbanos da cidade de Dourados, MS, no intuito de buscar compreender, por meio de seus depoimentos, a formação discursiva e a atual ordem do discurso sobre a acessibilidade. Cabe salientar que a utilização dessa estratégia não teve como propósito a revelação da verdade, mas sim, a busca de indícios de verdade.

Para a reflexão sobre a locomoção das pessoas com deficiência nos espaços públicos da cidade de Dourados, retoma-se o conceito Foucaultiano utilizado no campo da análise arqueogenealógica que tem como objeto de análise as práticas discursivas e não-discursivas, as quais configuram o saber de uma dada época, em diferentes áreas e suas relações com a ciência.

Nos capítulos anteriores procurou-se investigar as práticas discursivas, as "coisas ditas" e examinar as diferentes maneiras pelas quais o discurso cumpre uma função dentro de um sistema estratégico, no caso deste estudo, como o poder é exercido na mobilidade das pessoas com deficiência. Assim, buscou-se identificar os enunciados presentes nos depoimentos das pessoas com deficiência que representassem as principais facilidades e dificuldades no campo da acessibilidade, de forma a compreender como vivem os sujeitos, quais os objetos do discurso, os jogos de relação, as regras de existência e circulação na cidade. Esses enunciados norteadores permitiram descrever e retratar os acontecimentos, os fatos, a realidade vivida, e verificar como o

conhecimento disponível, as técnicas, as estratégias da política pública, da arquitetura, da engenharia e da educação especial circulam nos diferentes espaços e são aplicadas nas práticas sociais.

As imagens das adaptações das vias públicas e equipamentos urbanos, representações gráficas das normas técnicas e tabelas com dados quantitativos, tiveram a intenção de retratar os espaços e verificar as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência. Para esse propósito, utilizou-se de registros fotográficos e aferição das medidas dos equipamentos e mobiliários urbanos, comparando-as com as normas técnicas.

Para Collier (1973, p. 206) a imagem registrada pela máquina fotográfica não pode apenas mostrar o que já encontramos através de outros meios, mas também pode ampliar realmente os nossos processos visuais através da nossa percepção. Neste estudo, as fotos permitiram evidenciar os principais acontecimentos no campo da acessibilidade e nas relações de poder/saber aí construídos.

A análise dos dados coletados, não se voltou somente para os mecanismos disciplinares, mas para uma leitura mais abrangente dos dispositivos de segurança, pois se trata de analisar os principais espaços por onde as pessoas circulam no dia a dia. Levou-se em consideração os estudos de Foucault que convergiram para o reconhecimento da existência de um sujeito individual que é colocado em uma determinada ordem social de doutrinas disciplinares visando padronizá-lo e normatizá-lo. Nesse processo analítico, Foucault indica a possibilidade das relações de poder se estenderem a todo o corpo da população, a toda a sociedade. É nesse contexto mais amplo das discussões sobre os mecanismos de poder que surge a biopolítica, a qual trata “não apenas de distribuir, vigiar e adestrar os indivíduos no interior de espaços determinados”, mas também “trata-se de organizar um “meio” que permita circulações (como a natalidade, a mortalidade, a morbidade, os deslocamentos) segundo o princípio geral da segurança.” (FONSECA, 2008, p. 157) (grifo nosso).

Nesse percurso, o olhar analítico da pesquisadora sobre as fotografias não se restringiu apenas à noção de mecanismos disciplinares, mas, sobretudo, aos mecanismos de segurança, como os espaços de segurança, a normalização da segurança e a correlação entre as técnicas de segurança e a população.

3.1 À procura de enunciados

Os recortes de falas dos sujeitos entrevistados, os relatos e depoimentos dos agentes dos órgãos públicos possibilitaram que determinadas narrativas emergissem enquanto formação discursiva. Nesse sentido, o discurso foi concebido como constituinte da realidade, fruto de práticas discursivas, que no aporte teórico de Michel Foucault, estuda os eventos, verifica como a verdade é processada, estuda as regras e a produção de discursos.

Ao se propor analisar os discursos vigentes que tratam da acessibilidade segundo a perspectiva de Foucault, foi preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. Conceitos que, ao certo, para muitos se apresentam claros, nas mãos de Foucault ganham uma nova roupagem, reconstroem-se sobre uma concepção mais aberta de episteme. Aliás, o próprio conceito de episteme não é mais visto como forma de conhecimento, mas como um conjunto de relações que podem ser descobertas, para uma dada época, entre as ciências quando se as analisa ao nível das regularidades discursivas.

Na obra “Arqueologia do Saber”, Foucault (2009) trata com maior vigor de tais questões, onde foi possível buscar aprofundamento sobre o assunto. A arqueologia descreve os discursos como práticas específicas do elemento do arquivo. A partir da arqueologia foi possível a compreensão desse novo olhar apresentado por Foucault, noções como formação discursiva, enunciados e arquivos foram essenciais nesta empreitada.

A palavra discurso não traz nenhum tipo de dificuldade de compreensão. Indagando sobre uma definição desta palavra, poder-se-á ouvir que o discurso é uma exposição metódica sobre certo assunto, estando correta tal afirmação; ou, ainda, ouvir uma resposta mais acadêmica como: o discurso remete-se a um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos. Entretanto, neste trabalho, “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apóiem na mesma formação discursiva” (Foucault, 2009, p. 132).

Apropriou-se, ainda, da concepção de Foucault sobre arquivo, a qual também não é a convencional: um lugar onde se guardam documentos ou um conjunto de documentos escritos ou dados organizados. Etimologicamente, “arquivo” provém do grego “archeion” (arkhaios + epo): dispor, ter cuidado, esse vocábulo deu origem, então, à palavra “archivum” em latim, que

significaria a arrumação de coisas antigas. Entretanto, Foucault (2009) chama de arquivo não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, mas o jogo de regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados. O autor, considera, assim, arquivos não como documentos, mas como monumentos, que emergem do conjunto dos discursos pronunciados numa dada época.

O enunciado, neste caso, não deve ser reduzido a uma estrutura proposicional, embora a função enunciativa se exerça por meio de frases e proposições, mas entendê-lo como uma modalidade de signos que lhe possibilita referir-se a objetos e a sujeitos. Foucault (2009) compara o enunciado como o “átomo do discurso”, assim como uma frase pertence a um texto, o enunciado pertence a uma formação discursiva. Por sua vez, a prática discursiva é um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício das funções” (FOUCAULT, 2009, p. 133). Dessa forma, há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento.

A arqueologia apresenta o discurso como prática social, a partir das obras “Vigiar e Punir” e “A Ordem do Discurso”, Foucault afirma, ainda, que o discurso sempre se produz em razão de relações de poder. O discurso, então, seria constitutivo da realidade e produziria, como o poder, inúmeros saberes. É aí que também se lançou mão da genealogia para esta análise, pois, como nos explica Veiga-Neto (2007, p. 59), na genealogia os discursos também são lidos e analisados, mas agora “isso é feito de modo a mantê-los em constante tensão com práticas de poder.”

Tanto os depoimentos, quanto as imagens foram organizados como enunciados e unidades temáticas de análise. Para Fischer (2001), a dispersão do discurso refere-se a sua pluridiscursividade e heterogeneidade discursiva. Essa dispersão dos enunciados e, portanto, dos discursos; referem-se à idéia de que eles são, antes de tudo, acontecimentos. Então, o trabalho do pesquisador será “constituir unidades a partir dessa dispersão, mostrar como determinados enunciados aparecem e como se distribuem no interior de um certo conjunto” (FISCHER, 2001, p. 206). Dessa forma, buscou-se em documentos oficiais, produzidos pelas três instâncias legislativas, o elemento unificador dos discursos e a partir deles criar alguns conjuntos arquitetônicos, considerando o que chamaremos de “discurso da acessibilidade”. Para a autora, construir tais unidades, longe de significar uma simplificação de enunciados desorganizados, é um trabalho de multiplicação dessa realidade da coisa dita.

O levantamento dos enunciados e das imagens facilitaram as indagações sobre as condições de emergência dos dispositivos discursivos que sustentam as práticas ou as engendram.

3.1.2 Os sujeitos

Tendo em vista que o termo ‘acessibilidade’ refere-se a melhores condições de acesso e promoção da inclusão da pessoa com deficiência em todas as atividades do cotidiano, tem-se ideia da complexidade deste caminho, pois, pela amplitude da temática, poder-se-ia abordá-la sob vários aspectos. A título de exemplo, a questão da presença de um tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais em um terminal rodoviário, possuiria conteúdo para outra dissertação. Assim, o foco deste estudo limitou-se ao ambiente físico construído e aos mecanismos que proporcionam, ou não, o acesso universal aos espaços públicos e coletivos, edificações e equipamentos urbanos contemplados pela NBR 9050:2004 um dos documentos que orientou a elaboração do roteiro para as entrevistas. Entretanto, não é possível acorrenar os discursos apenas a esses aspectos: até que ponto tratar de acessibilidade arquitetônica e não de acessibilidade na comunicação, se no momento do discurso esses aspectos apresentam-se engendrados? No caso da acessibilidade, essa complexa pluridiscursividade apresenta-se de forma interdependente.

Para nortear o leitor, procurou-se destacar as barreiras e dificuldades na mobilidade da pessoa com deficiência aos espaços, edificações e equipamentos urbanos, sem deixar de considerar outros pontos significativos para as pessoas com deficiência, os quais emergiram nos enunciados.

Para análise das unidades temáticas considerou-se as ponderações de Manzini (2005) quanto à diferenciação dos termos entre acesso e acessibilidade, no sentido de orientar as nossas interpretações. Para o autor a palavra acesso significa desejo de mudança, busca de objetivos determinados como, por exemplo, acesso à educação, ao trabalho e lazer. Já a palavra acessibilidade refere-se a condições concretas e palpáveis que podem ser medidas, legisladas e cobradas judicialmente. Para Manzini, a acessibilidade no enfoque legal e teórico, vem ao encontro das expectativas e necessidades das pessoas com deficiência.

Todas as etapas desta investigação foram importantes: a pesquisa documental, as observações, o diário de campo e as escavações nos espaços para compor o retrato da acessibilidade nesta cidade. No entanto, a voz da pessoa com deficiência, aquela que enfrenta dificuldades de mobilidade, que se depara todos os dias com barreiras urbanísticas, arquitetônicas e atitudinais, fez-se essencial numa perspectiva foucaultiana, pois “[...] não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo as regras de uma “política” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.”(FOUCAULT, 1996, p.35).

Assim, o discurso não é a manifestação de um sujeito que pensa, conhece e diz, mas sim, “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo.” (FOUCAULT, 2009, p.61). Partindo dessa perspectiva, foi possível conceber as entrevistas não como um simples ato de fala individual, mas como um lugar de dispersão do discurso, “já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é, assim concebido, ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem.” (FINCHER, 2001, p. 207)

Por isso, optou-se por fazer breves considerações sobre os entrevistados, pois conhecimentos como a competência do enunciador, o seu lugar institucional e o saber ao qual se insere são de grande importância para o entendimento da fonte do discurso daquele falante, esses aspectos influenciam na multiplicação desse sujeito.

Casada, mãe de uma filha, P.1 (DA) não nasceu deficiente, mas com o quadro clínico de muita febre devido à meningite, a cóclea (parte do sistema auditivo interna do ouvido, conhecida popularmente por caracol) foi afetada e fez com que sua audição diminuísse gradativamente, sendo que possui apenas 5% de audição no ouvido esquerdo. Já morou em outros municípios do estado, mas faz mais de vinte anos que mora em Dourados. Sempre estudou em escolas regulares e, licenciada na área de educação, lecionou em escolas públicas. Quando criança, foi oralizada, conhece a Língua Brasileira de Sinais há apenas quatro anos, a que atribui o seu crescimento profissional e uma maior participação comunitária. Atualmente, é técnica administrativa de uma universidade pública e cursa a faculdade de Letras LIBRAS.

P.2 (DV) perdeu a visão aos vinte e poucos anos em um acidente de trabalho. Logo que alcançou alguma habilidade com o Braille e com a bengala, completou o segundo grau, cursou Teologia e começou a trabalhar. Em Dourados, formou-se em Pedagogia e especializou-se em Educação Especial. No início desta pesquisa, trabalhava em um órgão público da cidade. Sempre

muito ativo na luta por seus direitos, participou de fóruns e conselhos relacionado aos direitos das pessoas com deficiência. Atualmente reside na cidade de Campo Grande e cursa Direito.

Devido à paralisia infantil, P.3 (DF) sempre andou de cadeira de rodas. Nascido em Dourados completou o segundo grau e casou-se nesta cidade. Trabalhou em diversos ramos, mas há sete anos atua como funcionário público coordenando um centro de apoio às pessoas com deficiência, o que lhe dá a oportunidade de sempre participar de fóruns e conselhos defendendo seus direitos. Participa ainda do “Dourados sobre Rodas”, time de basquete compostos por atletas deficientes.

P.4 (DV) começou a conviver com uma deficiência já na fase adulta quando foi acometida por problemas de saúde como a doença de Lyme (que teve seu diagnóstico e o tratamento tardio e inadequado) e a Síndrome de Anticorpo Fosfolípídeo, o que provocou a oclusão de veias do olho deixando-a com baixa-visão. Formada em Administração de Empresas e em Teologia, trabalhou em vários locais, dentre eles, órgãos públicos e comércio. No momento é aposentada por invalidez e faz artesanatos como lazer, mas tendo oportunidade, vende seus trabalhos. Bastante religiosa, participa ativamente de trabalhos comunitários na Igreja e faz parte da ASPADEV.

P.5 (DF) nasceu em Campo Grande, é deficiente físico, usuário de cadeira de rodas. Quando criança começou a praticar esportes, primeiro a natação, depois atletismo e, mais tarde, basquete. Pai de família, embora usufrua do Benefício de Prestação Continuada (benefício assegurado por lei destinado a idosos e pessoas com deficiência com renda mensal familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo), trabalha como autônomo, ora como carpinteiro ora como artesão para complementar a renda. Em Dourados, colaborou na fundação do time de basquete “Dourados sobre rodas”.

Deficiente visual, P.6 (DV) morou grande parte de sua vida em um distrito da zona rural do município de Dourados, durante todo esse tempo viveu afastado da comunidade, frequentando apenas os primeiros anos do primeiro grau. Ao mudar-se para Dourados, novos horizontes lhe foram abertos, conheceu um centro de convivência de pessoas com deficiência, onde teve a oportunidade de fazer alguns cursos e conhecer outras pessoas com deficiência. Solteiro, mora com a sua irmã e nunca praticou nenhuma atividade remunerada. Chegou a ter aulas de Braille e de mobilidade, não dando prosseguimento devido à dificuldade de chegar aos locais em que esses cursos são ofertados.

P.7 (DF) é deficiente físico e para sua locomoção necessita de muletas. Cidadão douradense, quando estudante foi presidente do Grêmio Estudantil, faz parte da Associação da Pessoa com Deficiência e é vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro. Trabalha desde os dezesseis anos, Atualmente é funcionário público.

Todos os sujeitos aqui apresentados foram escolhidos por sua vivência nos espaços públicos de Dourados, sozinhos ou não (P.6), por exemplo, só faz seus deslocamentos acompanhado). Lembrando que o caminho traçado em busca de enunciados sobre o discurso sobre acessibilidade afasta-se desse espaço em que se relacionam sujeitos individuais e invade o espaço de uma relação mais ampla, baseada na noção de dispersão do sujeito.

Quanto à formação discursiva sobre a acessibilidade na cidade de Dourados cabe perguntar: como esses conhecimentos e poderes são instituídos? Como o Município, o Conselho Municipal e os Grupos de pessoas com diferentes deficiências participam das discussões sobre acessibilidade, da formulação de políticas, das orientações e das tomadas de decisões acerca das adaptações para eliminação das barreiras arquitetônicas?

3.2. Condições de acessibilidade para locomoção

Neste item apresenta-se um conjunto de enunciados, recortados dos depoimentos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, dos registros da observação de campo e dos diálogos e entrevistas informais realizadas com os agentes públicos responsáveis pelo atendimento e atenção aos usuários do espaço urbano. Esses recortes orientaram a captura das imagens, as quais, casadas com os enunciados, formaram um quadro das práticas discursivas e não discursivas, o qual foi apresentado em unidades temáticas de análise representativas das facilidades e ou dificuldades vivenciadas pelas pessoas com deficiência.

3.2.1 Acesso ao transporte coletivo urbano

Construído em 1996, o Terminal de Transbordo de Dourados é o espaço onde se dá a integração dos vários pontos da cidade, através do transporte coletivo. Localizado na Praça Mário

Correa em local estratégico (500 metros de um dos maiores hospitais da cidade), recebe um fluxo de usuários muito grande, estima-se que cerca de oito mil pessoas utilizam esse espaço para dirigirem-se ao trabalho, escola, universidade e voltar para casa.

A partir de observações constatou-se em relação à estrutura física, que embora possua duas rampas, não atende todas as normas de acessibilidade. P.7 (DF) falou sobre essa questão: “O Terminal de Transbordo não é adequado, se você precisar ir em um sanitário público no Terminal de Transbordo, o cadeirante não entra, não cabe, na porta, não cabe a cadeira”.

Ainda em um dos momentos de observação, a pesquisadora dirigiu-se à cabine de informações e questionado ao funcionário responsável se havia algum atendimento especializado para a pessoa com deficiência, a resposta foi negativa, a funcionária informou que há apenas para os usuários de cadeiras de rodas ônibus adaptados. Para os usuários com deficiência auditiva não há intérprete, quando querem saber o horário do ônibus, eles mostram o número da linha que querem embarcar; já para os deficientes visuais não havia a disponibilização de informações com horários das linhas em braile.

A entrada de acesso ao Terminal de Transbordo possui um guichê onde, depois de realizado a compra do ticket, o usuário deve passar por uma catraca; ao lado direito da mesma, existe um portão reservado para pessoas com restrição de mobilidade, conforme observa-se nas figuras 01 e 02, respectivamente.

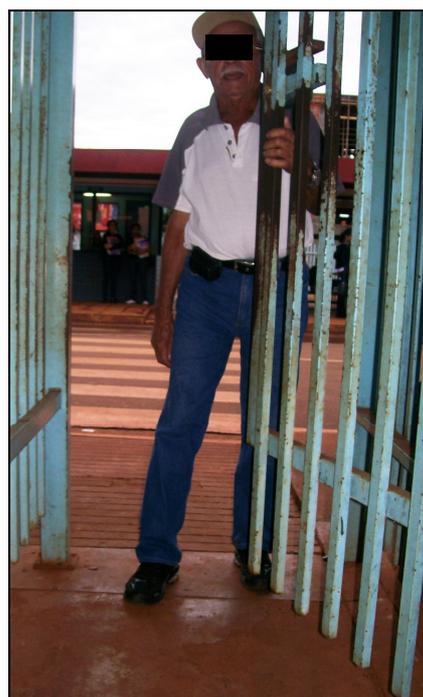


Figura 01 – Entrada do Terminal de Transbordo localizada na Praça Mário Correa (NASCIMENTO, 2009).



Figura 03 – Funcionário da empresa responsável pelo transporte coletivo urbano ajudando uma idosa a abrir a portão de acesso que se encontrava emperrado. (NASCIMENTO, 2009).

Figura 02 – Detalhe do portão reservado para pessoas com restrição de mobilidade. Na foto, a entrada de um idoso. (NASCIMENTO, 2009).

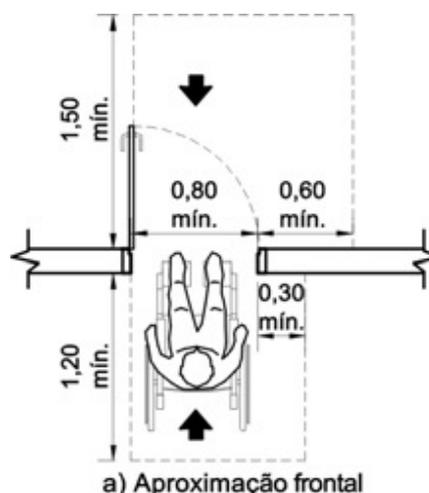


Figura 04 – Normas para aproximação de porta frontal (ABNT, 2004, p. 51).

O portão de acesso ao terminal não está totalmente acessível: embora tenha o vão livre de 0,8 m, (figura 02) conforme orientações da ABNT, os espaços junto à porta, não possibilitam a rotação da cadeira de rodas e transposição por seus usuários, como pode ser notado na comparação entre a figura 02 e 04.

A figura 03 se refere á mesma porta da figura 02, mas focalizada em outro ângulo. A porta emperrada revela como a circulação com autonomia, não apenas das pessoas com deficiência, mas de qualquer pessoa que tenha restrições de mobilidade, é vetada, pois, simplesmente, para entrar no terminal, faz-se necessário a ajuda de terceiros.

A Lei Municipal nº 1917, de 22 de junho de 1994, concede às pessoas com deficiência física, com comprovada dificuldade de locomoção, mental ou sensorial, o passe livre para a utilização do transporte coletivo urbano e rural, benefício que estimula o uso deste transporte pelas pessoas com deficiência.

Por meio de observação de campo e das imagens registradas constata-se a realidade relatada pelas pessoas com deficiência, expressa nos enunciados analisados no capítulo anterior. Verifica-se no Terminal de Transbordo a inexistência de informações em braile, com itinerários, nomes e números de linhas e horários, bem como a inexistência de pisos de orientação que

atendam as pessoas com deficiência visual; além de não haver nenhum intérprete da Língua Brasileira de Sinais para atender as pessoas com deficiência auditiva. Banheiros internos e externos (localizados na praça) também não são acessíveis.

Ao ser entrevistada, P. 1 (DA)⁹ compartilhou uma experiência no Terminal de Transbordo que vem confirmar as informações acima. Apesar de usar pouco o transporte coletivo, um dia esteve lá e encontrou outra pessoa com deficiência auditiva, segundo ela:

O surdo uma vez ficou perguntando para mim, porque eles não sabem ler, a maioria, porque a maioria é analfabeta e eles falam através de libras, [...] eles sabem através de números, só os números, as paradas não. Então, o lugar que eles sabem, o lugar que eles vão pegar o ônibus é o número, então lá falta acessibilidade porque não tem um informante, um intérprete [...].

Por meio deste relato observa-se as relações de poder não só entre a empresa que oferece os serviços urbanos e as pessoas com deficiência, mas entre os funcionários do Transbordo e as outras pessoas que frequentam esse espaço, trazendo à reflexão a questões de saber: qual saber é válido, qual saber é produzido, o saber de quem. No caso das pessoas com deficiência, verifica-se que o saber negado é fruto da falta de acessibilidade, pois sem condições de locomover-se autonomamente, como ter acesso a uma educação formal? Essa situação enfatiza um disciplinamento: as pessoas com deficiência não têm acesso ao estudo devido à falta de acessibilidade e, inversamente, não tem como exigir a acessibilidade devido à falta de estudos, sendo conservado sob controle.

Tão importante quanto à acessibilidade na infraestrutura do terminal é a acessibilidade em seu entorno, por isso, a Praça Mário Correa e as ruas que a ladeiam e dão acesso ao terminal foram fotografadas.

⁹ Para preservação da identidade dos entrevistados, recorreu-se por identificá-los por P.1 (DA), P.2 (DV), etc., conforme quadro 01, apresentado no segundo capítulo.



Figura 05 – Rua Camilo Hermelindo da Silva: (Foto tirada do canteiro central). A seta indica a entrada e saída dos veículos no terminal. (NASCIMENTO, 2009).



Figura 06 – Rua Camilo Hermelindo da Silva: acesso ao terminal (Foto tirada da calçada da Praça) (NASCIMENTO, 2009).

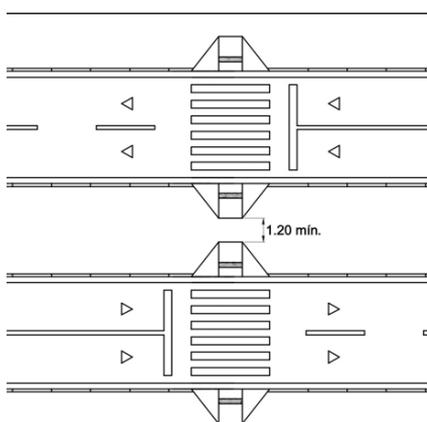


Figura 07 – Modelo de rebaixamento de calçadas no meio da quadra quando há canteiro divisor de pistas (ABNT, 2004, p. 60).

A figura 05 retrata o espaço de entrada ao transbordo municipal, a imagem mostra a deformação do asfalto, buracos e a inexistência de rampas de acesso. Há um pequeno rebaixamento localizado no meio da quadra que dá acesso à praça, como pode ser observado por meio da figura 06 (é importante destacar que o usuário poderá ter acesso ao transbordo apenas utilizando-se da praça). Evidencia-se, assim, a ausência de acessibilidade: primeiro, a rampa não atende a norma, a qual recomenda que a rampa deve ter, no mínimo, a largura mínima de 1,20 m, enquanto que a largura da rampa retratada é de 0,92 m; segundo, porque a rampa aparece apenas em um dos lados da rua, quando deveria ter rebaixamentos alinhados em lados opostos da pista, como o modelo sugerido na figura 07.

As figuras 08, 09 e 10 foram capturadas na Rua Hilda Bergo Duarte (paralela à Rua Camilo Hermelindo da Silva), embora possua um esboço de rebaixamento nos dois lados da rua, fica evidente a inacessibilidade.



Figura 08 – “Rebaixamento” Rua Hilda Bergo Duarte esquina com a Rua Onofre Pereira de Matos. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 09 - “Rebaixamento” Rua Hilda Bergo Duarte esquina com a Rua Onofre Pereira de Matos sob outro ângulo. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 10 – “Rebaixamento” da calçada do Terminal localizado à Rua Hilda Bergo Duarte. (NASCIMENTO, 2009)

Essas imagens demonstram as condições precárias das vias públicas e a inacessibilidade no entorno do Terminal de Transbordo de Dourados.

A Praça Mário Correa não se distingue dessa realidade, pois seu piso apresenta frequentes irregularidades como elevações nos níveis da calçada, resultados do crescimento das raízes das árvores, além de rachaduras e buracos, conforme se observa nas figuras 11 e 12:



Figura 11 – Raiz de árvore danificando a calçada da Praça Mário Correa (Rua Antônio Emílio de Figueiredo). (NASCIMENTO, 2009)



Figura 12 – Calçada localizada na Praça em péssimas condições de manutenção. (NASCIMENTO, 2009)

Os registros fotográficos mostram os obstáculos e as inúmeras dificuldades que as pessoas com e sem deficiência enfrentam para chegar ao Terminal Municipal de Transbordo de Dourados, o qual não foi construído nem adaptado da forma prescrita na legislação e normas. Para Foucault (2008b), todo esse conjunto das medidas legislativas, decretos e regulamentos diz respeito às medidas de segurança, à vigilância dos indivíduos. O autor explica que, para que haja o disciplinamento dos corpos e a segurança da população é necessária uma repartição espacial. Na biopolítica os seres humanos são vistos como seres vivos e, o espaço em que habitam, seu meio de existência; e justamente, nesse “meio” é exercido uma técnica política que vai extrair o seu saber para se localizar e definir o campo de intervenção do seu poder.

Ao serem questionados sobre suas maiores dificuldades em relação à acessibilidade na cidade, quatro, dos sete entrevistados, apontaram o transporte coletivo como a maior dificuldade encontrada para sua mobilidade:

P.7 (DF) “O transporte coletivo não oferece condições, acho que tem um ou dois ônibus adaptado, mas é muito aquém daquilo que a cidade precisa”

P.2 (DV) não abordou apenas a falta de acessibilidade nos transportes urbanos, mas também nos pontos de paradas, além de denunciar a má qualidade desses transportes, questões que serão abordadas mais adiante como foco de análise.

Atentar-se para o fato de que P.1 (DA), P.4 (DV) e P.6 (DV) são usuários esporádicos desse meio de transporte, sendo que P.1 (DA) é habilitada e possui um veículo automotor e, tanto P.4 (DV) quanto P.6 (DV), utilizam-se de meios de transportes privados, como taxi ou moto-taxi; dependem ainda de carona, da solidariedade de amigos e familiares como guias para sua

locomoção pela cidade. Os dois últimos, ao se reportarem ao transportes coletivos, destacaram aspectos positivos:

P.6 (DV): Eu não tenho do que reclamar dos ônibus, todas as vezes que eu usei, sempre usei acompanhado, pra mim em certa parte foi bom, nunca nenhum motorista, nenhum cobrador nunca me questionou ou maltratou, sempre me ajudou, sabe, então nessa parte foi bom...

P.4 (DV): Eu nunca tive problema com motorista arrancar, falta de respeito assim não...

A importância de evidenciar tais aspectos é porque demarcando uma formação discursiva sobre acessibilidade revela-se algo dos enunciados. Descrevendo esses enunciados procede-se uma individualização de uma forma discursiva, assim os depoimentos das pessoas que utilizam esse meio de transporte com frequência devem ter um peso maior. Para Foucault (1979) o maior problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade, mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si verdadeiros ou falsos. Descrever um enunciado sobre acessibilidade, portanto, é dar conta dessas especificidades, é apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar. Verifica-se nos discursos de P.4 (DV) e P.6 (DV), aspectos positivos em relação às atitudes dos motoristas, entretanto, os usuários não revelam dificuldade para locomoção no transporte, uma vez que se utilizam de guias videntes, o que não ocorre com os usuários de cadeira de rodas.

Outro enunciado que merece destaque é a resposta do funcionário indagado sobre atendimento especializado no Terminal: “para os usuários de cadeiras de rodas existem os ônibus adaptados”. Entretanto, sabe-se que a mera condição de existir a adaptação não é sinônimo da existência efetiva de acessibilidade. P.3 (DF), deficiente físico, usuário de cadeira de rodas, desabafa ao ser questionado do transporte coletivo na cidade:

“A gente tem dois ônibus adaptados que é praticamente zero, porque muitas vezes estão estragados ou o próprio cobrador ou motorista não sabe manusear o elevador, às vezes está funcionando e falam que não está funcionando [...]”.

Segundo Foucault, o poder não emana somente do poder estatal, mas perpassa por muitas outras instâncias. Observa-se que no artigo 2º do Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, inciso I, que, para a aprovação de projeto de transporte coletivo, quando tenham destinação pública ou coletiva, devem atender critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Pois bem, identificou-se uma legislação que regulamenta a acessibilidade do transporte coletivo, identificou-se, ainda, a existência de dois ônibus adaptados, embora em número insuficiente (o prazo para que a frota de veículos de transporte coletivo rodoviário e a infraestrutura dos serviços deste transporte estejam totalmente acessíveis ainda não expirou pois o Decreto 5296/2004 estabeleceu o prazo máximo de cento e vinte meses a contar da data de publicação deste Decreto, artigo 38, § 3º). No caso apresentado, quem está exercendo o poder são os funcionários e/ou a empresa os quais omitem ou não se preparam para oferecer um serviço acessível, evidenciando, assim um procedimento de exclusão, chamado por Foucault (1996) de interdição.

Frequentemente, aqueles que têm a necessidade de andar de ônibus para se locomover, deparam-se com problemas como superlotação, veículos sucateados, desconforto etc., e poucas vezes se perguntam se não têm o direito de exigir um transporte coletivo de qualidade.

A Constituição brasileira prevê a competências dos municípios em “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo” (BRASIL, 1994, inciso V, art. 30). Sendo o transporte urbano um serviço público delegado pelo município ao particular, este possui a obrigação de o prestar de forma eficiente e adequada, cabendo ao Poder Público o dever de fiscalização e de intervenção para que este serviço seja prestado com qualidade.

Como exposto no Capítulo I, o município de Dourados, por meio da Lei nº. Municipal 1917, de 22 de Junho de 1994, concede passe livre às pessoas com dificuldade de locomoção, mental ou sensorial desde que irreversíveis, para utilização do transporte coletivo urbano e rural. P.2 (DV) não concorda com essa concessão, como se percebe em seu relato a seguir:

Não precisa isentar ele, porque quando você isenta o cidadão é como se você tivesse, é como se você falasse:

_Você não precisa cumprir as leis, estou te dando um favor, uma vez te dando um faz favor, eu faço com você o que eu quero.

Entendeu? Como a concessão de carteirinha de passe livre. Muitas vezes eu ouvi isso dos gestores da empresa:

_ Mas você tem carteirinha e quer exigir qualidade?

Você tem um cobrador que é um mal educado, você tem um motorista que desatento e insensível, o cara dirige como se fosse um caminhão de boi e quando ele para pra você:

_Ó, tô te parando hoje, tô te fazendo um mero favor, tô te fazendo porque eu sou um cara bonzinho, abre aspas, então eu to parando fora do ponto porque eu acho que deve parar.

A concessão de passe livre às pessoas com deficiência caracteriza-se um mecanismo compensatório de liberdade, pois, ao mesmo tempo, que amplia a liberdade de locomoção desses sujeitos tornando gratuito o uso do transporte urbano, também amplia as formas de controle e a intervenção quando a Administração Pública faz-se negligente ao fiscalizar se a concessionária está atendendo as normas de acessibilidade. O resultado é que, muitas vezes, mesmo quem não tem condições econômicas de pagar por esses serviços, opta por outros meios de transportes privados, como é o caso de P.6 (DV), que em razão dos gastos parou suas aulas de mobilidade com bengala. Ele desabafa: “Para eu chegar lá eu dependo do moto táxi para ir e vir”. Segundo P.4 (DV), se depender desse transporte prefere ficar em casa:

Assim, eu morro de medo de descer do ônibus, eu desço devagar, eu morro de medo de... eu tenho até medo de... sei lá, de fazer uma faculdade. Tem um ponto de ônibus aqui pertinho de casa e tenho medo às vezes de como o motorista vai, mas se ele for rápido eu fico, eu caio, eu me esborracho e alguma coisa acontece [...] Quando eu saio de casa, eu falo que eu sou chique, os outros têm que vir me buscar, porque eu não ando na rua muito sozinha [...] as pessoas vem me buscar e me devolvem na porta de casa, me pegam e me devolvem...

Para Foucault (2008b, p. 87) essa prática governamental apresenta-se como reguladora, é necessário produzir uma liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções.

Percebe-se por meio das imagens e desse emaranhado de enunciados que um dos entraves à livre locomoção das pessoas com deficiência é o transporte coletivo. Aos poucos vão desvelando-se indícios de verdade sobre o discurso de acessibilidade em Dourados, MS.

Torna-se importante lembrar que nos depoimentos, apenas uma pessoa com deficiência visual andava com certa autonomia pela cidade, as outras só se locomoviam pela cidade quando acompanhadas. Os usuários de cadeiras de rodas relataram muita dificuldade para transporem os obstáculos evidenciados nas fotos, entretanto, ao anoitecer, essa tarefa tornava-se quase impossível. Como se constata pelos depoimentos e pelas imagens descritas, o Terminal de Transbordo e os seus arredores são inacessíveis a qualquer cidadão, independente de apresentar ou não uma restrição de mobilidade. Dessa forma, evidencia-se, mais uma vez ao esquema panóptico, essa maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens. A escassa acessibilidade do espaço torna-se nesse tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos, de definição dos modos de intervenção, as quais podem ser utilizados em hospitais, fábricas, escolas, mas que hoje não se restringe às instituições fechadas, mas multiplica-se pelo espaço da cidade

3.2.2 Acesso ao transporte rodoviário

Dourados dispõe de um [Terminal Rodoviário de Passageiros](#) que liga a cidade com os mais importantes centros e capitais da região e de todo o país. Situado ao lado do [Shopping Center da cidade](#), registra um grande fluxo diário de passageiros, especialmente em datas comemorativas.

Para que a acessibilidade seja efetivada é preciso pensá-la de uma maneira ampla, que envolva todo um sistema, desde via de acesso, calçada, terminal, veículo, até capacitação de pessoal, além de ser levado em conta todo o sistema de transportes, desde o embarque até o desembarque de passageiros, garantindo um dos direitos primordiais do cidadão, que é o direito de ir e vir, com segurança e autonomia. Nesta mesma linha de raciocínio pode-se questionar: o que adianta haver dois ônibus adaptados se a falta de acessibilidade começa desde os pontos de paradas? Segundo P. 2 (DV):

O ponto de ônibus, na minha concepção, a arquitetura dele não condiz, é ruim, é horrível, ela parece assim (gesto feito com as mãos)... é oval, um semicírculo, o que acontece: por várias vezes eu bati meu rosto. Como ele tem uma... ele parece um ponto de interrogação, quando eu passo a bengala fazendo a varredura [...] ela não pega então eu bato o rosto...

A partir desta perspectiva, foram capturadas as seguintes imagens:



Figura 13 – Cruzamento Avenida Marcelino Pires com a Rua José de Alencar (ponto de Vista: Shopping) (NASCIMENTO, 2009)



Figura 14 – Cruzamento Avenida Marcelino Pires com a Rua Jose de Alencar (ponto de vista: Rodoviária) (NASCIMENTO, 2009)



**Figura 15 – Ponto de parada de ônibus mais próximo ao Terminal Rodoviário e o Shopping.
(NASCIMENTO, 2009)**

As figuras acima retratam um grande contraste: de um lado o shopping da cidade com calçada em boas condições e rampa de acesso, enquanto do outro lado, a guia da “calçada” que dá acesso ao Terminal Rodoviário não é rebaixada. Sem contar as péssimas condições da “calçada”, ou melhor, dos resquícios de calçada, as quais deveriam se apresentar como rota acessível, pois esse trajeto leva a uma área de circulação externa de um importante espaço público. A NBR 9050 recomenda que as calçadas devam ser rebaixadas junto às travessias de pedestres sinalizadas sempre que houver foco de pedestres.



Figura 16 – Terminal Rodoviário de Dourados: entrada principal. (NASCIMENTO, 2009)

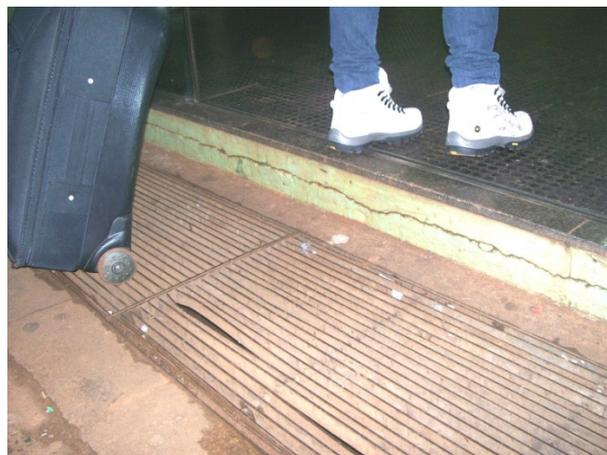


Figura 17 – Terminal Rodoviário de Dourados: detalhe da entrada principal. (NASCIMENTO, 2009)

O Terminal Rodoviário Renato Lemes Soares passou por uma grande reforma nos anos de 2002 e 2003. Destaca-se que, anteriormente aos anos da reforma, foi publicada a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, a qual estabelece princípios e diretrizes sobre o atendimento às pessoas com restrição de mobilidade, além de tratar de questões específicas de acessibilidade, como normas de construção de edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo (BRASIL, 2000a). Entretanto, observou-se que, naquele momento, não houve preocupação com a acessibilidade do local.



Figura 18 – Terminal Rodoviário de Dourados: o acesso lateral ao terminal depara-se com espaço



Figura 19 – Terminal Rodoviário de Dourados: detalhe. (NASCIMENTO, 2009)

reservado à taxistas. (NASCIMENTO, 2009)

As figuras 18 e 19 retratam a mesma rampa de acesso ao Terminal, sob pontos de vista diferentes. Essa rampa, além de chocar-se com o local reservado aos taxistas, depara-se com uma guia não rebaixada e com um declive muito acentuado.



Figura 20 – Terminal Rodoviário de Dourados: acesso I lateral para embarque e desembarque. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 21 – Terminal Rodoviário de Dourados: acesso II lateral para embarque e desembarque. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 22 – Terminal Rodoviário de Dourados: acesso frontal para embarque e desembarque. (NASCIMENTO, 2009)

As três últimas imagens resumem as precárias condições de acesso aos pontos de entrada e saída da Rodoviária da cidade de Dourados. A textura da superfície dos pisos das rampas deveria ser de material que proporcionasse uma boa aderência, entretanto, as rampas são de cimento, sem qualquer tipo de revestimento antiderrapante, além de possuírem ineficiente sinalização no que se refere às faixas na cor amarela para diferenciar o início e no fim das

rampas. Na figura 22, visualiza-se uma rampa quebrada que dá acesso frontal às plataformas de embarque e desembarque; iguais a esta tem mais duas nas mesmas condições de preservação.

Além das entrevistas, outros depoimentos foram sendo colhidos. Durante o trabalho de campo, sempre que a questão da acessibilidade era abordada e a pesquisadora registrava no diário de campo as críticas, desabafos e opiniões. Em um desses momentos, registrou-se a experiência de uma pessoa com deficiência física, o qual na tentativa de descer uma rampa de acesso para o Terminal Rodoviário deparou-se com um táxi impedindo sua passagem; na tentativa de avançar, acabou por riscar o carro, gerando uma situação de conflito com o proprietário do veículo. Realmente, durante as observações constatou-se que uma das rampas de acesso ao Terminal está localizada no local reservado para os veículos.

É interessante registrar algumas considerações sobre esse espaço público. Para P. 1 (DA), “a rodoviária é precária, horrível... Lá, se você vai entrar pela rotatória do estacionamento, não tem um lugar que passa lá para cadeirante não, ele tem que ir pela rua, terrível, a estrutura é terrível [...]”. P.6 (DV) compartilha dessa opinião:

Ali é um lugar bem difícil de acesso também, porque ali é degrau, há calçada, desnível, você pode notar ali que tem partes, eu já fui ali, então até você se localizar ali também é bem dificultoso na Rodoviária, conheço bem ali, mas também só com guia.

Observa-se que os depoimentos mostram uma cidade inacessível e os equipamentos urbanos interditam os usuários com deficiência, limitam a independência, a autonomia, mantêm a vigilância e opressão por meio da ausência de adaptações e até mesmo pela presença de guia para locomoção.

Foram observados outros fatores de grande importância como a sinalização, o mobiliário e as alturas dos balcões de atendimento, os quais não estão adequados para atender as pessoas com deficiência. Igualmente, os banheiros da Rodoviária também não atendem as normas de acessibilidade, com cabines pequenas e sem barras de apoio bilateral, além de seu piso ser liso e escorregadio, o que torna o ambiente perigoso para todos os usuários.

Quanto à sinalização, a Norma Brasileira ABNT NBR 9050: 2004 define três formas de comunicação e sinalização: visual, tátil e sonora. A sinalização visual é realizada através de textos ou figuras, representadas na Rodoviária pelas placas de localização e identificação dos guichês de atendimento e de entrada e saída, as quais são escassas e inadequadas. Já a sinalização

tátil, que é realizada através de caracteres em relevo, braile ou figuras em relevo; bem como a sinalização sonora, a qual é realizada através de recursos auditivos, não foram encontradas.

Os depoimentos analisados e as imagens aqui confrontadas revelam como funcionam os dispositivos de poder e o governo: quais seriam os sistemas referenciais de diferenciação utilizados? Esses sistemas de diferenciação permitem atuar sobre os outros? De que forma? Quais modalidades instrumentais se utilizam? Para Foucault o poder consiste em termos gerais em “conduzir condutas e dispor de sua probabilidade induzindo-as, afastando-as, facilitando-as, dificultando-as, limitando-as, impedindo-as.” (CASTRO, 2009, p.326). Dessa forma, a falta de acessibilidade pode ser vista como uma manifestação do poder, pois dificulta, limita, impede.

Considerando essas dificuldades e outras mais que serão apontadas, incluindo ainda, as que serão visualizadas a seguir, por meio das fotografias, pode-se considerar as barreiras arquitetônicas como dispositivos de poder, visto que organizações arquitetônicas também são consideradas por Foucault como dispositivo disciplinar. O autor ainda acrescenta que “o discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda” (FOUCAULT, 1987, p. 244). Tal dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.

Como no Terminal de Transbordo, também os funcionários da Rodoviária foram questionados a respeito da existência de um atendimento especializado à pessoa com deficiência e a resposta, mais uma vez, foi negativa, como confirma P. 1 (DA) ao reclamar das dificuldades que uma pessoa com deficiência auditiva enfrenta neste local: “A rodoviária não está ajudando em nada também, não tem intérprete lá, o surdo se vira sozinho, perguntando por gestos [...]”. Percebe-se claramente a falta de preparo dos atendentes na sua fala:

P. 1 (DA): [...] se eu vou lá para comprar passagem prefiro que alguém vá junto comigo, porque eu não entendo, se eu pergunto olha para mim eles viram a cara, eles viram a cara, abaixam a cabeça... [...] peço, por favor, olhe para mim que eu preciso ler os seus lábios. Outro caso curioso que eu vi e não entendia, não entendia o cara e ele ficou gritando no meu ouvido.

Um dos eixos norteadores desta análise está na formação do poder como produção de um sistema hierárquico, que se realiza a partir das trocas entre os diferentes saberes disciplinares não só nas relações Estado/população, mas também nas relações entre os funcionários da Rodoviária e os usuários com deficiência, a qual será mediada de acordo com a manifestação de resistências destas às cristalizações do poder, como uma relação de forças. Este poder, segundo Foucault

(1979) resultam em práticas concretas discursivas, no caso do Terminal Rodoviário, pudemos percebê-las por meio das relações dialógica e dos depoimentos.

3.2.3 Acesso ao transporte aeroviário

O aeroporto de Dourados opera com tráfego regular, é o segundo aeroporto do estado em fluxo de passageiros, contando com voos para os estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná e demais conexões, tem apenas uma empresa que opera diariamente e com poucos horários.



Figura 23 – Aeroporto Municipal de Dourados: fachada. (HOVA, 2009)



Figura 24 – Aeroporto Municipal de Dourados: estacionamento reservado às pessoas com deficiência. (HOVA, 2009)



Figura 25 – Aeroporto Municipal de Dourados: sanitários. (HOVA, 2009)

O Decreto 5296 de 02 de dezembro de 2004 estabeleceu um prazo de trinta e seis meses, a contar da data de sua publicação para que os serviços de transporte coletivo aéreo e os equipamentos de acesso às aeronaves estivessem acessíveis e disponíveis para serem operados de forma a garantir o seu uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Dois anos após a expiração desta data constatou-se que o Aeroporto de Dourados não cumpriu os dispositivos legais.

Ao visitar as instalações do aeroporto, a pesquisadora observou as instalações de embarque e desembarque, incluindo áreas externas, saguões, lojas e serviços. A infraestrutura para as pessoas com deficiência é precária; apesar de possuir rampa na entrada, inexistem sistemas de informação, sinalizações acessíveis e sanitários adaptados. Também não foi identificado qualquer atendimento especializado por funcionários, como, por exemplo, atendentes que se comuniquem por meio da Língua Brasileira de Sinais.

Todas as pessoas entrevistadas nunca se utilizaram do meio de transporte aéreo, por isso desconheciam a acessibilidade no Aeroporto Municipal de Dourados.

P.3 (DF), membro do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência e gestor de um órgão público que trabalha diretamente com pessoas com deficiência, não se atentou para verificar esse espaço e reconheceu seu desconhecimento como uma falha, reconhece que: “nós teríamos até que, enquanto Conselho, a gente estar verificando, estar indo lá, eu não tive acesso lá [...] é um dos locais que a gente tem que estar indo para estar vendo, porque lá eu não tenho conhecimento”.

Para o levantamento das condições de acesso e circulação e adequações quanto à acessibilidade para pessoas com deficiência neste local, além do momento de observação e registro fotográfico, foi realizada uma visita e conversa informal com o funcionário responsável pelo atendimento aos clientes do tráfego aéreo. Este informou que participou de um treinamento para atendimento à pessoa com deficiência, entretanto, as informações passadas por ele não condizem com uma real acessibilidade e promoção de autonomia, pois a orientação que ele recebeu em relação à acessibilidade da pessoa com deficiência física, mais precisamente usuário de cadeira de rodas, era que, com ajuda de alguém deveria retirá-lo da cadeira de rodas e carregá-lo (no colo) até a poltrona do avião, sendo que as orientações da Agência Nacional de Aviação Civil do Brasil (ANAC) é que as empresas aéreas devem dispor de cadeiras de rodas de bordo para facilitar o movimento do passageiro no interior da aeronave.

O Aeroporto Francisco de Matos Pereira não pode ser chamado de aeroporto acessível, já que não propicia iguais condições de utilização a seus usuários e passageiros, independentemente de possuírem alguma deficiência. Informações de pessoas que embarcaram no Aeroporto de Dourados indicam a inexistência de plataforma, de elevador ou rampa de acesso; a escada que dá acesso ao avião é instável, o que dificulta a entrada ou saída de qualquer pessoa, não só as que possuem restrição de mobilidade.

Por fim, a análise da formação discursiva sobre a acessibilidade na cidade de Dourados, corrobora com as observações de Osório (2006, p.31) sobre as diferentes formas de representação do discurso da inclusão, as peculiaridades do processo de elaboração do conhecimento, aliados às possibilidades de diferentes olhares sobre a inclusão como uma herança histórica do homem, em que suas origens são frutos de sua existência demarcada pela prática social, em que as sociedades, com diferentes modos de produção, estabeleceram entre si relações operativas caracterizadas como diferentes formas de poder. Analisa as palavras de Michel Foucault, em que ele estabelece relações entre as práticas sociais, saber e poder. Evidencia que o saber gera o poder e este suscita mais saber e que neste exercício de busca surgem novos objetos, condições e sujeitos do conhecimento, e o saber, cada vez mais se distancia da coletividade, passando a ser restrito a grupos de domínios específicos.

3.3 Acessibilidade na comunicação, informação e cultura

Para que um espaço seja acessível não basta eliminar as barreiras arquitetônicas e urbanísticas, é preciso que haja formas de comunicação e sinalização visual, tátil e sonora. A representação gráfica dos símbolos, sua fixação, a sinalização tátil, tudo isso compõe requisitos de uma real acessibilidade. São direitos da pessoa com deficiência, iguais condições de conhecer, visitar e obter informações sobre os bens integrantes do patrimônio cultural, tais como museus, cinemas, bibliotecas, teatros, núcleos históricos, entre outros.

Conhecida como a "Cidade de Todos os Povos" (devido à diversidade de migrantes vindos de várias partes do país, imigrantes paraguaios, asiáticos e europeus, além dos povos indígenas que já habitavam a região), Dourados, como toda cidade de porte médio, possui um número significativo de espaços culturais. Parque Antenor Martins, Parque dos Ipês, Praça Antônio João, Praça Paraguaia e Praça Mário Correa são apenas alguns exemplos de praças e

parques oferecem lazer e recreação à população. A cidade também possui outras opções, entre elas, cinemas, restaurantes, teatros, bibliotecas e museu.

Todo processo de inclusão esbarra em diversas dificuldades de acesso, sejam elas arquitetônicas, financeiras, atitudinais, entre outras. Porém, a acessibilidade no espaço urbano é uma das primeiras dificuldades que deve ser superada, conforme os relatos das pessoas com deficiência.

Questionados sobre a acessibilidade e acesso a esses locais, os entrevistados compartilharam suas vivências, onde não só a acessibilidade física foi abordada, mas também acessibilidade na comunicação, como tradução para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e legendas.

Devido a sua deficiência (auditiva), P.1 (DA) é quem mais sofre no acesso à cultura com a falta de acessibilidade na comunicação, como revelado neste depoimento:

Eu amo teatro, mas não dá para eu participar, não entendo nada o que eles falam... o corpo deles é a minha comunicação, mas a maioria não consegue trabalhar o corpo... Então, o teatro fica sem sentido para mim. Então eu também fico sem acesso a um projeto cultural como esse, eu fico meio triste de querer participar de uma coisa que eu gosto, o teatro, mas eu não posso pois não consigo entender [...] No Teatro Municipal, todas as peças são orais, não tem expressão corporal [...] Eu, particularmente, eu não preciso muito quando eu vou, porque eu olho lá para as pessoas, leio e capto, mas os outros surdos, a maioria, não tem intérprete [...] Tudo falante, falante não dá para entender nada, eu fico só sonhando, imaginando, o que será que ele quis dizer...

Além da dificuldade em assistir peças de teatro, P.1 (DA) também enfrentou barreiras para assistir filmes na “telona”. Ela conta que há um tempo, o único cinema da cidade parou de exibir filmes com legendas. Ao reivindicar seu direito não obteve retorno dos responsáveis, recorrendo, assim, à Promotoria Pública: “Fui lá, no Ministério Público e denunciei o cinema de Dourados por conta que eles tiraram a legenda e consegui de volta, mas os desenhos que eu gosto não tem legenda e continua a mesma coisa.” (grifo nosso). Referindo-se à acessibilidade física no cinema P.4 (DV) faz a seguinte observação: “O cinema, só se você for lá na frente [...] existe corrimão, existe tudo, mas você tem que sentar lá na frente...”. Exatamente sobre essa dificuldade P.3 (DF) se deparou ao conhecer esse estabelecimento:

Colocaram o local para a pessoa com deficiência, que usa cadeira de rodas bem na frente, ali você fica com o pescoço doendo, fica muito próximo ao telão [...] é bem complicado e constrangedor, porque, na maioria das vezes, a pessoa chega e procura uma comodidade e quem usa cadeira de rodas não tem comodidade.

O discurso legal garante acessibilidade e acesso a todas as pessoas, entretanto, esses discursos validam-se por meio das instituições, as quais, não cumprem o que a lei estabelece. E quando dizem “incluir” o indivíduo, impõe suas próprias normas, por meio de mecanismos disciplinares. Um exemplo são os lugares destinados ao usuário de cadeira de rodas; ou ainda, a questão das legendas, pois elas voltaram, mas não em todos os filmes, P.1 (DA) não terá acesso a muitos deles, inclusive aos filmes nacionais. Observa-se que o discurso da disciplina é alheio ao da lei, é o que Foucault (1987) chama de efeito da vontade soberana, as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra; não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma.

Dentre os espaços culturais, duas bibliotecas públicas de Dourados foram fotografadas. Quanto à infraestrutura destes espaços salienta-se que não apenas a edificação, mas também a disposição e medidas de mobília devem atender normas recomendadas pela NBR 9050, como altura dos terminais de consulta, balcões de atendimento e distância entre estantes de livros. Entretanto, apenas as partes externas foram objeto de pesquisa.

Biblioteca Pública e Sede da Academia Douradense de Letras



Figura 26 – Biblioteca Pública e Academia Douradense de Letras. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 27 – Biblioteca Pública e sede da Academia Douradense de Letras: detalhe da entrada. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 28 – Tratamento de desníveis, medidas em milímetros (ABNT, 2004 p. 39)

Percebe-se através da figura 27, um considerável desnível na entrada. Segundo a NBR 9050, desníveis no piso de até 5 mm não demandam tratamento especial, mas, sendo superiores, devem ser tratados em forma de rampa, conforme figura 32.

Biblioteca Municipal (central)



Figura 29 – Rampa de acesso a uma Biblioteca Municipal. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 30 – Rampa de acesso a uma Biblioteca Municipal: detalhe. (NASCIMENTO, 2009)

Nas figuras 29 e 30, verifica-se a rampa de acesso a uma Biblioteca Municipal, que fica localizada em uma região central da cidade. Segundo a NBR 9050:2004, ao lado de rampas isoladas devem ser instalados corrimãos em ambos os lados.

Além disso, regulamenta que, quando a altura da rampa for de aproximadamente de 0,80, ela deve ter inclinação de acordo com os limites: $6,25 < i \leq 8,33$.

Quadro 02 – Dimensionamento da rampa

Desníveis máximo de cada segmento h	Inclinação admissível i
--	------------------------------

	m	%
Dados coletados	0,86	20,77
Recomendações NBR 9050:2004	0,80	6,25 < i ≤ 8,33

Fonte: Dados colhidos na pesquisa de campo (2009).

De acordo com o quadro 02, sobre o dimensionamento da rampa, mostra que a inclinação está fora dos padrões de acessibilidade, o correto seria uma inclinação entre 6,25 e 8,33, entretanto, a retratada contém 20,77 de inclinação. Poder-se-ia perceber, mesmo por um leigo, a impossibilidade de um usuário de cadeira de rodas subi-la, pois é visível o acentuado declive e a ausência do corrimão.

O direito da pessoa com deficiência à vida cultural e à atividades de recreação, lazer e esporte com igualdade de oportunidades é reconhecido na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Nesse sentido, o documento recomenda que os Estados Partes devem tomar medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham acesso a locais ou serviços de eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, acesso a locais de eventos esportivos, recreativos e turísticos.

Desde 1988, a Lei Maior do país já assegurava a todos o pleno exercício dos direitos culturais, entretanto, destacamos mais uma vez, sem a acessibilidade há restrição quanto à inserção sócio-cultural das pessoas com deficiência.

Teatro Municipal

Localizado no Parque dos Ipês e inaugurado em 25 de abril de 1998, o Teatro Municipal de Dourados é o mais tradicional da cidade, com capacidade para 420 lugares, é um espaço destinado para atividades culturais como shows, dança e teatro. A maioria dos entrevistados já estiveram lá e registraram suas impressões sobre a sua acessibilidade:

P.3 (DF) Tenho ido ao Teatro Municipal, você chega ali, na parte da frente chega, mas se você precisar descer pra baixo já não tem, já é escadaria, acesso ao palco não tem, então, é bastante dificultoso.

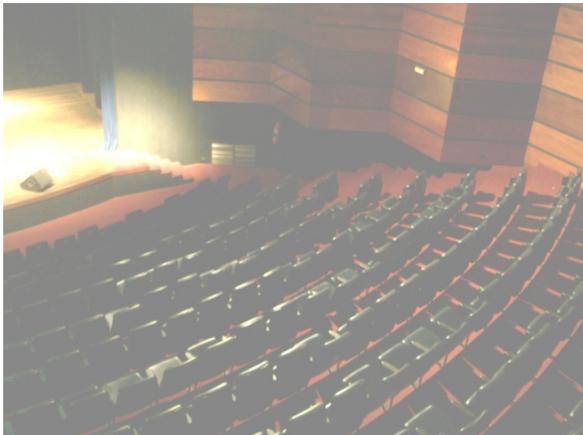


Figura 31 – Vista Panorâmica do Teatro Municipal de Dourados. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 32 – Teatro Municipal de Dourados: rampa de acesso ao palco. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 33 – Teatro Municipal de Dourados: escadaria. (NASCIMENTO, 2009)

Visualiza-se nas figuras 31, 32 e 33 que o acesso aos lugares e ao palco realiza-se somente por meio de escadas. As pessoas com deficiência visual e os usuários de cadeira de rodas descreveram as dificuldades encontradas para deambular, movimentarem-se pelo auditório e chegar ao palco.

Teatros, auditórios e similares devem possuir, na área destinada ao público, espaços reservados para usuário de cadeiras de rodas e assentos para pessoas com restrição de mobilidade distribuídos pelo recinto e localizados em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga, garantindo conforto, segurança, boa visibilidade e acústica, além de estar instalado em local de piso plano horizontal.

Entre os espaços que dão acesso à cultura, os mais importantes eventos políticos, científicos, culturais e artísticos são realizados no Teatro Municipal. Os depoimentos e as fotos revelam situação de constrangimento e exclusão social.

Anfiteatro da Prefeitura Municipal

O Anfiteatro da Prefeitura Municipal, intitulado “José Cerveira”, foi construído recentemente e localiza-se no Centro Administrativo Municipal. Mesmo inaugurado depois da publicação do Decreto 5296/2004, percebe-se a falta de acessibilidade, como comenta P.6 (DV): “Eu frequentei ali, umas vezes, o auditório da própria prefeitura ali, ali também há uma dificuldade ali, pra você chegar, degrau, aí depois vem as rampas, porque lá é tipo descida e rampa”. Observa-se, ainda, logo na entrada, que o piso externo não é nivelado e inexistente revestimento, além disso, apresenta um desnível maior que 5 mm na porta de entrada, como pode ser observado na figura 34 e, com mais precisão, na figura 35.



Figura 34 – Anfiteatro Municipal de Dourados: entrada principal. (HOVA, 2009)



Figura 35 – Anfiteatro Municipal de Dourados: desnível. (HOVA, 2009)



Figura 36 – Anfiteatro Municipal de Dourados (HOVA, 2009)



Figura 37 – Anfiteatro Municipal de Dourados: escada de acesso ao palco. (HOVA, 2009)

As figuras 36 e 37 revelam várias irregularidades nesta construção. Primeiro, a NBR 9050 orienta que os acessos para pessoas com deficiência ao palco e aos bastidores devem ser interligados por uma rota acessível. Quando houver desnível entre o palco e a platéia, este pode ser vencido através de rampa com ou equipamento eletrônico, os quais, sempre que possível, devem se situar em local de acesso imediato, porém discreto e fora do campo visual da platéia. No caso do Anfiteatro, o acesso ao palco é realizado apenas por escadas. Um dos sujeitos participantes da pesquisa, P.6 (DV), esteve neste local e descreveu a dificuldade que encontrou quando precisou usar o palco. Essas práticas discursivas e não discursivas denotam as relações de poder-saber cujo acesso é intencionalmente negado, uma vez que as normas estão livremente disponíveis e amplamente divulgadas. Outra questão que emerge nesse contexto é a governamentalidade, a qual traz uma nova reflexão, a de “governo dos homens”, onde os domínios saber, poder e subjetivação se articulam no interior de uma determinada arte de governar, como nos ajuda a refletir Foucault.

O acesso aos bens culturais proporciona ao sujeito o contato com diferentes linguagens artísticas e práticas culturais, além de potencializar a sensibilidade e o conhecimento. Daí a importância de pessoas com deficiência freqüentarem esses espaços, mas para isso acontecer é necessário infra-estrutura adequada.

Acessibilidade nas Universidades Públicas

A acessibilidade no Ensino Superior também aparece carregada de contradições e arbitrariedade. Dourados é sede regional da Grande Dourados, congrega 27 municípios em seu entorno, tem o título de Cidade Universitária, por conta da grande variedade de cursos ofertados por quatro faculdades e universidades: (1) Universidade Estadual, (1) Federal e (4) particulares. As pessoas com deficiência que freqüentaram ou freqüentam essas universidades ou faculdades, assim se manifestaram:

P.1 (DA) As faculdades estão melhorando, eu nunca mais fui na Universidade em que me formei (particular) mas eu acho que continua a mesma coisa [...] só tinha no primeiro bloco acessibilidade, os outros eram tudo escada, não tinha acessibilidade [...] No prédio de uma Universidade Pública, tem aquela rampa que está errada, foi construída errada mas permanece [...] tem vagas de estacionamento para deficientes, mas a gente não tem deficientes que vem de carro [...] Na Federal já está melhor, tem elevador, não tem escada, é uma coisa muito boa.

As próximas fotos mostram as condições de acessibilidade nas Universidades Públicas do município, para diferenciá-las foram referidas como Universidade I e II. Na Universidade I, dois anfiteatros foram fotografados, referidos Anfiteatro A e B.

Universidade I

Anfiteatro A

O Anfiteatro A foi construído em 1971, mas passou por uma reforma recentemente. Com capacidade para 210 lugares abriga diversos tipos de eventos, como sessões da câmara municipal, palestras, eventos acadêmicos e eventos culturais em geral. Respeitando as legislações vigentes, seus acessos e circulações atendem as normas da NBR 9050, o que faz desse espaço um dos mais apropriados para receber pessoas com deficiência.

Para muitos, falar sobre acessibilidade física é falar sobre rampas, entretanto há muitas outras questões envolvidas, detalhes que, muitas vezes, só a pessoa que convive diariamente com os mais diversos tipos de barreiras pode identificar. Tal afirmação pode ser exemplificada pelas palavras de P.1 (DA) quando se reporta ao anfiteatro em questão. A primeira vista tem-se a impressão que o local apresenta total autonomia e segurança, atendendo as normas técnicas da ABNT, NBR 9050, pois foi empregado o uso de rampa para acesso ao palco, bem como rampas na calçada de acesso junto à rua, criando uma rota acessível ao Anfiteatro, no entanto, outros aspectos da acessibilidade não foram considerados:

P.1 (DA) [...] só é ruim no auditório, que não tem um lugar para o intérprete ficar lá, porque tem que ficar naquela rampa, aí ele vai caindo, vai caindo aos poucos... deveria ter um lugar... Como é que fala? Um pouco alto para ficar o interprete lá, porque não tem...

Ela conta que neste dia, os intérpretes enfrentaram dificuldades, inclusive de equilíbrio, pois ficaram posicionados na rampa mostrada na figura 39. De acordo com as normas de acessibilidade todo palco deve ter um local determinado para posicionamento do intérprete de Libras, identificado com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva (surdez), visando orientar os expectadores.



Figura 38 – Anfiteatro A da Universidade I. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 39 – Anfiteatro A: rampa de acesso ao palco. (NASCIMENTO, 2009)

Segundo a NBR 9050:2004, deve haver sim um local determinado para posicionamento do intérprete de Libras o qual deve ser identificado com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva (surdez), visando orientar os expectadores. Além disso, deve ser garantido um foco de luz posicionado de forma a iluminar o intérprete de sinais, desde a cabeça até os joelhos e que não projete sombra no plano atrás do intérprete de sinais.

Neste espaço, e em outros espaços da Universidade que vêm sendo reformados ou construídos, percebe-se uma preocupação com a acessibilidade, como a calçada com piso tátil da figura 40, localizada na entrada de um de seus campus.

No estacionamento, há vagas reservadas às pessoas com deficiência, mas como mostra a figura 41, o usuário pode encontrar algum fator de impedância que não permite ocupar sua vaga, no caso da imagem, é um bicicletário que impede a utilização desse espaço. É comum instituições públicas e privadas, “bem intencionadas”, colocarem um cone na frente da vaga, para inibir outras pessoas estacionarem, mas com essa atitude, impedem até quem é de direito estacionar.



Figura 40 – Entrada principal: Universidade I. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 41 – Estacionamento: Universidade I. (NASCIMENTO, 2009)

Cabe na leitura desses enunciados a indagação sobre a sujeição, os mecanismos de saberes e poderes manifestos nestes casos, uma vez que os usuários dos espaços públicos ficam à mercê da boa vontade e da adequada apropriação de saberes pelos prestadores de serviços. Nessa ordem do discurso, observa-se a ritualização da palavra e do símbolo de acessibilidade, torna-se importante refletir, o que são, “senão uma qualificação e uma fixação de papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e saberes?” (FOUCAULT, 1996, p.44-45).

Anfiteatro B



Figura 42 – Anfiteatro B da Universidade I (HOVA,



Figura 43b – Deficiente visual subindo as escadas

2009)

(HOVA, 2009)

Este Anfiteatro pertence à Universidade I, localizado em outro campus e, ao contrário do anterior, não recebeu nenhuma adaptação. O único acesso aos assentos e ao palco é feito através de escadas, como pode ser observado nas figuras 42 e 43.

Está em fase de finalização um grande Anfiteatro para este campus, o qual foi construído de acordo com as normas de acessibilidade. Cada Faculdade possui dois mini-auditórios acessíveis.

Anfiteatro da Universidade II

Percebe-se que, muitas vezes, é focada a acessibilidade aos espaços internos de instituições educacionais, esquecendo-se de seu entorno. A entrada desta Universidade II que dá acesso ao anfiteatro apresenta uma rampa a qual não atende as normas da NBR 9050, conforme retrata a figura 44.



Figura 44 – Rampa de acesso à outra Universidade Pública II.



Figura 45 – Anfiteatro da Universidade II. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 46 – Anfiteatro da Universidade II: detalhe da rampa. (NASCIMENTO, 2009)

O Anfiteatro da Universidade II possui duas rampas laterais que dão acesso ao palco, entretanto, próximo ao palco a rampa vai estreitando-se (figuras 45 e 46), característica que a torna perigosa aos usuários de cadeira de rodas, os quais, para participar de eventos como ouvintes têm que ficar nos corredores laterais ou no espaço para passagem ao fundo. Todos os auditórios e teatros devem ter (no mínimo um) espaços para pessoas em cadeira de rodas, os quais devem ser variados e próximos às saídas, com boa visão do palco e com assento para acompanhante.

Diante deste enunciado, compreende-se que acessibilidade aos espaços do Ensino Superior ainda não é efetiva, mas algumas iniciativas estão sendo adotadas. Uma universidade acessível envolve a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e na comunicação.

Foucault (2004) nos ajuda a refletir neste item que as condições políticas e econômicas não são um véu ou obstáculo para o sujeito do conhecimento, mas aquilo através do qual formam o sujeito do conhecimento. Este estudo de acessibilidade à cultura no município e nas universidades nos alerta de que só pode haver certo tipo de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certo domínio de saber a partir das condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade. Torna-se importante verificar como as normas técnicas de acessibilidade, como ciência, na delimitação de seu campo e na definição de seu objeto está implicada com a estrutura e vontade política, com uma prática moral e ética. A acessibilidade como prática social insere-se num jogo de estruturas políticas, econômicas e de atitudes éticas.

Acesso às práticas esportivas

A prática de esportes é essencial para uma melhor qualidade de vida do ser humano. Os esportes coletivos e/ou individuais auxiliam na formação de conceitos básicos de cidadania além de contribuir para a inserção social das pessoas com deficiência. Entre vários benefícios, a pessoa com deficiência tem nestas atividades a oportunidade de testar seus limites e potencialidades.

O município de Dourados possui algumas iniciativas de fomento à participação das pessoas com deficiência em atividades esportivas, um exemplo são os Jogos Recreativos Especiais de Dourados (JORESD) onde atletas tem a oportunidade de concorrerem em diversas modalidades, entre elas, atletismo, polybat, tênis de mesa, dama e bocha. A cidade também é berço de uma das duas equipes de basquete adaptado do estado de Mato Grosso do Sul: o “Dourados Sobre Rodas”, o qual já representou a cidade em competições estaduais e nacionais.

Um espaço muito frequentado por atletas e praticantes de atividades físicas. Inaugurado em 1995, o Parque dos Ipês dispõe de uma quadra poliesportiva, uma quadra para o jogos de peteca, pista de caminhada de 380m de extensão, além de abrigar o Departamento Municipal de Esportes.



Figura 47 – Quadra de esportes – Parque dos Ipês (NASCIMENTO, 2009)



Figura 48 – Entrada do Departamento Municipal de Esportes. (NASCIMENTO, 2009)

A quadra poliesportiva do Parque está retratada na figura 47 segundo a NBR 9050, a porta da grade, deveria ter largura mínima de um metro e corredor livre de obstáculos no entorno da quadra de, no mínimo, 1,20 m. A quadra não atende tais essas especificações, impedindo, por exemplo, o time “Basquete entre Rodas” fazer uso desde espaço para seus treinamentos.

Os sanitários do parque não são acessíveis, com desníveis em suas portas maiores que 0,14 m, como mostram as figuras 49 e 50.



Figura 49 – Sanitários - Parque dos Ipês.
(NASCIMENTO, 2009)



Figura 50 – Detalhe da entrada Sanitário – Par-dos Ipês. (NASCIMENTO, 2009)

Outro lugar muito frequentado pelos douradenses é uma pista de caminhada em torno de uma escola particular da cidade. O local sempre recebeu muitas pessoas que gostam e/ou precisam praticar exercícios físicos, mas, há cerca de dois anos, o espaço foi preparado para esse fim, com pista de caminhada dando lugar à calçada, iluminação adequada, obras de arte, bancos e canteiros com flores.



**Figura 51 – Rua Ponta Porã: pista de caminhada.
(NASCIMENTO, 2009)**



Figura 52 – Rua Ponta Porã: calçada em frente a pista de caminhada. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 53 – Rua Ponta Porã: pista de caminhada. (NASCIMENTO, 2009)

A pista de caminhada engloba toda a quadra, passando pelas ruas Ponta Porã, Firmino Vieira de Matos, Albino Torraca e Olinda Pires de Almeida. As imagens 51, 52 e 53 são da Rua Ponta Porã e revelam um grande contraste: enquanto de um lado, pista e calçada bem cuidadas; de outro, calçada depredada, mato e obstáculos, tornando difícil o acesso à pista pelas pessoas com deficiência.

Templos e igrejas

Alguns dos entrevistados comentaram sobre a acessibilidade nas igrejas, não só a que eles frequentam, mas as que viam ou ouviam falar:

P.1 (DA) A minha [religião] que não tem intérprete é o Centro Espírita, tem dois centros espíritas, mas não têm, a maioria não tem... A Católica só tem uma, que é a Nossa Senhora de Fátima, é a única aqui de Dourados, todos os surdos vão para lá. Outra que não tem intérprete é a Seicho-no-ie, aonde eu gosto de ir, não tem intérprete. Já falei para eles:

_Coloca intérprete.

_Ah! Vamos tentar, vamos tentar, mas sabe que é difícil.

A filosofia que eles fazem é difícil ser explicada em LIBRAS.

Templos e igrejas, por serem prédios privados de uso coletivo, estão sujeitos ao cumprimento da legislação sobre acessibilidade, tendo em vista que ela rege que todo prédio privado de uso coletivo deve estar de acordo com as normas da ABNT. Independente de

legislação, a acessibilidade a todas as pessoas nestes locais deveria ser um dos princípios de qualquer religião, já que grande maioria (cristianismo, budismo, islamismo, entre outras) prega o amor e o respeito ao próximo.

Catedral de Dourados



Figura 54 – Catedral de Dourados.



Figura 55 – Catedral de Dourados: entrada lateral.

A Catedral Imaculada Conceição é um dos templos mais tradicionais da cidade, localizada ao lado da Praça Antônio João, é considerada um ponto turístico. Construída em 1926, a atual edificação foi feita em 1943 e reformada em 1953. A Catedral abriga em seu interior um belo mosaico em cerâmica.

É interessante a abordagem de Foucault em “Segurança, Território e População” a respeito do espaço sendo desenhado pelos dispositivos de segurança. Segundo o autor (2008b, p. 17), no século XVIII, devido adensamento e a necessidade de intercâmbios econômicos com seu entorno foi preciso ressituar a cidade num espaço de circulação para assegurar o comércio, a moradia, ou seja, arquitetar um espaço e capitalizar seu território. Todas as imagens apresentadas nesta unidade temática, diz respeito ao acesso a bens culturais, à lazer, a esportes e a vida espiritual, sendo que, a maioria dos espaços configuram-se pouco acessível a todos, evidenciando

o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço. Cabe questionar se o acesso a bens culturais seja a maior preocupação, numa ótica governamentalista.

Outros espaços culturais

Ainda sobre a acessibilidade em espaços culturais, um fato interessante é que, entre o calendário oficial de eventos da cidade está a Festa do Peixe, realizada todo mês de abril. Dentro os demais eventos, ela é a única que, entre suas modalidades, pretende a inclusão das pessoas com deficiência. O evento resume-se num campeonato de pesca entre a comunidade douradense, o qual acontece durante o dia e à noite são promovidas várias atrações artísticas. Com a intenção de proporcionar às pessoas com deficiência momentos de lazer e de inclusão social, realizou-se em algumas edições, paralelamente ao evento, a “Parapesca”. A contradição está no fato que o local onde o evento é realizado, precisamente, o Parque Antenor Martins, não é acessível, é o que P.3 (DF) confirma ao descrever sua percepção: “Você vai naquele Parque Antenor Martins, que é lá no jardim Flórida, tem poucos lugares que você pode chegar com a cadeira de rodas...”

Percebe-se como os mecanismos de vigilância, controle e coerção mostram-se, muitas vezes, sutis. Essa iniciativa, por exemplo, não pretende propriamente "excluir" a pessoa com deficiência do convívio social, mas, sobretudo, "incluí-lo" num sistema normalizador, afinal a participação será restrita apenas àqueles que “conseguirem” chegar até o local.

Para finalizar essa unidade de enunciados sobre o acesso aos espaços culturais, é trazida a voz de P. 3 (DF), a qual sinaliza que “na parte cultural a gente tem alguns locais onde tem acesso, mas falta muito”. P. 2 (DV), ao ser questionado sobre tais questões, é incisivo ao afirmar:

Não temos locais apropriados nos cinemas, teatros, locais públicos [...] A cultura para o deficiente ela só é lembrada, vista ou identificada quando eu deficiente, eu utilizo esse aprendizado, esse saber cultural para mim tirar proveito para minha subsistência. Exemplo: artesanato. Eu só aprendo cultura, aprendo a tocar música e sou um bom cantor, que se eu tocar sanfona na esquina e ficar com a canequinha alguém vai dar moedinha, porque não vai me contratar como bom profissional...

Na leitura desses trechos recortados da entrevista é preciso ter sempre em mente o fato de que o enunciado não existe isolado, mas sempre em associação e correlação com outros enunciados, do mesmo discurso (no caso, o discurso governamental sobre acessibilidade e outros

discursos como por exemplo: o discurso da Engenharia, da Arquitetura, ou mesmo o discurso da Educação Especial, os quais são transpassados nos presentes enunciados.

3. 5 Barreiras atitudinais

A acessibilidade aos espaços, edificações e equipamentos urbanos não esbarra apenas em entraves arquitetônicos, os discursos revelaram que as atitudes e posturas das pessoas constituem-se barreiras que impedem, muitas vezes, o direito de ir e vir com segurança.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência descreve as barreiras atitudinais como limitadora das possibilidades dessas pessoas, reconhecendo que “a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2008). Partindo desse olhar, a limitação não seria gerada pela perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, como sempre foi colocado pelo discurso médico, mas sim, as pessoas com quem convivem e a inadequação dos espaços os quais ocupam, afetam mais sua locomoção do que suas próprias restrições de mobilidade.

Para P. 1 (DA) a população não tem uma informação básica do que venha a ser o surdo, como se deve proceder para falar com uma pessoa com deficiência auditiva: P. 1 (DA) “[...] o que acontece na falta de acessibilidade é o preconceito que existe em cada pessoa, [...], o preconceito é da falta de informação.”. P. 6 (DV) compartilha dessa opinião, mas atribui essa falta não tanto ao preconceito e sim ao desconhecimento da grande maioria da população, pois como não convive, também não sabe lidar com as pessoas com deficiência: “Até a própria sociedade, por não ver muitos deficientes, no nosso caso, visual [...] ou ele anda acompanhado ou sem a mobilidade ele não anda”. O P. 6 (DV) complementa: “No nosso caso, eu vejo assim: a própria sociedade tem suas dificuldades de nos ajudar por não ver muitos deficientes na rua”.

A problemática das barreiras atitudinais ganharam destaque nesta pesquisa não somente por meio dos depoimentos, mas também através das imagens, as quais possibilitaram um maior atentamento a comportamentos manifestados em relação ao respeito aos espaços da pessoa com deficiência.



Figura 56 – Veículo estacionado na vaga reservada à pessoas com deficiência em frente a um banco. a um banco. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 57 - Veículos estacionadas obstruindo rampa de acesso a um parque. (NASCIMENTO, 2009)

As figuras 56 e 57 mostram como o espaço demarcado para utilização de pessoas com deficiência não é respeitado (espaços que foram impostos legalmente). A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, traz uma definição peculiar para situações como essas e as nomeia como "Discriminação por motivo de deficiência", a qual significa:

[...] qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nas esferas política, econômica, social, cultural, civil ou qualquer outra. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável. (BRASIL, 2008) (grifo nosso).

Ajustamento razoável significa a modificação necessária que assegure às pessoas com deficiência o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

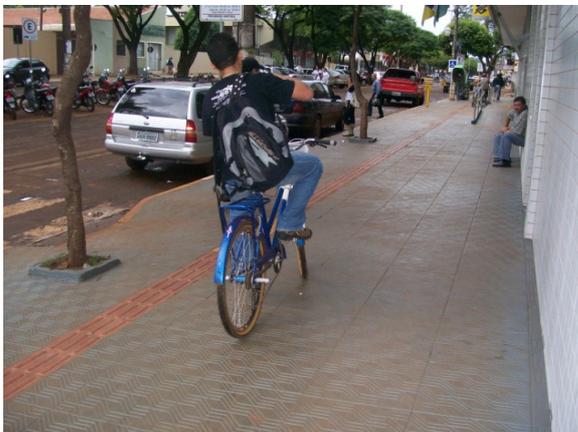


Figura 58 – Ciclista pedalando na calçada



Figura 59 – Comércio de frutas na calçada em

É comum visualizar ciclistas pedalando pelas calçadas, ocupando o espaço reservado exclusivamente para pedestre, como se observa na figura 58. O Código de Trânsito Brasileiro proíbe esse ato, mas diz que o poder local deve regulamentar o uso deste veículo; como em Dourados não há legislação que rege esse assunto, os ciclistas continuam pedalando pela contramão, pedalando sobre as calçadas e avançando os sinais vermelhos. Esse aspecto foi lembrado por alguns sujeitos entrevistados, P. 6 (DV) foi um dos que salientaram a falta de respeito dos ciclistas. Outro obstáculo encontrado frequentemente na área central da cidade é a utilização das calçadas por vendedores autônomos: frutas, artesanatos e artigos pirateados encontram-se comercializados em espaços que deveriam estar livres para circulação da população.

Esses recortes evidenciam a multiplicação das circunstâncias de poder que surgem a partir das mais variadas relações em uma sociedade disciplinar. O poder se manifesta em todos os locais que existem convivências, que se estabelecem relações, não está restrito ao Estado ou às instituições, mas também nas ruas, como confirma os relatos a seguir:

P.6 (DV): Há muitas discriminações de ambos os lados, se a gente não tem discriminação dentro de casa, a gente tem discriminação na rua... Na rua as pessoas não te... não... muitos não te ajudam, muitos acham que é frescura sua. Nossa, acontece de tudo! Pra quem já caiu tombo no meio da rua, é difícil tudo, tudo, tudo... é muito difícil...

Da mesma forma, percebeu-se que as pessoas com deficiência enfrentam dificuldades frente aos demais usuários do trânsito, seja por omissão, falta de conhecimento ou mesmo por preconceito:

P.1(DA): As pessoas, quando estão de carro, não estão nem aí, elas passam rápido, se você está atravessando a rua elas passam rápido. Então, eu demoro. Pessoas cegas tem que andar sempre acompanhadas...

P.4 (DV): E a população, você poder ver, os motoristas não respeitam, não respeitam mesmo...

P.6 (DV): o próprio ciclista ou cicleteiro, eles não te respeitam! Eu estava fazendo aula de mobilidade e a professora falou pra mim:

_Você vai quebrar a Bengala, mas eu vou deixar você dar um tombo nesses cicleteiros porque eles não respeitam você.

O poder ramifica-se e não mais age somente sobre os corpos individuais, disciplinando-os e cortando sua multiplicidade. Para estender esse controle à população, surge o biopoder, o qual extrai seu saber e define seu poder a partir dos efeitos de inúmeros meios de existência: “a

biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 293).

A circulação pode ser vista não apenas no aspecto físico, mas pode estar “ligada à ideia de intensidade de circulações: circulação das ideias, circulação das vontades e das ordens” (FOUCAULT, 2008b, p. 20). Em todas as figuras retratadas transparece a manutenção tácita de preconceitos e discriminações as quais não circulam apenas fisicamente, mas espelha-se na circulação da vontade de muitos douradenses.

A cidade continua reproduzindo esquemas disciplinares, como na Idade Média quando os pestilentos viviam sob um policiamento tático meticuloso. As pessoas com deficiência são submetidas a uma repartição diferencial, a uma divisão do normal e do anormal. As diferenciações individuais continuam manifestando “os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide” (FOUCAULT, 1987, p. 165).

P. 1 (DA) compartilhou da vivência de colegas de trabalhos com deficiência física:

Eles também enfrentam barreiras, eles encontram uma dificuldade de vir e as pessoas não dão assento para eles, eu já passei por muito disso, já vi muito isso e eu perguntei: _Como você faz, fica em pé? Toda vez que ela entra no ônibus ela pede, o aluno não sai de lá daquele assento que é dedicado ao deficiente físico, ele não sai de lá, mesma coisa acontece com a grávida, não sai de lá, só se você pedir para eles, eles saem.

Muitas vezes o ponto de partida do preconceito é uma generalização superficial, como por exemplo, a afirmação de que o deficiente não tem condições de trabalhar e viver uma vida normal. Fica assim evidente que, pela superficialidade ou pela estereotipia, o preconceito é evidente. Entretanto, muitas vezes, o preconceito é domínio da crença, não do conhecimento como pensa P.6 (DV).

Para Bobbio (2002), a crença na veracidade de uma opinião falsa só se torna possível por que essa opinião tem uma razão prática, servindo até mesmo aos interesses de quem a expressa. O autor distingue os preconceitos individuais dos coletivos, sendo este o mais perigoso, pois ocorre quando um grupo social apresenta um juízo de valor negativo sobre outro grupo social e, a partir dessa diferenciação valorativa, costuma emergir a discriminação. Para ilustrar essas considerações, recorre-se, mais uma vez, ao depoimento de P. 1 (DA):

Fui para Campo Grande no médico, deu tudo certinho, exames perfeitos. Aí eu falei para ele:

_Não posso atender telefone, mas o resto eu faço.

[Ele] Falou:

_Como? Como você vai trabalhar? Um técnico administrativo tem que atender telefone!

_Mas eu não escuto.

_Ah! Então vou ter que verificar...

Foi lá e ó... [gesticula com as mãos simbolizando demora] fiquei meia hora esperando, aí ele chegou:

_Pronto! Você está aprovada!

[...]

Isso houve discriminação por parte da perícia lá em Campo Grande, então eles também não queriam que eu trabalhasse... mas eu tinha competência para trabalhar, só não podia atender telefone!

O preconceito está presente em vários discursos (discurso médico, discurso midiático, entre outros) e é espelhado na sociedade. A dimensão das barreiras atitudinais, mesmo invisíveis aos olhos, podem ser consideradas maiores que barreiras físicas, a opinião expressa no trecho abaixo, proferido por P. 2 (DV), ilustra muito bem essa afirmação:

Mas, acima de tudo, existem outros atenuantes em relação à acessibilidade, que é muito mais importante que fazer uma rampa, a sua atitude fala muito mais alto a minha pessoa [...] quando você oferece seu braço para mim atravessar a rua, a sua atitude fala muito mais alto que ter uma rampa, porque não é porque eu tenho uma rampa que eu não preciso de apoio... Eu preciso do seu apoio, da sua pessoa, preciso de uma sociedade sensível, preciso de uma sociedade atenta, de condutores de veículos automotores perceptíveis...

As barreiras atitudinais e o preconceito traduzem a ideologia normatizadora que norteia os espaços públicos.

3. 5 Outros equipamentos e mobiliários urbanos

Para iniciar a discussão dessa unidade temática, tomou-se, como ilustração, as palavras de P. 1 (DA): “Os equipamentos com acessibilidade quase não vejo...”.

Mobiliário urbano é definido pela NBR 9050 como “todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantada mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados”. (ABNT, 2004, p. 03). Equipamento urbano é definido pela norma como todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público.

Assim, o telefone público constitui-se um mobiliário urbano. O orelhão, por exemplo, deve apresentar características básicas dos aparelhos e facilidades ao uso pelas pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência auditiva enfrentam grandes dificuldades para utilizar tal recurso, pois em todo o município, não existe nenhum telefone público adaptado, com equipamentos com teclados e visor acoplados aos telefones públicos. A NBR 9050 estabelece que em espaços externos, pelo menos 5% dos telefones, com no mínimo um do total de telefones, devem ser acessíveis para usuários de cadeiras de rodas, a mesma porcentagem de telefones deve dispor de amplificador de sinal. Em edificações de grande porte e equipamentos urbanos, tais como centros comerciais, aeroportos, rodoviárias, estádios, centros de convenções, entre outros, deve ser instalado pelo menos um telefone por pavimento que transmita mensagens de texto. Em contrapartida, regras de telefonia fixa da Anatel obrigam as concessionárias a adaptação apenas em localidades com mais de 300 habitantes, no mínimo 2% dos orelhões para cada tipo de deficiência. Abaixo, alguns depoimentos sobre o assunto:

P.5 (DF) Alguns orelhões nós temos , alguns...

P.7 (DF) Você tem um telefone para cadeirante aqui, por exemplo, aqui no bairro, aqui na região não tem nenhum, nessa região aqui... O mais próximo é lá na Praça Antônio João (centro)... Então fica difícil o cara usar.

De acordo com a norma de acessibilidade, pelo menos 5% dos telefones em espaços externos, com no mínimo um do total de telefones, devem ser acessíveis, norma esta que não está sendo atendida, segundo P.7 (DF). Para P.1 (DA), a dificuldade ainda é maior: “No meu caso como surda: telefone! telefone! [...] na minha opinião a barreira é esta realmente, pode ser a falta de um telefone adaptado.” As pessoas com deficiência auditiva também necessitam de adaptações nos telefones, para isso é necessário que equipamentos com teclados e visor sejam acoplados aos telefones públicos e a prestadora de serviços de telecomunicações local mantenha uma central para intermediação da comunicação telefônica.

Outra questão bastante séria é o formato dessas cabines, considerado perigoso na opinião dos entrevistados, pois pode causar sérios riscos de acidentes, principalmente às pessoas com restrição visual que, mesmo usando bengala, acabam por esbarrar e, algumas vezes até se machucar.



Figura 60 – Cabina telefônica na área Central. (NASCIMENTO, 2009)

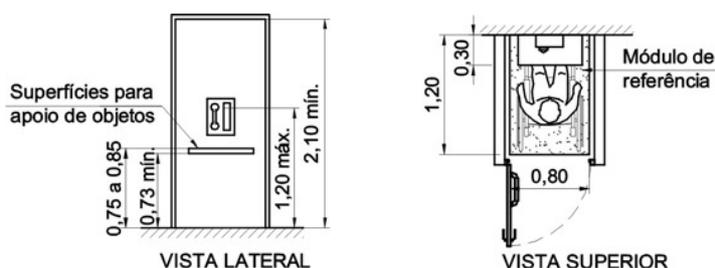


Figura 61 –Cabina telefônica acessível (ABNT, 2004, p. 94).

Segundo a NBR 9050:00, para que um telefone público esteja em conformidade com a acessibilidade, ele deve possuir amplificador de sinal para os deficientes visuais e transmitir textos (telefone com texto - TDD), para os deficientes auditivos, os quais não foram encontrados.

Quanto às medidas, segue tabela de comparação com a realidade e as normas legais:

Quadro 03 – Comparativo de medidas – Cabina telefônica

Recomendações	NBR 9050:2004	Medidas da figura 08
Altura da instalação da parte operacional superior do telefone	1,20 m	1,37 m
Altura livre inferior do telefone, o qual deve ser instalado suspenso.	mínimo 0,73 m do piso acabado	1,20 m
Comprimento do fio	mínimo 0,75 m	0,80 m
Altura livre de anteparos superiores de	2,10 m do piso	1,90 m do piso

proteção		
Superfície para porta objetos	0,75 m a 0,85 m	0,85 m

Fonte: Dados colhidos na pesquisa de campo (2009).

A partir do quadro apresentado, visualiza-se que as medidas atendem, em sua maioria, a exigência de acessibilidade, entretanto a falta de sinalização tátil de alerta e de transmissores de textos em terminais telefônicos de uso público, faz-se com que seja uma quimera a utilização com autonomia desse equipamento urbano por pessoas com deficiência visual e/ou auditiva. Pode-se considerar o silenciar desses sujeitos como mecanismos inocentes, justificados pelos custos de tais adaptações. Entretanto, Foucault (1996) chama essas estratégias de mecanismos de interdição, nos quais esses sujeitos não têm o direito privilegiado ou exclusivo da fala. Dessa forma, acabam sem voz e à margem da sociedade.

Área Central

Muitos obstáculos físicos foram encontrados pelas calçadas de Dourados, os canteiros que abrigam plantas, utilizados para embelezar o espaço, tornam-se muitas vezes impedimentos à livre locomoção.

Muitas vezes, os equipamentos urbanos estão “aparentemente” acessíveis, como se verifica nestes depoimentos:

P.1 (DA): Algumas lojas fizeram uma rampa, mas a rampa não dá para entrar, algumas rampas você as atropela porque não têm visibilidade.” E mais: “cadeirante, até que no Banco do Brasil [...] dá para entrar, mas na hora de entrar a porta grande não está aberta, está meio fechada, sempre deixam meio fechada, nunca deixam aberta...

P. 7 (DF): Na parte central fizeram algumas rampas de acessibilidade, se você notar, em lugares inadequados, o cara sai já cai no bueiro, outros, têm a rampa, mas tem uma valeta, aí não dá para descer pela rampa, falta muita coisa ainda.

Essa realidade pode ser vista como um modelo estratégico que evidencia a positividade do poder e os mecanismos de interdição das pessoas com mobilidade reduzida. De um lado existe a lei que garante a acessibilidade, mas de outro, não há, pelo que aparenta uma preocupação com a

realização de um projeto arquitetônico elaborado por profissionais que dominam o saber a respeito das mínimas normas de acessibilidade. P. 2 (DV) se pergunta:

O que que é isso? Você tem uma rampa na calçada, mas você tem uma calçada que não é possível de andar nela, você vai caminhando você tem mil obstáculos durante o percurso, você tem uma calçada mais alta que a outra, você tem degraus fora do padrão, você tem mostruários de lojas, você tem cadeiras de lanchonetes nas calçadas, todas reivindicando o seu espaço.

O poder produz efeitos de verdade e saber.



Figura 62 – Esquina de uma das principais avenidas centrais de Dourados. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 63 – Calçada da área central de Dourados. (NASCIMENTO, 2009)

Até equipamentos públicos, de grande utilidade para a comunidade, como orelhões, caixa de correio, lixeiras, banca de jornal e postes de sinalização vertical, podem constituir-se em elementos nocivos à segurança das pessoas com deficiência.



Figura 64 – Dispositivo de acionamento
(NASCIMENTO, 2009)



Figura 65 – Dispositivo: detalhe.
(NASCIMENTO, 2009)

Na área central da cidade foram colocados nos semáforos para pedestres dispositivos (figuras 64 e 65), para o controle do tráfego de pedestres e prevenção de acidentes. Após alguns segundos de seu acionamento, fecha o semáforo para veículos e, conseqüentemente, o pictograma em verde é ativado no semáforo para pedestre, liberando, assim, a travessia dos mesmos.

Esse dispositivo poderia facilitar a travessia de pessoas com deficiência, pedestres com deficiência visual, por exemplo, poderiam utilizar-se do equipamento se ele emitisse um sinal sonoro, avisando o momento seguro para travessia. Os usuários de cadeiras de rodas também encontram dificuldades para utilizá-lo, pois a altura dos dispositivos retratados varia entre 1,25 m e 1,35 m, enquanto a recomendação da NBR 9050 é que os botões de acionamento manual tenham no máximo um metro de altura.

Observou-se, ainda, que alguns se encontram depredados, como mostra a figura 65. Somadas tais desvantagens, conclui-se que esses dispositivos não cumprem plenamente a função que lhes seria devida: garantir a segurança da população douradense, pois não garantem a segurança das pessoas com deficiência.

Dentro desta unidade enunciativa, a calçada foi o equipamento urbano mais citado pelos entrevistados:

P. 2 (DV): Você tem falta de sinalização nas calçadas [...] lixeiras que não têm uma posição adequada, os toldos, os semáforos também expostos em posições não muito satisfatórias [...] Exceções à parte, não temos calçadas acessíveis.

P. 3 (DF): As nossas calçadas... também é um pouco complicado para estar andando

P. 4 (DV): Aqui em Dourados é difícil, é difícil porque se você caminhar... calçadas: todas estouradas, um monte de bicicletas e motos em calçadas, não pode [...] Às vezes, estão fazendo assim:

_Aí eu quero fazer uma calçada mais bonita que a sua!

Eu aumento a minha, não sei o quê, não sei o quê lá. Eles acham que nunca vão ter problemas, sempre vão ser normais, é tudo bonitinho. Gente! É a coisa mais difícil pra gente caminhar nessa cidade. Por isso que às vezes você não me vê andando na calçada, me vê andando no canto da rua, porque a rua é retinha, a calçada não, aquela árvore, a raiz estoura a calçada, não sei o quê, um monte de coisas... e na rua sei que eu corro maior risco, isso eu sei, mas pra mim é melhor, pros joelhos, pra tudo!

P.5 (DF): Buracos, buracos, buracos, buracos, muitos buracos aqui dentro da cidade, não tem como você usar a cadeira [...] se nos tivermos as calçadas, nós não precisamos andar em asfalto, as calçadas estão todas estragadas, principalmente bairro [...] Tem que ter calçadas para os cadeirantes e também os visuais, por quê? Por que nós temos que ter? Porque nós vamos lá na loja comprar alguma coisa [...] Sem a calçada, como que nós vamos ter que ir à padaria, nós cadeirantes; os visuais, como que eles vão?

P.6 (DV): Calçada, como se diz, não igual. Carro mal estacionado, orelhão, entulho... tudo isso foi dificuldade para a gente [...] os obstáculos existem muitos, como eu tenho conhecimento que são os orelhões, são as calçadas, são os entulhos, é placa, isso tudo são obstáculos para nós para os deficientes visuais aqui, por exemplo. (grifos nosso)

Para Foucault (2009) um enunciado é sempre um acontecimento o qual está ligado não apenas a situações que o provocam e a conseqüências por ele ocasionadas, mas a enunciados que o precedem e o seguem. Sendo a linguagem constitutiva de práticas, foi possível identificar várias barreiras à locomoção das pessoas com deficiência:

- As calçadas não têm superfície regular nem seguem o padrão recomendável: a NBR 90:50 recomenda até a padronagem de cores e estampas na superfície da calçada, pois o contraste de cores possam causar a impressão de tridimensionalidade, causando sensação de insegurança;
- Ciclistas pedalando nas calçadas impedindo a passagem dos pedestres: de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro há somente duas situações em que é legal a bicicleta estar circulando na calçada, primeiro: no momento de adentrar ou sair de imóveis ou áreas especiais de estacionamento; segundo: quando o ciclista estiver desmontado empurrando a bicicleta, nesse momento ele equipara-se ao pedestre em direitos e deveres;
- A sinalização tátil nas calçadas é escassa;

- As faixas que deveriam estar livres para a passagem de pedestres encontram-se obstruídas com vegetação, orlas de árvores, postes, placas de identificação, veículos, toldos, luminosos, quando for necessária a colocação desses obstáculos aéreos, a altura deve ser superior a 2,10 m, como orienta a NBR: 9050.

Para cada uma das problemáticas listadas, há também documentos oficiais que os regem, orientam, regulem e/ou proibem; dispositivos estes que deveriam impedir a inacessibilidade. Considerando os discursos oficiais sobre acessibilidade e o discurso de inclusão que paira sobre a sociedade, todos os enunciados descritos seriam contraditórios? Ou seria, como diz Foucault, “uma inclusão pela exclusão”?

Na figura 66 percebem-se vários fatores que impedem o livre acesso tanto de pedestres considerados “sem deficiência” quanto de pessoas com deficiência, a NBR 9050:2004 chama-os de fatores de impedância¹⁰ e os classifica como elementos ou condições que possam interferir no fluxo de pedestres. Ao interferir na faixa livre de circulação, a vegetação quando mal planejada, pode ser considerada um exemplo de fatores de impedância. Além disso, outros fatores como ocorrência de desníveis, inexistência de revestimento e desrespeito de motoristas que estacionam seus veículos na calçada (ou melhor, onde deveria ter uma calçada) também impedem a locomoção nesse local.



Figura 66 - “Calçada” na Rua Ponta Porã ao lado da Justiça Federal (NASCIMENTO, 2009)



Figura 67 - Calçada do prédio da Justiça Federal (NASCIMENTO, 2009)

¹⁰ Fatores de impedância: Elementos ou condições que possam interferir no fluxo de pedestres. São exemplos de fatores de impedância: mobiliário urbano, entradas de edificações junto ao alinhamento, vitrines junto ao alinhamento, vegetação, postes de sinalização, entre outros. (ABNT, 2004, p. 03)

Faz-se necessário frisar que o local exposto na figura 66 fica exatamente ao lado da figura 67 (um prédio público), o qual, por sua relevância, optou-se por nomeá-lo, pois se trata da Justiça Federal, cujo espaço foi adequado segundo as normas de acessibilidade. No entanto, nota-se a presença de um cone (nesse caso, podendo também ser classificado como fator de impedância) tanto na vaga destinada ao deficiente, quanto na vaga destinada a idosos. Ora, para que esses sujeitos, que possuem restrições de mobilidade, possam estacionar, certamente deverão descer do veículo para deslocar o cone, fazendo com que a acessibilidade ao estacionamento regulamentado torne-se limitada.



Figura 68 - Calçada na área central da cidade

Figura 69 - Calçada de uma escola central da cidade

O Código de Trânsito Brasileiro define calçada como parte da via “reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins”. (BRASIL, 1997). Já o passeio constitui-se na parte da calçada destinada exclusivamente à circulação de pedestres. Caso não haja calçada, o passeio pode localizar-se na pista de rolamento, mas, nesse caso, separada por pintura ou elemento físico, livre de interferências.

Ao ouvir os depoimentos das pessoas com deficiência e observar as calçadas do município, constatou-se vários obstáculos que impedem a fluidez de seus deslocamentos. Calçadas quebradas (figura 68), buracos (figura 69) e desníveis foram as maiores queixas dos entrevistados, muitos deles afirmaram que, mesmo sabendo do risco, preferem caminhar pela pista de rolamento. Recentemente em Dourados, a Lei nº 3.211, de 12 de janeiro de 2009, torna obrigatória a adequação das calçadas em consonância com as normas de acessibilidade. Destaca-se a figura 69 por estar localizada na calçada de uma instituição de ensino na área central da cidade.

Retomam-se, nessas imagens, os dispositivos de segurança. Para Foucault, enquanto a lei proíbe e a disciplina prescreve, a segurança tem por função responder a uma realidade de maneira que esta resposta anule (freie, limite ou regule) essa realidade a que ela responde:

Dispositivo de segurança que vai, para dizer as coisas de maneira absoluta global, inserir o fenômeno em questão, a saber, o roubo, numa série de acontecimentos prováveis. Em segundo lugar, as reações do poder ante esses fenômenos vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo de custo. Enfim, em terceiro lugar, em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir. É portanto toda uma outra distribuição das coisas e dos mecanismos que assim se esboça.. (FOUCAULT, 2008b, p. 09)

A segurança procura transformar o no espaço urbano num ambiente que possibilite a regulação da população. Se a legislação “obriga” a construção de rampas, elas serão, de fato, feitas e de maneiras acessíveis?

Outros equipamentos, não menos importantes, também foram lembrados. P. 7 (DF), por exemplo, falou sobre a dificuldade quanto à iluminação pública a qual é precária: “Às vezes, com a iluminação mais adequada é mais fácil pra você se locomover, não só para o deficiente, mas de uma forma em geral, pra você se locomover seria melhor”.

Todas essas normas e dispositivos, revelados nos enunciados, remetem à modalidade panóptica do poder. Os mecanismos de disciplina exercem seu controle no espaço e no tempo e fazem funcionar as simetrias de seu poder, elas efetuam uma suspensão, nunca total, mas também nunca anulada, do direito, como pode ser verificada nas situações compartilhadas nestas unidades temáticas analisadas. Não é possível dizer que a legislação apontada é totalmente suspensa, que é nula; pelo contrário, ela existe sim, com lacunas e vazios no Estado de Mato Grosso do Sul e acoplada a ela existem mecanismos e instrumentos que “se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, atividade, gestos aparentemente sem importância (FOUCAULT, 1987, p. 66).

Por meio de uma arquitetura de segurança, o panoptismo está presente nas situações mais simples do dia a dia das pessoas com deficiência, por exemplo, impedindo-as de ir à padaria comprar pão. Dependendo da deficiência e de suas dificuldades de locomoção, certos locais são restritos, elas não poderão locomover-se com autonomia. De certa forma, por meio do

panoptismo, são regulados os espaços nos quais as pessoas com deficiência “podem” ou “não podem” estar, facilitando assim, a vigilância e o impedimento de um maior número de pessoas.

3.6 A Acessibilidade na cidade de Dourados: facilidades e dificuldades

Localizada na zona do planalto do estado de Mato Grosso do Sul, Dourados é uma cidade propícia para acessibilidade. A sua topografia plana favorece o deslocamento de pedestres, ciclistas e pessoas com restrições de mobilidade. Duas pessoas com deficiência física comentaram:

P. 3 (DF): Muitos locais ainda não têm os acessos [...] apesar da nossa cidade ser uma cidade plana.

P. 7 (DF): A cidade de Dourados, ela ainda tem uma certa vantagem por ser uma cidade plana, mas para a gente que é deficiente, principalmente, eu no caso uso muleta. Mas quem usa cadeira de rodas, ela não está adaptada.

Mesmo com a geografia favorável, os participantes da pesquisa relataram que, na cidade de Dourados, apesar da existência de algumas iniciativas em relação à acessibilidade, uma real política de mobilidade urbana ainda é um desafio, como esclarece P. 5 (DF):

A política de Dourados está sendo construída de forma fragmentada, fraca e não coerente, e não coesa [...] pra mim é fazer um jogo, uma política de faz de conta: faz de conta que está todo mundo feliz, faz de conta que está acontecendo, faz de conta que acontece uma acessibilidade.

Quando questionados a respeito das facilidades e avanços na acessibilidade da cidade, os entrevistados posicionaram-se:

P.1 (DA): A gente está conseguindo os avanços pouco a pouco, no começo foram feitas as rampas, um pequeno avanço, mas pode melhorar, ainda tem muito o que melhorar, apesar de ter um ônibus só mas é um primeiro avanço [...] existem barreiras, mas avanços, não tem muito não.

P.2 (DV) O Avanço.... ainda é simplório... ele é simples, modesto, acanhado... Há algumas iniciativas e nós temos algumas pessoas que têm tentado fazer alguma coisa por Dourados.

P.3 (DF) Já houve um avanço, pouco, mas a gente está conseguindo avançar.

P.4 (DV) Não tenho visto avanço, fizeram umas rampas, mas não tem jeito [...] tem muita coisa quebrada também.

P.5 (DF) Teve avanço sim, teve porque, quando, eu vou falar para você o que eu senti, do meu coração, quando eu cheguei, as pessoas não sabiam o que era os direitos delas [...] mas sabiam como queriam que as pessoas olhassem para elas.

P.6 (DV): Eu acredito assim, que já melhorou muito porque hoje assim, já tem muitos benefícios, coisa que a gente não tinha, hoje você tem direito à transporte intermunicipal e federal, coisa que não tinha anteriormente. Então assim,

melhorou bastante, questão de você ter uma prioridade, você chegar e não enfrentar uma fila, isso já melhora... Então acredito que melhorou bastante em vista do que já foi anteriormente...

P.7 (DF) Eu acho que Dourados a gente ainda está engatinhando, eles pregam que avançou, mais avançou muito pouco [...] os avanços são mínimos [...] muita coisa pra “inglês ver”.

À exceção de P.4 (DV), que não concorda que a cidade teve avanços se tratando de acessibilidade, e de P. 6 (DV), que, ao contrário, se expressa positivamente afirmando que sim, tem percebido avanços; os entrevistados consideram poucos os avanços, nas palavras de P. 2: “simplórios”. Merece destaque P.1 (DA) e P.7 (DF), os quais posicionaram-se como agentes ativos desse processo, participantes dessa conquista, como revela os recortes de suas falas, respectivamente: “A gente está conseguindo os avanços pouco a pouco.” e “[...] a gente está conseguindo avançar.”

Os espaços apontados nos depoimentos como modelo de acessibilidade, tanto arquitetônica, quanto de mobiliários, foram os pertencentes a alguns estabelecimentos bancários do município. As fotos e as observações comprovaram a acessibilidade nas áreas de circulação interna e externas, com piso sem trepidações e com adequada sinalização tátil (figura 70 e 71); rebaixamentos de guias, quando necessário, e vagas reservadas às pessoas com deficiência. A figura 71 mostra o percurso acessível até o bebedouro, o qual, bem como os copos, possui altura adequada, respectivamente, 0,90 m e 1,20 m, de acordo com as normas.

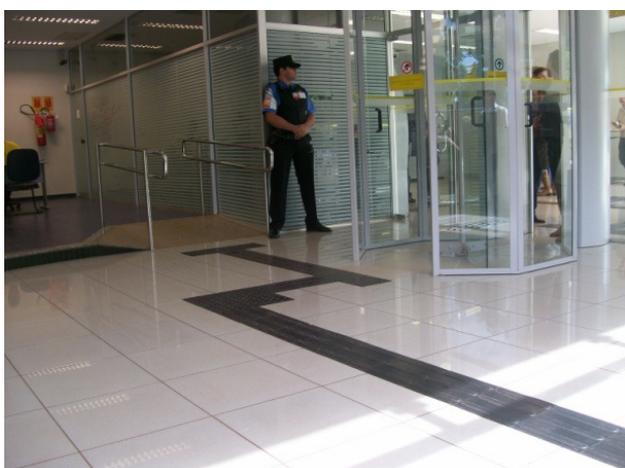


Figura 70 – Entrada de um estabelecimento bancário



Figura 71 – Bebedouro acessível – Estabele-

com piso tátil. (NASCIMENTO, 2009)

cimento bancário. (NASCIMENTO, 2009)

Observando as figuras, o sanitário está acessível, possuindo porta com vão livre maior que 0,80 m (figura 72), maçaneta tipo alavanca e sinalização tátil em Braille (figura 73).



Figura 72 – Porta do sanitário – Estabelecimento bancário. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 73 – Detalhe: sinalização em braille. (NASCIMENTO, 2009)

A parte interna do sanitário é retratada pelas figuras abaixo. Observa-se, por meio da figura 74, as barras verticais, o vaso sanitário sem corte redondo na frente, a papelreira e a descarga em altura acessível.



Figura 74 – Bacia sanitária com barras de apoio lateral e de fundo – Estabelecimento Bancário (NASCIMENTO, 2009)



Figura 75 - Lavatório acessível - Estabelecimento Bancário. (NASCIMENTO, 2009)

Cabe pontuar que as fotos demonstradas e os equipamentos descritos foram implementados por um Banco Estatal, correspondendo aos princípios de acessibilidade, estando compatíveis com as normas técnicas.

Entre as dificuldades relatadas pelos usuários e observadas pela pesquisadora, as guias rebaixadas, que deveriam ter como objetivo facilitar a locomoção das pessoas com deficiência, caracterizaram-se, neste estudo, como obstáculos. A figura 76 retrata uma cena bastante relatada nos depoimentos e comum nas vias públicas de Dourados: uma rampa que termina em um bueiro. Segundo a NBR 9050, as grelhas devem estar preferencialmente fora do fluxo principal de circulação, mas, caso sejam instaladas, devem ser transversais às rotas acessíveis. Os vãos resultantes devem ter dimensão máxima de 15 mm, conforme figura 78.



Figura 76 – Rampa na área central da cidade. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 77 - Deformação no asfalto próximo à rampa – Área central da cidade. (NASCIMENTO, 2009)

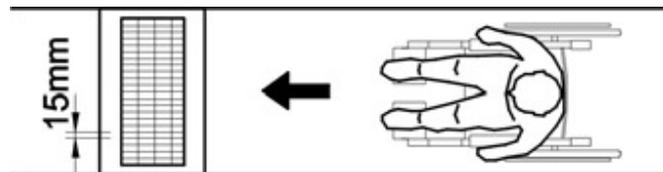


Figura 78 - Desenho da grelha - Exemplo

Comparando as figuras 76 E 78, visualiza-se que, na primeira fotografia, os espaços entre as grelhas é maior que 15 mm. A figura 77 mostra um desnível na via pública de 0,06 m provocado pela deformação do asfalto, o qual dificulta a mobilidade de usuários de cadeira de rodas, por exemplo.

Quando indagada a respeito das maiores dificuldades encontradas na acessibilidade na cidade de Dourados, P.1 (DA), que é deficiente auditivo indicou que “[...] o que falta em Dourados para o surdo, no caso do surdo é a parte do intérprete, não tem intérprete para ir ao posto de saúde, para ir ao médico, é um desespero total”. Mas, a grande maioria dos entrevistados sinalizou que as barreiras urbanísticas e o precário transporte coletivo configuram-se como as maiores dificuldades enfrentadas na acessibilidade em Dourados, como já foi exposto no item 3.3 e 3.6. Os enunciados a seguir ilustram essa afirmação:

P.5 (DF): Você sabe a nossa dificuldade, é o meio de ir e vir, nós não temos, o que tem é pouco...

P.6 (DV): Realmente aqueles deficientes que não têm condições de se locomover, acho que seria um meio, o melhor: transporte no momento, do Prefeito ou do próprio governo, facilitar realmente para levar a essas pessoas a todos os acessos que hoje oferecem o governo, a prefeitura, porque se não for de moto-táxi não tem condições, por exemplo, nós temos aulas de nataçãõ, hoje nós

temos treinamento para jogos, mas tudo isso só nós não tivermos condições financeiras você não vai, porque você não tem sempre uma pessoa disponível para te levar, não é verdade. (grifo nosso)

A biopolítica se ocupa com o corpo múltiplo, ou seja, com a população, perseguindo seu equilíbrio, sua regulação; ocupando-se até mesmo de suas relações com o meio geográfico, implicando em um “controle das estratégias que os indivíduos, na sua liberdade, podem ter em relação a eles mesmos e uns em relação aos outros” (REVEL, 2005, p. 55). Os enunciados aqui apresentados possibilitam reflexão sobre o poder e os mecanismos ou estratégias de controle investido nos corpos das pessoas com deficiência frente à acessibilidade.

Para P.2 (DV), P.3 (DF) e P. 7 (DF) muitas dessas dificuldades configuram-se devido a falta de fiscalização dos órgãos competentes:

P.2 (DV): “Isso a gente tem cobrado, a questão da Prefeitura, mas... sei lá, eles alegam que estão fiscalizando ou que fiscaliza...”.

P.3 (DF): Infelizmente os órgãos públicos que envolvem esses cidadãos não fiscalizam, então é mais complicado, mas a gente fica esperando que isso mude...

P.7 (DF) : Falta fiscalizar, você cobra um órgão público... Teve uma pessoa que falou pra mim que foi falar com esse novo secretário de serviços urbanos aí a questão do transporte coletivo, questões dos ônibus adaptados, ele disse para o cara que não ia ver esse negócio agora, não ia ter porque não vê o usuário.

Ao observar os discursos legais referente à acessibilidade, percebe-se farta legislação a partir do âmbito nacional, entretanto, ao verificar tais discursos, observa-se que talvez a ausência de fiscalização seja decorrente da rarefação do discurso na esfera estadual e a inexistência de legislação, programas, instruções ou orientações quer na instância estadual como na municipal. Assim, o Estado traça princípios, normas gerais e critérios básicos, que deveriam ser regulamentados, mas muitas vezes isso não se efetiva nos documentos nem na prática. Contraditoriamente, não se deve pensar esse fato como uma ausência de política, é o que Foucault apresenta como um princípio de descontinuidade: “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 1996, p. 52). Diante dessas considerações, poder-se-ia indagar: a falta de fiscalização é um reflexo do descaso dos órgãos competentes ou constitui-se como procedimentos de omissão?

Observa-se, ainda, nos enunciados a seguir, o aparecimento de mecanismos compensatórios de liberdade, que tem por função ampliar as liberdades para então ampliar o controle e a intervenção:

P. 3 (DF) As rampas das cidades que eram todas fora de padrão, fora da medida, das normas da ABNT, hoje também estão todas dentro dos padrões de acesso que já existe ali graças também às ações nossas daqui junto às demais pessoas com deficiência que travou uma luta junta ao Ministério Público que conseguimos aí as adaptações, ficou para uma próxima etapa, um acordo com o Ministério Público para estar adaptando os banheiros e as praças também, mas por enquanto estamos só no aguardo...

P.2 (DV) Existe um grande equívoco dos legisladores, dos gestores, enquanto representantes do poder legislativo, até do judiciário; por exemplo, foi cobrado pela Promotoria Pública de Dourados, que foi uma ação muito interessante, muito plausível da parte da promotora, a exigência, o cumprimento de que houvesse rampas nas calçadas de Dourados, porém, não foi questionado a complementação disso.

Para Foucault (2008b) essa prática governamental não se contenta em respeitar ou garantir esta ou aquela liberdade, mas apresenta-se como sua gestora, é obrigada a produzi-la e organizá-la, caracterizando-se como sua reguladora.

Embora uma das maiores dificuldades encontradas é o não cumprimento das normas nas rampas espalhadas pela cidade, a rampa estampada na figura 79 pode ser chamada de acessível. A largura recomendada para uma rampa é de 1,50 m, sendo tolerada a largura mínima de 1,20 m, conforme demonstra a figura 80. Destaca-se, ainda, o piso tátil apenas no acesso à Universidade Pública.



Figura 79 – Rampa de acesso à Universidade Pública I. (NASCIMENTO, 2009)

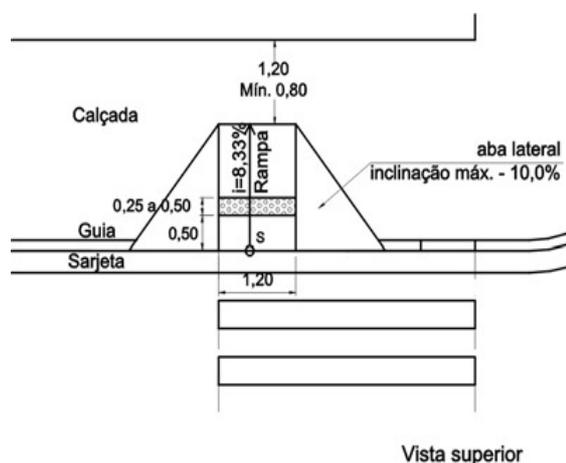


Figura 80 – Figura representando rampa segundo as normas de acessibilidade (ABNT, 2004, p. 57)

Por meio dos depoimentos e das imagens acima, percebe-se que, nas rampas espalhadas pela cidade de Dourados, as dificuldades se sobrepõem às facilidades. Um dado importante levantado através da aferição das medidas é que, muitas rampas que estão construídas de acordo

com as medidas recomendadas e devidamente sinalizadas, encontram-se rodeadas de obstáculos, o que acaba tornando-as inutilizáveis, como mostra as figuras 81 e 82.

Alguns locais da cidade aparentam, à primeira vista, total acessibilidade, com suas cores e representações gráficas de acesso, entretanto, alguns detalhes, como uma forte depressão na calçada (buraco) da figura 81 ou as grelhas com vãos maiores que 15 mm nos fluxos de circulação, como mostram as figuras 76 e 82, impedem a locomoção com autonomia, afastando, muitas vezes, as pessoas com deficiência do convívio social.



Figura 81 – Rampa I localizada na área central. destre. (NASCIMENTO, 2009)



Figura 82 - Rampa II localizada na área central. (NASCIMENTO, 2009)



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

Figura 83 – Símbolo internacional de acesso (ABNT, 2004, p. 18)

Segundo a NBR 9050, a indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário, dos espaços e dos equipamentos urbanos deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso, representado na figura 83. A partir dessa informação, poder-se-ia afirmar a coerência do órgão público responsável em realizar as representações gráficas estampadas nas rampas das figuras 81 e 82, se não fosse por um pequeno detalhe: as cores usadas.

A representação do símbolo internacional de acesso consiste em pictograma branco sobre fundo azul (referência Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C). Este símbolo pode, opcionalmente, ser representado em branco e preto (pictograma branco sobre fundo preto ou pictograma preto sobre fundo branco), conforme figura 24. A figura deve estar sempre voltada para o lado direito, conforme figura 25. Nenhuma modificação, estilização ou adição deve ser feita a este símbolo. (ABNT, 2004, p.18) (grifo nosso)

Partindo deste simples procedimento de utilizar somente as cores estabelecidas, conforme a citação acima e a figura 83, retiradas da NBR 9050, surgem duas possibilidades de explicações plausíveis: ou os agentes que planejaram e executaram essas adaptações desconheciam a NBR 9050 ou, cientes da sua existência, a ignoraram.



Figura 84 – Desenhos de peixes substituindo a faixa de pedestre.

A figura 84 mostra uma invenção do poder público: substituir as faixas de pedestres por desenhos de peixinhos; em contrapartida, o Código de Trânsito estabelece o desenho único, com cores e padrões a serem seguidos em todo o território nacional. Tal iniciativa produziu um efeito contrário ao que se propõe, pois essa faixa desenhada distrai o motorista e o pedestre, denotando um esforço dos agentes públicos em tornar a cidade de Dourados, uma cidade bonita e acessível, mas o que pode ser observado foi uma pseudo-acessibilidade.

Para melhor entender qual estratégia está implícita neste “esforço”, deve-se retomar a concepção de ilegalismo apresentada por Foucault (1987), já tratada no primeiro capítulo. O ilegalismo pode ser entendido como um elemento absolutamente positivo do funcionamento social e, no exemplo trazido pela figura, a inobservância do que prescreve a lei (no caso, que a faixa de pedestre tenha o mesmo padrão em todo território nacional) e/ou a falta de fiscalização,

caracterizam-se situações de ilegalidade, as quais podem gerar (e muitas vezes, geram) mecanismos de exclusão. Nessa nova forma de governar imposta pela biopolítica, o discurso e a técnica do direito tiveram como função dissolver no interior do poder o fato da dominação, “para fazer que aparecesse no lugar dessa dominação, que se queira reduzir ou mascarar, duas coisas: de um lado, os direitos legítimos da soberania, do outro, a obrigação legal da obediência.” (FOUCAULT, 1979, p. 31).

Diante das unidades enunciativas aqui apresentadas, já podem ser observados alguns mecanismos ou estratégias de controle na Política de Acessibilidade os quais funcionam como dispositivos de poder por meio da biopolítica, manifestando procedimentos de exclusão como a omissão e a interdição. Pensando nas conexões entre a prática de governo e regime de verdade, constata-se na governamentalidade, objetos privilegiados de intervenção que ultrapassam o corpo dos indivíduos para atingir o corpo da sociedade. Quando um órgão público não obedece às leis e às normas que deveriam regê-lo, percebe-se que o poder da soberania é substituído gradativamente pelo poder disciplinar e regulador e, por conseguinte, a cidade vai se transformando em verdadeiras sociedades de normalização, evidenciando o biopoder.

3.7 Dourados: terra de todos os povos

Dourados tem sua cultura marcada pela presença do índio, possuindo uma das maiores comunidades indígenas do Brasil, com cerca de 12.000 pessoas, segundo dados da FUNAI. Muitas vezes intitulada como aldeia urbana, uma de suas peculiaridades é a localização das aldeias Bororó e Jaquapiru, as quais ficam a poucos quilômetros do centro da cidade

Para chegar à Reserva Indígena de Dourados é preciso atravessar uma das principais avenidas de Dourados: a Avenida Presidente Vargas. Bastante movimentada, ela dá acesso à BR Dourados/Itaporã, caminho para as cidades de maiores atrações turísticas de Mato Grosso do Sul.



Figura 85 – Altos da Avenida Presidente Vargas: indígenas a caminho da cidade. Fonte: Ademir Almeida/Diário MS



Figura 86 – Avenida Presidente Vargas: uma jovem indígena carregando uma senhora.

Dourados possui uma topografia favorável para a utilização da bicicleta como meio de locomoção. Calcula-se que existam aproximadamente cento e vinte mil bicicletas, em todos os pontos da cidade é possível perceber a grande popularidade deste meio de locomoção. Com os habitantes das aldeias não é diferente, a bicicleta é muito utilizada pela comunidade indígena, como mostram as figuras 85 e 86.

Outro meio de transporte bastante utilizado pela comunidade indígena de Dourados é a carroça. É muito comum no cotidiano douradense uma carroça transportando uma mãe guarani, terena ou caiuíá com seus filhos (figuras 87, 88 e 89), principalmente os pequenos indígenas com deficiência, pois precisam trazê-los para o atendimento educacional em instituições especializadas.



Figura 87 – Mãe indígena com seus filhos na cidade. (HOVA, 2009)



Figura 88 – Avenida Presidente Vargas: família indígena vindo para a cidade. Fonte: Ademir Almeida - Jornal Diário MS.

Os indígenas também usam a carroça para vender sua produção: mandioca, milho verde, banana, artesanato e outros produtos agrícolas cultivados na aldeia, além de utilizá-la para fazer compras daquilo que não se produz na aldeia.



Figura 89 – Avenida Presidente Vargas: família indígena. Fonte: Ademir Almeida/Jornal Diário MS.



Figura 90 – Ciclovía de Dourados. Fonte: Eliel Oliveira/Jornal Diário MS

No início desta pesquisa havia ciclofaixas na Avenida Presidente Vargas e outras avenidas (figura 90), entretanto, as mesmas foram retiradas pela atual administração municipal, com a justificativa de que vários motoristas reclamavam do congestionamento por causa do estreitamento da via e o excesso de tráfego de caminhões, o que tornou a vida dos índios mais difícil, pois a falta de um espaço delimitado para as bicicletas faz com que os seus usuários se arrisquem, dividindo o mesmo espaço no trânsito com ônibus, caminhões e carros de passeio.

Promover o uso da carroça e da bicicleta é também promover a igualdade social. Essas práticas discursivas e não-discursivas da cultura local revelam pelos diferentes enunciados descritos, o conjunto de condições que negam a esta sociedade, principalmente aos considerados “anormais”, o consagrado direito de ir e vir com segurança.

Ao discorrer sobre soberania, disciplina e segurança, Foucault (2008b) se vale do exemplo das cidades, para o autor os problemas de espaço são comuns a esses três mecanismos. O crescimento do comércio e da demografia urbana gerou a necessidade de intercâmbios econômicos, essa situação resultou em um desencravamento espacial, a cidade fechada por

murallas não mais respondiam às necessidades do momento, assim foi preciso ressituar a cidade num espaço de circulação, ou seja, conectar a eficácia política da soberania a uma distribuição espacial. No esforço de arquitetar um espaço, vão ser construídas “multiplicidades artificiais, de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição, por exemplo, assegurar o comércio”. (FOUCAULT, 2008b, p. 23). Esse “meio” construído e modificado a partir de dispositivos de segurança, em vistas de atingir uma série de acontecimentos que os indivíduos, populações e grupo produzem, organizam e distribuem as diferenças, facilitando ou dificultando os espaços e os deslocamentos.

Foucault (1969) apud Osório (2006) nos ajuda a refletir sobre "inquietações de sentir sob essa atividade cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina, inquietações de suportar lutas e vitórias, ferimentos, dominações, servidões".

Comércio, cidade, regulamentação, disciplina entrelaçam-se na governamentalidade, novas formas de racionalidade asseguram a gestão da sociedade. O discurso da inclusão está cada vez mais forte, portanto, o Estado assume esta nova realidade, “não mais exclui”, mantendo afastada essa parcela da população, mas controla e vigia suas locomoções, sempre afirmando que o direito de ir e vir é de todos. O respeito à liberdade é fundamental na racionalidade de Foucault (2008a), pois só se pode governar bem se formas de liberdade forem “respeitadas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação maior desta pesquisa foi estudar as políticas públicas de acessibilidade e compreender, à luz do referencial teórico Foucaultiano, como são construídas as práticas discursivas e não discursivas sobre a acessibilidade na cidade de Dourados, MS, tendo em vista a efetivação dos direitos sociais.

Nesse caminho, em busca de indícios de verdade, procurou-se problematizar uma série de enunciados, unidades temáticas e analisar o conjunto de relações e dependências que compõem as práticas discursivas e não discursivas sobre a acessibilidade em nosso meio. Tal qual um arqueólogo, no seu lento trabalho de escavação, procurou: dar voz às pessoas com deficiência que habitam o espaço urbano; desvendar documentos e planos; observar as vias e construções públicas; bem como, anotar, medir e descrever as condições de acessibilidade. Por fim, foram fotografados os principais espaços detectados, como acessíveis ou não acessíveis, para confrontá-los com os documentos e com as práticas sociais, na tentativa de entender a formação discursiva a partir dos enunciados.

O campo teórico metodológico da arqueogenealogia, norteado pelas teorizações do filósofo Michel Foucault, permitiu compreender os jogos de linguagem e os jogos de poder presentes na elaboração e implementação de políticas públicas de acessibilidade, as quais pode se constatar imersas em relações de poder/saber que se implicam mutuamente.

O estudo documental sobre a acessibilidade e análise de legislações, normas, portarias, documentos e programas governamentais que vêm desenhando a política de acessibilidade indicaram: “inflação legal” pelo excesso de documentos, normas e orientações no âmbito federal; dispersão e rarefação do discurso no Estado de Mato Grosso do Sul; um vazio no discurso local; ausência de Leis, Diretrizes, programas, projetos e planos de no município de Dourados.

Verificou-se, a existência do “Programa Nacional de Acessibilidade” que se propõe a prestar ajudas técnicas; acompanhar a legislação e cooperar na elaboração de estudos e diagnósticos sobre a situação da acessibilidade arquitetônica, urbanística, de transporte, comunicação e informação ao estado ou ao município interessado.

Essa vasta documentação aparenta grande preocupação com os direitos humanos e sociais, a acessibilidade física tornou-se tema prioritário na agenda das políticas públicas e ganha cada vez mais espaço na mídia, na educação especial, nas instituições de ensino. Assim, para a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência, o discurso da acessibilidade torna-se a argamassa das intenções e dos planos governamentais.

É importante lembrar que os princípios de igualdade e justiça para todos estão em voga desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no entanto, atualmente esses conceitos ou regimes de verdade parecem reificados no discurso sobre inclusão, tendo como meta a igualdade de oportunidades e participação de todos. Essas intenções remetem a um imperativo no qual a operacionalização das políticas públicas, as diretrizes oficiais, os programas e os planos estaduais e municipais deveriam identificar as necessidades específicas do cidadão, no intuito de beneficiar aqueles que se encontram marginalizados e excluídos do sistema sócio-político-cultural.

Nos documentos analisados, observa-se que o discurso sobre inclusão e o discurso sobre acessibilidade são interdependentes e guiados pela atualidade dos princípios e fundamentos de uma sociedade inclusiva. Os documentos da esfera federal, tanto quanto os da estadual e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva trazem esses temas como objetivos dos diferentes poderes e delegam ao poder local a responsabilidade pela operacionalização das ações que garantam o direito à acessibilidade, à educação e à inserção sócio-cultural de todo cidadão.

A política de acessibilidade no âmbito federal, além de todo o arcabouço legal, programas e diretrizes; oferece recursos de mídia eletrônica para sensibilização e orientação dos municípios; bem como, disponibiliza recursos humanos e financeiros por meio do Ministério das Cidades, entretanto, a responsabilidade pela criação de programas, planos e instrumentos para a efetiva operacionalização da acessibilidade é dos estados e dos municípios. É nesse momento que poderá ser visualizada a “inclusão” por meio da acessibilidade.

Machado (1979) nos ajuda a refletir sobre as formas diferentes de exercícios de poder do Estado que vem se articulando, tal poder atinge a realidade concreta dos indivíduos: o seu corpo, formando corpos dóceis. Esse poder intervém não só na individualidade, mas se expande ao corpo social, penetrando no cotidiano do sujeito. O poder exercido como direito na forma da ilegalidade, pode ser visto não como algo negativo, que apenas diz não, pois a ação do Estado

não seria tão eficiente se fosse exclusivamente baseada na exclusão. O que lhe interessa agora “não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício das suas atividades, e sim, gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações, para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo” (MACHADO, 1979, p. XII-XVI). Esse poder evidencia-se tanto sobre o aspecto econômico, dando uma utilidade econômica às pessoas com deficiência; quanto o aspecto político, diminuindo sua capacidade de revolta.

Os discursos construídos acerca da cidade de Dourados, MS, nas últimas décadas, revelaram as diferentes transformações idealizadas por seus governantes nesse processo histórico. Essas práticas discursivas são corporificadas num conjunto de enunciados como: “Cidade de Todos os Povos”, “Cidade Universitária e “Cidade Educadora”. Denominações essas que, num primeiro momento, aparentam intenções de políticas públicas de caráter inclusivo e desenvolvimentista: compromisso com a diversidade, preocupação com o meio ambiente, inserção sócio-cultural de todos e prover a qualidade de vida de seus cidadãos. Sinalizariam, portanto, o perfil de uma cidade acessível.

Nessa formação discursiva constata-se uma contradição, principalmente no que se refere à legislação municipal sobre acessibilidade, pode-se dizer que há uma grande lacuna, uma vez que o acesso praticamente inexistente. Há uma lei de dezesseis anos atrás que concede passe livre às pessoas com deficiência e outra recente de 2009 que trata da adequação das calçadas. Para o término desta pesquisa, retornou-se à Secretaria de Obras e Planejamento para verificar se as medidas para a efetivação de políticas públicas foram tomadas. Constatou-se que na Lei Orgânica do Município em vigência atribui ao Plano diretor a responsabilidade pela elaboração de diretrizes, planejamento urbanístico e a realização de obras públicas municipais. O Plano Diretor do município silencia sobre tais questões. As buscas, nos órgãos públicos competentes (Prefeitura e Secretaria de Obra) sobre documentos, programas, planos e projetos para eliminação das barreiras arquitetônicas na cidade ou em escolas públicas foram frustradas. Tanto aquele, como este documento não contempla a acessibilidade.

Os enunciados (emersos dos depoimentos) e as visibilidades (proporcionadas pelas fotografias e registros de campo) evidenciaram a ausência de ações práticas adequadas por parte das instituições governamentais para a efetivação do direito à acessibilidade na cidade de Dourados, de certa forma, constituem-se práticas sociais amarradas às relações de poder. Esses dados corroboram com a análise sobre a verdade na atualidade política realizada por Foucault,

(2006), o qual pondera que não se pode pedir a um governo para dizer a verdade, toda a verdade, nada mais que a verdade, mas é possível exigir dos governos uma certa verdade em relação aos projetos finais, às escolhas gerais de sua tática, a um certo número de pontos particulares de seus programas.

Assim, os discursos foram tratados como acontecimentos, bem como a ausência de política pública municipal. Esse lugar vazio nos discursos dos governantes está relacionado à sua inversão: isto é, quando se fala algo e, esse “algo” chega diferente do que foi esperado. Ora, se há uma vasta legislação nacional onde os estados e municípios são responsabilizados à implementar a política de acessibilidade, e essa orientação não se materializa em diretrizes e ações práticas nas demais instâncias governamentais responsáveis, configura-se aí um mecanismo de controle pela descontinuidade e rarefação desse discurso.

Para Foucault (2008b), foi na lei que o liberalismo definiu formas gerais de intervenções e a participação dos governados constitui um sistema eficaz de economia governamental, “na busca de uma tecnologia liberal de governo, veio à luz que a regulação pela forma jurídica constituía um instrumento muito mais eficaz do que a sabedoria ou a moderação dos governantes.” (FOUCAULT, 2008b, p. 436).

Os dados analisados no primeiro e no segundo capítulos revelam que a política não permite garantir a liberdade ou a igualdade da pessoa com deficiência, mas apresenta-se como sua gestora. Nessa direção, Duarte (2008, p.50) comenta sobre a profundidade das reflexões de Foucault sobre a política: esta nos leva a louvar o caráter humanitário de suas intervenções as quais visam incentivar, proteger, estimular e administrar o regime vital da população, ali também nosso autor descobre a contrapartida sangrenta dessa obsessão do poder estatal pelo cuidado purificador da vida.

Os discursos das pessoas com deficiência, sujeitos de direitos e beneficiários da proteção estatal, apontam por um lado, o reconhecimento do esforço positivo do poder público, por outro, denotam que as premissas de igualdade de oportunidades, do direito de ir vir com autonomia, esbarram na vontade política, são nada mais do que um meio encontrado pelos governantes para continuar exercendo o poder sobre a população.

Salienta-se que os dados emergiram de um conjunto de falas individuais, os enunciados não foram considerados como manifestações de “um” sujeito, mas do coletivo que aponta, de diferentes lugares, a dispersão e a sua descontinuidade. Nesses lugares há interditos, lutas e

modos diferenciados de existir. Dessa forma, as diversas posições e formas de subjetividade foram lidas como efeito de um campo enunciativo, pois o foco foi a descrição das suas regularidades e suas frequências, o que possibilitou que esses depoimentos emergissem enquanto discurso.

A organização dos enunciados, conforme as unidades temáticas emergentes dos depoimentos, facilitou a triangulação dos dados, as correlações e as análises comparadas dos depoimentos com as fotos. Esses procedimentos possibilitaram o destaque de algumas regras pelas quais os jogos de relações entre o discursivo e o não discursivo, operam sobre a acessibilidade neste momento histórico. Esses enunciados foram de grande valia para a compreensão das dinâmicas do poder exercidas nos espaços e sobre a população douradense.

Os enunciados revelaram diversas barreiras na acessibilidade das pessoas com deficiência na cidade de Dourados, a começar pela locomoção aos meios de transportes: tanto o Terminal de Transbordo, que dá acesso ao transporte coletivo, quanto a Rodoviária e o Aeroporto possuem condições precárias de acessibilidade. Desde o ponto de partida até a falta de preparação, comunicação e informação dos funcionários dessas instituições constituem-se impedimentos para a locomoção com autonomia e segurança desses sujeitos.

Quanto à inserção sócio-cultural os discursos revelaram total inacessibilidade, exceto em dois anfiteatros de uma universidade pública (um está em fase de conclusão). Os locais que dão acesso às atividades de lazer, cultura e esporte são excludentes: quando a pessoa com deficiência consegue com muita dificuldade adentrar a esses espaços restritos, vivencia situação de total constrangimento e perda da autonomia.

De forma semelhante, as barreiras atitudinais reforçam as dificuldades: é comum a ocupação das poucas vagas de estacionamento reservadas às pessoas com deficiência por quem não é de direito; a falta de sensibilidade de ciclistas, motociclistas, motoristas e de comerciantes destacou-se nos depoimentos.

As adaptações nas rampas e calçadas ao invés de facilitar a mobilidade, o deslocamento, tornam-se empecilho à locomoção de todas as pessoas, com deficiência ou não. O pequeno número de telefones públicos adaptados para usuários de cadeiras de rodas e a inexistência destes para pessoas com deficiência auditiva foram também ressaltados.

Quanto aos mobiliários e equipamentos urbanos aparentam ser acessíveis, na prática não o são, esse fenômeno pode ser considerado como um mecanismo regulador, a existência de rampas

produz uma liberdade de ir e vir da pessoa com deficiência, como prevê a legislação, no entanto, quando as adequações não atendem as características constantes nas normas de acessibilidade, o mesmo gesto capaz de produzir a liberdade, estabelece restrições, limites e controle.

Outra questão emergente de acessibilidade trata-se da criação de vias alternativas de vias de locomoção para acesso da população indígena com ou sem deficiência à cidade. As imagens foram significativas para retratar a dificuldade encontrada nos transportes por eles utilizados, bem como, a constatação da situação de risco e insegurança vividos por essa população.

Esses enunciados evidenciaram a interdição, um dos princípios de exclusão. Um dos depoimentos desvela: “Ninguém te escuta, os órgãos públicos não te escutam, você tenta, você mexe o doce, mas eles não... se você acaba falando alguma coisa, aí você é chata, você é bocuda, você tem problema” (P. 4). A interdição acontece quando apenas algumas pessoas têm o direito privilegiado da fala e a voz daqueles que se encontram num processo de segregação determinados pelo normal é silenciada.

A partir das práticas discursivas e não discursivas, escavadas neste trabalho, se pode afirmar a justaposição de dois tipos de discursos em relação à acessibilidade na cidade de Dourados, MS. Um discurso que emana da organização do direito, do discurso jurídico; e outro, revelado por meio de um conjunto de enunciados, o discurso da normalização. O discurso jurídico, proclamado, diferente ao do passado, não mais segrega as pessoas com deficiência, elas podem contar com leis que garantem seus direitos de estudar, de trabalhar, de se locomover, enfim, exercer um convívio social.

O discurso desvelado, nesta pesquisa, evidencia que, por trás desse arcabouço legislativo, prevalece de um lado o silêncio e de outro um emaranhado de ilegalismos, os quais se materializam por meio da inexistência de fiscalização e ausência de programas e projetos que viabilizem a efetivação desses direitos. Constatou-se assim, a presença da biopolítica exercida no modo de gestão da sociedade, a qual não passa apenas pela ordem das leis, mas sim, pela normatização do sujeito.

Todas essas dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência revelam uma forma de poder que se exerce sobre esses indivíduos em forma de controle e vigilância. É o que Foucault chama de panoptismo, o qual, neste estudo, não acontece apenas no interior das instituições, mas em todos os espaços públicos e “tem por finalidade não excluir, mas ao contrário, fixar os indivíduos [...] trata-se de uma inclusão por exclusão.” (FOUCAULT, 2003, p.

114). Cabe pontuar que praticamente todos os entrevistados têm vínculo empregatício no serviço público ou são beneficiários da prestação continuada. Por um lado, do lugar de onde falam, podem temer a vigilância e a repressão, por outro, podem ser silenciados e apaziguados pelas benesses da sobrevivência.

Visualizou-se no quarto capítulo a figura arquitetural do Panóptico de Bentham reproduzida nos espaços públicos da cidade de Dourados, MS, por meio de fotografias. O Panóptico é uma forma eficiente de controle a partir de um modelo de arquitetura e de ordenação no espaço. Na arquitetura proposta por Bentham, o vigilante estaria no centro de uma arquitetura na qual poderia ver e vigiar a periferia da circunferência sem ser visto por quem lá estivesse. De maneira parecida, esse modelo de visibilidade continua vigente na organização arquitetural dos espaços urbanos, colabora para a vigilância e o controle da pessoas com restrições, pois o olhar normalizador estabelece os locais por onde as pessoas poderão adentrar, ter acesso, poderão falar, locomover-se e participar.

O retrato da cidade, a partir das fotografias evidenciou um quadro maior de dificuldades do que de facilidades. Há algumas iniciativas positivas de arquitetura e equipamentos acessíveis, mas, a maior parte das ações e adaptações não atende às normas técnicas ou padrões mínimos necessários para que sejam eficientes, tornando-se, por vezes, inadequadas ou ociosas. Percebe-se, assim, a arquitetura e a operacionalização das obras estreitamente ligadas a relações de poder.

Frente aos dispositivos e mecanismos de controle e segurança, há estratégias possíveis de resistência? No lugar de respostas e certezas, apresentam-se alguns questionamentos trazidos por um depoente: “Onde está o Poder Público? Onde estamos nós? Cobramos?” (P.2) A partir dos enunciados observou-se o poder como produção de saberes disciplinares, não só nas relações Estado/população, mas também numa multiplicidade de relações, como por exemplo, entre os usuários e os responsáveis em operar os sistemas de transportes da cidade. A mediação dessas relações de poder encontra-se nas manifestações de resistências das pessoas com deficiência; conscientes ou não, alguns entrevistados tocaram nesta questão: “Na verdade, a gente também é muito acomodado, o povo daqui é muito acomodado, espera demais, espera acontecer.” (P. 7).

Considerando que o poder é sempre plural e relacional, é possível afirmar que onde há poder, há estratégias de resistência. Talvez, o caminho da resistência ou da transformação seja o apontado nos depoimentos expressos acima; pontua-se que o dispositivo de segurança vai fixar uma média considerada boa para depois estabelecer os limites do aceitável. A partir do momento

em que a população não esteja disposta a aceitar o mínimo, ou seja, a precária acessibilidade que lhe é oferecida, haverá mudança no aceitável, e, conseqüentemente, na média estabelecidas pelos mecanismos de segurança.

A relação entre o discurso político e a prática envolve, de acordo com Bowe e Ball (1992), identificação de processos de resistência, acomodações, subterfúgios entre os profissionais e o delineamento de conflitos e diferentes interesses na esfera da prática cotidiana.

Considerar que os ambientes sem acessibilidade são fatores preponderantes na dificuldade de inclusão da pessoa com deficiência seria uma conclusão lógica. Entretanto, o que se buscou nesta pesquisa foi olhar os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a determinadas regras. O discurso legal sobre a acessibilidade confunde-se com o discurso da inclusão, prega ampliação da participação e a liberdade da pessoa com deficiência e ao mesmo tempo amplia o controle e a interdição. Os discursos, os “vazios” e suas lacunas na cidade de Dourados revelam a negligência e omissão dos poderes públicos constituídos quanto à elaboração e implementação das políticas públicas de acessibilidade. Para Foucault, foi a vida, muito mais que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através da afirmação do direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050*: Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2004.

BALL, S. J.; BOWER, R. et al. *Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.

BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. *As ideologias e o poder em crise*. Brasília: UnB, 1999.

BOGDAN R. S. e BIKEN. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Editora Portugal, 1994.

BRASIL. *Constituição Federal*. Curitiba: Juruá, 1999.

BRASIL. Decreto legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: <<http://vademecumjuridico.blogspot.com/2008/11/decreto-legislativo-com-fora-de-emenda.html>> . Acesso em: 12 dez 2008.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 abr 2008.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 abr 2008.

_____. Lei nº. 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 abr 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Lei nº 9503 de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. 2ª edição. Brasília, DENATRAN, 2007.

_____. Decreto nº 6.215 de 26 de setembro de 2007. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, 2007. Seção 1.

CASTRO, E. Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COLLIER, Jr, J. Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa. São Paulo, SP:EPU/EDUSP, 1973.

CRUZ, M. H. S.; HORA, E. C. Acessibilidade e barreiras: percepção dos alunos com deficiências na Universidade Federal de Sergipe. In: III Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2008, São Carlos/SP. III Congresso Brasileiro de Educação Especial. São Carlos/SP: UFSCAR, 2008. v. 3. p. 1-9.

DOURADOS. Lei Municipal nº 3211 de 12 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a obrigatoriedade da adequação das calçadas em consonância com a Lei Federal nº. 10.098/2000 e o Decreto Federal nº. 5.296/2004, no âmbito do município de Dourados. *Diário Oficial de Dourados*, Dourados, 2009.

_____. Lei Complementar nº 72 de dezembro de 2003. Institui o Plano Diretor de Dourados, cria o Sistema de Planejamento Municipal, além de outras providências. Prefeitura Municipal de Dourados.

_____. Lei Municipal nº 1917 de 22 de junho de 1994. Dispõe sobre a concessão de passe livre às pessoas portadoras de dificuldade de locomoção, mental ou sensorial desde que irreversíveis, para utilização do transporte coletivo urbano e rural. Disponível em <www.nppd.ms.gov.br>. Acesso em: 21 abr 2008.

DUARTE, A. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In.: RAGO, M.; VEIGANETO, A (orgs.). *Figuras de Foucault*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. *Direitos das pessoas com deficiência: garantia da igualdade na diversidade*. Rio de Janeiro: WVA – Ed., 2004. 344 p.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em Educação. *Cadernos de Pesquisa (CEDES)*. [online]. 2001, vol. 114, no. 197-223. Texto disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Último acesso: (10 - jan.)

FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Org. e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

_____. *Ética, sexualidade, política*. (Ditos & Escritos V). Org. e seleção de textos Manoel Barro da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, NAU Editora, 2003.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

KOSSOY, B. *Realidade e ficções na trama fotográfica*. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 1999.

_____. *Fotografia e História*. São Paulo: Editora Àtica, 1989.

MANZINI, E. J. Inclusão e acessibilidade. In: *Revista da Sobama*. Rio Claro, v.10, n.1, Suplemento, p.31-36, dez-2005.

_____. Considerações para a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In.: MARQUEZINI, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMEOTE, S. (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em educação especial*. Londrina: UEL,2003.

MARSHALL, J. D. Michel Foucault: pesquisa educacional como problematização. In.: PETERS M. A, BESLEY T. (Orgs.) *Por que Foucault?: novas diretrizes para a pesquisa educacional*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. (Estado). Lei nº 3.300, de 7 de dezembro 2006. Dispõe sobre a instalação de placas em braile contendo a relação das linhas de ônibus e seus itinerários nos terminais rodoviários do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em <www.nppd.ms.gov.br>. Acesso em: 21 abr 2008.

_____. (Estado). Lei nº 3.181, de 21 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais. Disponível em <www.nppd.ms.gov.br>. Acesso em: 21 abr 2008.

_____. (Estado). Decreto nº 10.015, de 3 de agosto de 2000. Dispõe sobre a Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Disponível em <www.nppd.ms.gov.br>. Acesso em: 21 abr 2008.

_____. (Estado). Lei nº 2.083, de 16 de fevereiro de 2000. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instituir sanitários e bebedouros nos estabelecimentos bancários no Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em <www.nppd.ms.gov.br>. Acesso em: 21 abr 2008.

_____. (Estado). Lei nº 1475, de 4 de janeiro de 1994. Disciplina a adaptação de veículos de transporte coletivo para possibilitar o acesso dos deficientes físicos. Disponível em <www.nppd.ms.gov.br>. Acesso em: 21 abr 2008.

_____. (Estado). Lei nº 1.267, de 19 de maio de 1992. Regulamenta o inciso I, de parágrafo único, do artigo 208 da Constituição Estadual, e dá outras providências. Disponível em <www.nppd.ms.gov.br>. Acesso em: 21 abr 2008.

OLIVEIRA, E. T. G. de; MANZINI, E. J. Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência. In: II Congresso Brasileiro de Educação Especial e II Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Ed. Es. 2005, São Carlos. *Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência*, 2005.

ORLANDI, S. C. *Percepção do portador de deficiência física com relação à qualidade dos espaços de circulação urbana*. 133 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2004.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Internacional de Funcionalidade - CIF*. Genebra: OMS, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

_____. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 2006.

OSÓRIO, A. C. de Nascimento. *Anotações sobre as experiências escritas relacionadas ao Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Ensaio Pedagógico*. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento; OSÓRIO, Alda Maria do Nascimento. O direito a educação: desafios da diversidade social. *Revista Educação Especial*. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Educação Especial / Laboratório de Pesquisa e Documentação, n. 24, p. 9-22, 2004.

REVEL, Judith. *Foucault. Conceitos essenciais*. Tradução: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

RESENDE, A. P. C. de; VITA, F. M. de P., (Orgs.). *A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada* - Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos - Brasília : CORDE, 2008.

SANTIAGO, J. Foucault e o neo-higienismo contemporâneo. In.: PASSOS, I. C. (Org.) *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 53-62.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. (Orgs.) Introdução para ampliar o cânone democrático. In.: _____. (Org.) *Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 p. 39-82.

SEMOB - Secretaria Nacional do Transporte e da Mobilidade Urbana, Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível. (2005) *Atendimento Adequado às Pessoas com Deficiência e Restrição de Mobilidade*, Brasília, DF.

SILVA, A. G. Acessibilidade na Universidade do Estado do Pará - UEPA: um estudo nos campi da capital (Belém). In: III Congresso Brasileiro de Educação Especial e IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2008, São Carlos - SP. Anais do III Congresso Brasileiro de Educação Especial - IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. São Carlos - SP : UFSCAR/ABPEE, 2008. v. ISSN.

UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

VASCONCELLOS, E. A. *A cidade, o transporte e o trânsito*. São Paulo: Prolivros, 2005

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ANEXOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa de mestrado A POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE NA CIDADE DE DOURADOS, MS: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DISCURSIVAS E NÃO DISCURSIVAS.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

O objetivo geral deste estudo é estudar as políticas públicas de acessibilidade e compreender, à luz do referencial teórico Foucaultiano, como são construídas as práticas discursivas e não discursivas sobre a acessibilidade na cidade de Dourados, MS, tendo em vista a efetivação dos direitos sociais. Como objetivos específicos: conhecer e analisar a ordem do discurso governamental por meio de leis, decretos, normas técnicas, programas, projetos e planos e identificar as estratégias presentes na elaboração e implementação das políticas públicas de acessibilidade; evidenciar os enunciados das práticas específicas emersos nos depoimentos das pessoas com deficiência de modo a detectar as facilidades e/ou dificuldades encontradas no acesso ao transporte, vias públicas e aos bens culturais; e, retratar, descrever e refletir sobre as condições de acessibilidade e as práticas sociais que possam interferir na efetivação do direito de ir e vir.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder uma entrevista, a qual será gravada em áudio e, posteriormente, transcrita e na íntegra e enviadas via internet para que, assim desejando, você realize correções e/ou complementações que julgue necessárias.

Os riscos relacionados com a participação são inexistentes.

Os benefícios relacionados com a participação são a oportunidade de compartilhar conhecimentos, suscitar discussões e trazer contribuições para a formulação de políticas públicas de acessibilidade na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer momento.

Glaucimara Lopes Schneider Hova
Rua 31 de Março, 700. Vila Alba APTO 102 B. Dourados – MS.
FONES: 67 3421-1597 / 9974-5777

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local de data

Sujeito da pesquisa*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ENTREVISTA: ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE DOURADOS, MS: OS ESPAÇOS, AS EDIFICAÇÕES E OS EQUIPAMENTOS URBANOS.

Data:

Nome:

- 1) Fale-me um pouco sobre você.
- 2) Fale-me sobre sua vida comunitária.
- 3) Como você vê a acessibilidade física em Dourados?
- 4) E a acessibilidade na comunicação?
- 5) E nos equipamentos urbanos?
- 6) Quais os avanços nesse sentido?
- 7) Quais as dificuldades e obstáculos que você encontra?
- 8) E o acesso aos espaços culturais e educacionais?
- 9) E nos transportes?
- 10) Em sua opinião, como é construída a política local de acessibilidade?